CLARETIANO – FACULDADE DE BOA VISTA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM – BACHARELADO
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

COORDENAÇÃO DE CURSO
PROF. Me. WESLLEY DANNY DANTAS FORMIGA

BOA VISTA
2018-2021

Dados Gerais do Curso

- Mantenedora: Ação Educacional Claretiana
Município Sede: Batatais
UF: SP
CGC: 44.943.835/0001-50
Dependência Administrativa: Particular

- Mantida: Claretiano – Faculdade de Boa Vista
Município-sede: Boa Vista
UF: RR
Região: Norte
Endereço: Rua Antônio Augusto Martins, 52
Bairro: São Francisco
CEP: 69305-270
Home Page: www.claretiano.edu.br
Telefone: (95)3621-7200
Documento da Criação do Claretiano – Faculdade de Boa Vista
Tipo de Documento: Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Ação Educacional Claretiana
Data da realização: 19 de setembro de 2017.

- Curso: Curso de Graduação em Enfermagem
Modalidade: (X) Bacharelado ( ) Licenciatura ( ) Superior de Tecnologia
Áreas de Formação: Saúde
Número total de vagas anuais:
2018: 60 vagas
2019:
2020:
2021:
Data de autorização de abertura do curso: Resolução CONSUP 01/2017
Data de autorização para a oferta do curso:
Data do Reconhecimento do curso: -
Data da Renovação de Reconhecimento do Curso: -
Avaliação in loco: -
Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade): -
Carga horária total do curso: 4060 horas
Regime escolar: Semestral
Sistema de organização: Presencial (5 anos / 10 semestres)
Tempo de Integralização em semestres: Mínimo: 5 anos Máximo: 8 anos

- Coordenação de Curso:
Nome: Weslley Danny Dantas Formiga
[redacted]

Titulação do Coordenador: Mestre em Saúde Coletiva pela Faculdade São Leopoldo Mandic (Campinas-SP) e Doutorando em Clínicas pela mesma instituição. Atua na Educação Superior há 4 anos e, atualmente, é docente das disciplinas Anatomia, Fisiologia, Saúde Coletiva e Patologia, além de atuar no Setor de Cardiologia, como Enfermeiro da Secretaria Municipal de Saúde de Boa Vista-RR.

SUMÁRIO

DADOS GERAIS DO CURSO 2
SUMÁRIO 4
1. APRESENTAÇÃO/ INTRODUÇÃO 7
1.1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO 8
1.1.1. CONGREGAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS CLARETIANOS: VISÃO HISTÓRICA 8
1.1.2. CLARETIANO - FACULDADE DE BOA VISTA: VISÃO HISTÓRICA 9
2. MISSÃO DO CLARETIANO 10
3. CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM - BACHARELADO: HISTÓRIA, CONCEPÇÃO E EMBASAMENTO LEGAL 11
3.1. MISSÃO E FILOSOFIA DO CURSO 14
3.2. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO: FUNÇÃO SOCIAL E CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS 15
3.3. IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL –PDI NO ÂMBITO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM - BACHARELADO 16
3.4. PERFIL 17
3.4.1. PERFIL INGRESSANTE (PÚBLICO QUE INICIA O CURSO) 18
3.4.2. PERFIL INICIAL (1º. ANO) 18
3.4.3. PERFIL INTERMEDIÁRIO (METADE DO CURSO) 18
3.4.4. PERFIL EGRESSO (ÚLTIMO ANO DO CURSO) 18
3.5. OBJETIVOS 19
3.5.1. INICIAIS 20
3.5.2. INTERMEDIÁRIOS 20
3.5.3. EGRESSO 22
3.6. COMPETÊNCIAS 23
3.7. ATRIBUIÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO 25
4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 26
4.1. MATRIZ CURRICULAR 26
4.1.1. DETALHAMENTO DA MATRIZ CURRICULAR 28
4.1.2. UNIFICAÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS (CLARETIANO – REDE DE EDUCAÇÃO) 35
4.1.3. CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADES DIDÁTICAS (RESUMO) 36

4.1.4. INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE (SUS) 36
4.2. DISCIPLINA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS 36
4.3. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL 37
4.4. POLÍTICAS PARA AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS.....37
4.5. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS 38
4.6. DISCIPLINA OPTATIVA DE FORMAÇÃO.....39
4.7. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS DO CURSO 44
4.7.1. PERIÓDICOS 63
4.8. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS E MODALIDADE 63
4.8.1. MODALIDADE PRESENCIAL.....64
4.8.1.1 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS E O SISTEMA GERENCIADOR DE APRENDIZAGEM – SALA DE AULA VIRTUAL.....64
4.8.1.1.1. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS.....65
4.8.1.1.2. SISTEMA GERENCIADOR DE APRENDIZAGEM – SALA DE AULA VIRTUAL (COMO APOIO PEDAGÓGICO) 67
5. ESTÁGIO SUPERVIONADO 68
5.1. FORMAS DE ACOMPANHAMENTO 69
5.2. RELATÓRIOS DE ATIVIDADES.....70
6. VIVÊNCIAS PRÁTICAS 70
6.1. FORMAS DE ACOMPANHAMENTO 71
6.2. RELATÓRIOS DE ATIVIDADES.....71
7. ATIVIDADES COMPLEMENTARES (A.C.) 71
7.1. FORMAS DE ACOMPANHAMENTO 73
7.2. RELATÓRIOS DE ATIVIDADES.....73
8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) 73
9. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO 74
9.1. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM 74
9.1.1.AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM: DISCIPLINAS EM REGIME DE DEPENDÊNCIA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO 75
9.1.2. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM: DISPOSIÇÕES GERAIS 76
9.2. SISTEMA DE AUTO AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO 77
10. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 79
10.1. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO - COORDENAÇÃO DE CURSO 79

10.2. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO ADMINISTRATIVA – SECRETARIA GERAL 79
10.3. DISCENTES 79
10.3.1. APOIO PEDAGÓGICO E MECANISMOS DE NIVELAMENTO 79
10.3.3. ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO/ PRADI 81
10.3.4. EGRESSOS 82
10.3.5. DIVULGAÇÃO DE TRABALHOS, PRODUÇÕES DE ALUNOS E INICIAÇÃO CIENTÍFICA/ EVENTOS INTERNOS E EXTERNOS 84
10.3.6. BOLSAS DE ESTUDO 86
10.3.7. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO ALUNO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (PAEE) 87
10.3.7.1. PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (CONFORME DISPOSTO NA LEI N° 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012) 90
10.4. CORPO DOCENTE 2018-2021 91
10.4.1. PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE COORDENADORES E DOCENTES 92
10.5. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE 93
10.6. COLEGIADO 94
11. PLANO DE AÇÃO DO CURSO PARA O QUADRIÊNIO 2018-2021 94
12. PÓS-GRADUAÇÃO X GRADUAÇÃO 95
13. INSTALAÇÕES GERAIS 96
13.1. SALA DA COORDENAÇÃO 97
13.2. SALAS DE AULA 97
13.3 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA E PANORAMA GERAL DOS LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS. 98
13.4 LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS 99
13.4.1. LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA 99
13.4.2. LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DE SAÚDE 101
13.4.3. LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: LABORATÓRIOS DE HABILIDADES 102
13.4.4. UNIDADES HOSPITALARES E COMPLEXO ASSISTENCIAL CONVENIADOS 102
14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 103
15. ANEXOS 104

1. APRESENTAÇÃO/ INTRODUÇÃO

> Paulo Freire falava de utopia enquanto ato de denunciar a sociedade naquilo que ela tem de injustiça e de desumanizadora e enquanto ato de anunciar a nova sociedade. Denunciar e anunciar são utopias. Precisamos formar seres que sonhem com uma sociedade humanizada, justa, verdadeira, alegre, com participação de todos nos benefícios para os quais todos trabalhamos. Goethe, pensador alemão, dizia que, para que alguém possa ser algo especial, é necessário que outros acreditem que ele é especial. Para construir a utopia, temos que acreditar nela. Ela é fruto de nova sensibilidade ética e estética. Não se trata de uma sensibilidade qualquer. A dimensão ética e estética cria e implode perguntas. A qualidade das perguntas que desencadearão nossos projetos é sensível à delicadeza que a educação deve ter para com o bem. (ALMEIDA E FONSECA JUNIOR, 2000, p. 32-33).

O Projeto Político Pedagógico é uma proposta instituída pela Lei de Diretrizes e Bases (LDBen), no. 9394/96, sob os artigos 12 (incisos I e IV) e 13 (incisos I e II).

Caracteriza-se por pedagógico porque é instrumento de discussão do ensinar e do aprender, em um processo de formação e de construção de cidadania, e não apenas de preparação técnica para uma ocupação temporal. Também político, porque trata dos fins e valores referentes ao papel da universidade na análise crítica, na transformação social e nas relações entre conhecimento e estrutura de poder e, principalmente, coletivo, uma vez que se constitui e coexiste na participação de seus atores (coordenador, professores, alunos, direção, comunidade escolar) no processo de análise, discussão e tomada de decisão quanto aos rumos que, consciente e criticamente, definem como necessários e possíveis à instituição universitária. (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002).

Para Gadotti (1998, p. 16), "o projeto político pedagógico da instituição está inserido num cenário marcado pela diversidade. Cada instituição é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições [...]. Assim, este projeto busca responder ao ideal de formação pessoal e profissional dos alunos e as demandas do mercado da cidade, região e país.

Nesse sentido, este projeto — como "esboço e linhas ainda não definitivas, uma espécie de convite a pensarmos juntos – professores, alunos comunidade educativa – nesta magnífica e provocante tarefa de construir um futuro melhor para todos" (ALMEIDA; FONSECA JUNIOR, 2000, p. 23) — apresenta a proposta de trabalho do Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado para a sua implementação no quadriênio 2018-2021, a partir do cenário do Claretiano – Faculdade de Boa Vista, sua missão e objetivos educacionais; a concepção do curso, perfil do formando/egresso, objetivos e competências; a organização, matriz e conteúdos curriculares; atividades complementares; trabalho de conclusão de curso; vivências práticas; estágio supervisionado; a organização pedagógica e estrutural do curso, acompanhamento e avaliação; finalmente, toda a estrutura física da IES, buscando alcançar e proporcionar uma formação de qualidade e democrática aos futuros Enfermeiros.

Considerando as mantidas pela Mantenedora Ação Educacional Claretiana, o Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado, tem como data de início de funcionamento em 03/02/2003, no Claretiano – Centro Universitário, unidade de Batatais – SP, na modalidade presencial; e em 31/01/2015, na mesma instituição, na modalidade a distância. Os 15 anos de funcionamento do curso e sua experiência acadêmica e pedagógica, além das justificativa da oferta: função social, presença do curso na região e características socioeconômicas e demográficas, apresentadas neste Projeto Político Pedagógico, levou levou a Ação Educacional Claretiana, como Mantenedora, a partir da Resolução CONSUP 01/2017, iniciar o processo de solicitação de autorização e futura oferta do curso no

Claretiano – Faculdade de Boa Vista – RR. Instituições estas, que fazem parte do Claretiano - Rede de Educação.

Assim, considerando um Projeto Político Pedagógico com uma história de existência, a coordenação de curso, na pessoa da Profa. Me. Renata Paula Fabri e o Núcleo Docente Estruturante do Claretiano – Centro Universitário ficaram com a responsabilidade inicial da construção e adequações do Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado, para o Claretiano – Faculdade de Boa Vista, o qual deu-se no mês de setembro de 2017. Após este período, foi nomeada a coordenação específica para o curso, o Prof. Me. Weslley Danny Dantas Formiga (Janeiro/2018), bem como o Núcleo Docente Estruturante (Fevereiro/2018) (com o apoio da equipe inicial), já oficiais para o Claretiano – Faculdade de Boa Vista, os quais continuaram todo o processo de construção e ajustes deste PPPC, envolvendo suas dimensões: organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura.

1.1. Histórico da Instituição

> A universidade conserva, memoriza, integra e ritualiza uma herança cultural de saberes, ideias e valores, que acaba por ter um efeito regenerador, porque a universidade se incumbe de reexaminá-la, atualizá-la e transmiti-la. (ao mesmo tempo em que) gera saberes, ideias e valores, que, posteriormente, farão parte dessa mesma herança. Por isso, a universidade é conservadora, regeneradora e geradora. (Tem, pois,) uma função que vai do passado por intermédio do presente (Morin, 2000, p. 9-10), (da crítica do presente), em direção à humanização, uma vez que o sentido da educação é a humanização, isto é, possibilitar que todos os seres humanos tenham condições de ser partícipes e desfrutadores dos avanços da civilização historicamente construída e compromissados com a solução dos problemas que essa mesma civilização gerou (PIMENTA; ANATASIOU, 2002, p. 162).

1.1.1. Congregação dos Missionários Claretianos: Visão Histórica

A Congregação dos Missionários Claretianos, tem como fundador Santo Antônio Maria Claret, que nasceu no dia 23.12.1807, em Sallent, Catalunha, Espanha.

Filho de uma família católica, foi formado nos ensinamentos cristãos e desde criança desejava ser missionário, para levar o anúncio do Evangelho e a salvação a toda a humanidade. Foi ordenado sacerdote no ano de 1835 e sempre levou um estilo de vida missionária: passava de cidade em cidade anunciando o Reino de Deus.

Exerceu várias atividades: missionário apostólico e pregador itinerante em várias regiões, pároco, diretor de escola e promotor da educação, escritor da boa imprensa (falada e escrita), diretor espiritual, fundador de congregação e movimentos, arcebispo de Santiago de Cuba (de 1850 a 1857), confessor real, etc.

Foi perseguido por motivações políticas, apesar de ter sempre evitado envolver-se com ela, pois era um verdadeiro 'apóstolo'. Em função disso, foi exilado na França, onde veio a falecer no dia 24.10.1870, dia em que celebramos sua festa em todas as frentes apostólicas claretianas espalhadas pelo mundo.

Homem de oração e de grande mística, levou uma vida sóbria e austera, totalmente voltada para o serviço à Igreja e, por onde andava, arrastava multidões. Sua santidade foi reconhecida pela Igreja e foi beatificado no ano de 1937 e canonizado no dia 7.5.1950.

Claret foi um homem que trabalhou em várias frentes, sempre sensível ao mais urgente, oportuno e eficaz. Pensava sempre como preparar as pessoas para a missão e como articular iniciativas de formação.

Escreveu várias obras, criou escolas técnicas e agrárias em Cuba, escreveu 15 livros, 81 opúsculos e traduziu outras 27 obras. Foi Presidente do Mosteiro El Escorial (de 1859 a 1868), importante escola espanhola, onde criou uma verdadeira 'universidade eclesiástica'; incentivou a Congregação de Missionários para que trabalhasse com este importante e eficaz meio de evangelização.

Santo Antônio Maria Claret, no seu ideal evangelizador e nas suas andanças missionárias pela Espanha, Ilhas Canárias e outras regiões, percebeu que poderia tornar seu apostolado mais produtivo se conseguisse articular homens desejosos de proclamar a mensagem de Jesus Cristo, unidos em torno de uma congregação religiosa.

Assim, em 16.7.1849, na cidade espanhola de Vic, na Catalunha, fundou, com mais cinco amigos sacerdotes, a congregação dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria, cujos membros são conhecidos como Missionários Claretianos.

O objetivo da Congregação é este: anunciar, por todos os meios possíveis, no Serviço Missionário da Palavra, o Evangelho de Jesus Cristo a todo o mundo. Inicialmente ela se dedicou exclusivamente ao serviço missionário e posteriormente foi assumindo outras atividades apostólicas: paróquias, educação (colégios, faculdades, escolas eclesiásticas, formação de leigos, agentes de pastoral e voluntários), missões, meios de comunicação social, obras sociais e promocionais, etc.

Atualmente a Congregação Claretiana conta com mais de 3100 missionários, presentes em todos os continentes e em 63 países. No Brasil, ela chegou no ano de 1895, conta atualmente com uns 150 missionários e está presente em vários Estados: São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Alagoas, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Distrito Federal e Rondônia.

Seguindo o estilo de Claret, que foi um educador, a Congregação Claretiana assumiu a Educação como um meio de evangelizar e promover a vida. Na área educacional, trabalha em várias atividades: ensino infantil, fundamental, médio e superior. Em vários países trabalha na formação do clero, de religiosos e religiosas e de agentes de pastoral leigos.

Nos cinco continentes (mais de 60 países), trabalha com 90 centros educacionais e com mais de 77 mil alunos e conta com a colaboração de mais de 19 bispos, 2.155 sacerdotes, 2 diáconos permanentes, 164 irmãos, 553 estudantes professos e 120 noviços, em 64 países, em 487 comunidades missionárias, além de um grande número de funcionários administrativos que colaboram na missão partilhada. (Dados de 2013. Disponível em: http://www.claret.org/pt-pt/historia-da-congregacao. Acesso em 15 de agosto de 2017).

1.1.2. Claretiano - Faculdade de Boa Vista: Visão Histórica

O Claretiano – Faculdade de Boa Vista constitui-se de uma Instituição de Ensino Superior voltada para a oferta de Educação Presencial, no município de Boa Vista, Estado de Roraima, com limite territorial de atuação circunscrita à capital e seu entorno, situada na Rua Antônio Augusto Martins 52, bairro São Francisco, e como Entidade Educacional é mantida pela EDUCLAR - Ação Educacional Claretiana, sediada em Batatais, Estado de São Paulo, esta, sociedade civil de direito privado, filantrópica, de fins educacionais e não lucrativos, inscrita no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Batatais na forma da Lei, sob nº 72, L-A3, FLS. 04, e a primeira doravante designada pela sigla CLARETIANOBV.

Os Missionários Claretianos estão presentes em Boa Vista/RR desde 2010, inicialmente com a criação do Polo de Apoio Presencial para Educação à Distância, do Claretiano – Centro Universitário de Batatais (SP), ao receber o credenciamento pelo

Ministério da Educação do polo que pertencia a Universidade de Tocantins (UNITINS), que foi descredenciada. O Claretiano – Centro Universitário juntamente com o Claretiano – Faculdade de Boa Vista, integram o Claretiano – Rede de Educação, ambos mantidos pela EDUCLAR - Ação Educacional Claretiana.

No ano de 2013, a Diocese de Roraima oferece o Colégio Santa Rita, que compreendia a oferta de educação infantil até ao ensino fundamental I, para gestão da EDUCLAR – Ação Educacional Claretiana, que assume com orgulho a incumbência de levar adiante sua missão educadora. No ano de 2015, com o nome de Claretiano – Colégio Boa Vista, são inauguradas as novas instalações do colégio e do polo de educação a distância e iniciada as fases de oferta do Fundamental II e do Ensino Médio. Assim, desde a sua origem, a vontade da mantenedora teve nos seus planos a Educação Superior concomitante à implantação da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, com suas instalações sendo constantemente reformadas e ampliadas, para abrigar tais atividades.

Registre-se que, como polo de Educação à Distância, o Claretiano – Rede de Educação já vem atuando com a oferta de cursos de graduação nas áreas de engenharia, saúde, gestão e licenciaturas, reunindo infraestrutura acadêmica e administrativa para tal. Ademais, ainda no ano de 2015, é iniciada uma parceria com a Organização dos Professores Indígenas de Roraima para a oferta do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura, na modalidade a distância, para professores indígenas que necessitavam da qualificação do ensino superior para integração social de sua comunidade. Portanto, além de atender a comunidade local e regional com os cursos à distância (como polo de EaD), a instituição também possui um programa de atendimento para mais de 400 indígenas matriculados em seus cursos de graduação EaD, com bolsas de estudos integrais.

Nesse sentido, o Claretiano – Faculdade de Boa Vista vem promover a integração vertical da oferta de cursos, da Educação Básica à Educação Superior, especificamente na modalidade presencial, visando atender a diversidade da demanda local e regional por formação educacional, no sentido de atender aos anseios missionários da sua mantenedora e colaborar com o desenvolvimento humano em nosso país.

2. MISSÃO DO CLARETIANO

> A Missão do Claretiano consiste em formar a pessoa para o exercício profissional e para o compromisso com a vida, mediante o seu desenvolvimento integral, envolvendo a investigação da verdade, o ensino e a difusão da cultura, inspirada nos valores éticos e cristãos e no carisma Claretiano que dão pleno significado à vida humana. (PROJETO EDUCATIVO, 2012, p. 17).

Para que a missão se concretize pedagogicamente o Claretiano assume uma postura aberta, dinâmica e sensível, buscando responder às necessidades e expectativas dos contextos externo (socioeconômico e cultural) no qual ela está inserida e interno (da própria Instituição).

No ano de 2011, no XV Encontro da CECLAB (Comissão de Educadores Claretianos do Brasil), todas as unidades de educação da Província Claretiana do Brasil vivenciaram momentos de partilhas das experiências concretizadas pelos educadores claretianos da Educação Básica e Superior, bem como a reflexão dos fundamentos antropológicos, filosóficos e teológicos que norteiam o trabalho pedagógico. Dessa foi identificada a necessidade de sistematizar e propor um Projeto Educativo único que norteasse o trabalho dos educadores claretianos.

Em 2012, foi lançada a versão do Projeto Educativo para todas as unidades educativas Claretianas (com a anuência dos missionários Claretianos durante o 2º. Capítulo

da Província do Brasil), revisado e único, que lançou os fundamentos para a compreensão do modo de educar segundo o espírito claretiano.

Assim, o Projeto Educativo/Missão tem e vem inspirando todo o trabalho pedagógico/administrativo/acadêmico do Claretiano, que também, orientado pelas políticas educacionais de âmbito nacional e necessidades regionais de seu entorno, tem sido concebido, por todos os segmentos envolvidos no seu processo de implementação, como um elemento permanente de apoio, reflexão e análise para a formação humana de nossos alunos.

3. CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM - BACHARELADO: história, concepção e embasamento legal

No final do século XIX, apesar do Brasil ainda ser um imenso território com pouco contingente populacional, a questão saúde passa a constituir um problema econômico e social, surge o primeiro curso de Enfermagem criado pelo Decreto Federal nº 791, de 27 de setembro de 1890, hoje vinculado a Universidade do Rio de Janeiro.

A Enfermagem brasileira obteve em seu processo evolutivo a influência da Fundação Rockfeller, que subsidiou a criação histórica da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública em 1923, que daria origem no futuro, a Escola de Enfermagem Ana Neri. O modelo de saúde dos currículos implantados na época consistia no modelo médico-sanitário, sob forte influência da estrutura norte-americana.

Esta escola foi criada em 1931 pelo Decreto n.º 20.109 classificada como escola padrão oficial, tornando-se modelo para a estruturação das demais escolas. O currículo refletia a dissociação entre o trabalho técnico científico intelectual do Enfermeiro, em relação as atividades técnicas dos demais seguimentos profissionais da Enfermagem.

Com o incentivo a organização dos serviços de saúde e à modernização dos hospitais, passou-se a enfatizar a individualização da assistência e a atuação da Enfermeira na área de administração, supervisão e ensino de Enfermagem, tendo como consequência a primeira reformulação curricular histórica pela promulgação da Lei n.º 775/49, que dispôs sobre o ensino de Enfermagem em território nacional.

Por força da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 402/61, que regulamentou normas para elaboração dos currículos mínimos de 1º, 2º e 3º graus, as Escolas de Enfermagem precisaram rever as estratégias de formação dos alunos, preconizando as diretrizes estabelecidas na LDB e no Parecer nº 271/62 do Conselho Federal de Educação (CFE), que determinaram também o currículo mínimo para o ensino das carreiras universitárias no Brasil.

O currículo da Enfermagem fixado pelo Parecer nº 271/62, uniformizou as exigências de escolaridade e concurso de habilitação para o ingresso ao curso de Enfermagem, que passava a ser de categoria superior, prevendo a formação do Enfermeiro em três anos letivos.

Posteriormente novas mudanças curriculares foram necessárias a partir da implantação do estado autoritário em 1964 e da Reforma Universitária em 1968, que levaram a instalação do vestibular unificado nas instituições de ensino superior oficiais.

A Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), reiterando os propósitos de procurar a qualidade na formação profissional, apresentou, discutiu e aprovou o anteprojeto que fundamentou o Parecer n.º 163/72 e a Resolução nº 04/72 do CFE.

Em 28 de janeiro de 1972, foi aprovado o Parecer nº 163/72 e em 25 de fevereiro de 1972 a Resolução nº 4/72, que fixava o currículo mínimo dos cursos de Enfermagem e Obstetrícia, que prevaleceram até dezembro de 1995.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por encontros, planos nacionais e internacionais que tiveram como pauta a simplificação do atendimento de saúde, objetivando ampliar a cobertura de atendimento, adequar as tecnologias e promover a participação social, para melhorar assistência às coletividades, onde podemos citar a 30ª Assembleia da OMS/77, na qual foram firmadas as metas de Saúde para todos no ano 2000 (SPT 2000), a Conferência de Alma Ata/78, em que foi definida a Atenção Primária como estratégia para o alcance das metas da SPT 2000 e a VII Conferência Nacional de Saúde em 1979, que contribuíram para mudanças no modelo político, econômico e do setor saúde, com propostas para reformulação do Sistema de Saúde que repercutiram no setor educacional e nas instituições de formação do país, alcançando seu marco com a reforma sanitária desencadeada a partir da 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986.

Na América Latina e no Brasil, inaugurava-se um novo modelo, o epidemiológico, com o processo saúde-doença relacionado aos fatores sociais e contribuindo para a transformação no conceito de saúde.

Em 1980 ocorreu o Encontro Brasileiro de Educação em Enfermagem, em que foram discutidas as modificações no currículo mínimo, propondo uma formação "generalista" para responder às expectativas políticas no setor da saúde, o que contextualizou-se como necessidade de reformulação curricular, exigindo reflexões e revisões dos currículos de formação profissional, a partir da criação da Lei do Exercício Profissional nº 7498/86, que regulamentava o exercício da Enfermagem em todo território nacional.

A partir de 1986 a ABEn articulou-se com a Comissão de Especialistas em Enfermagem (CEE) da SESU/MEC, Escolas de Enfermagem e demais entidades para discutir e reorientar a estrutura de formação do Enfermeiro. Em abril de 1989, em Niterói-RJ foi organizado o Seminário Nacional sobre "Currículo Mínimo para a Formação do Enfermeiro", cujo documento final foi discutido nos Congressos Brasileiros de Enfermagem de 1989 e 1990, sendo encaminhado ao MEC a proposta de reformulação do currículo mínimo para formação do Enfermeiro em 1991, após oficina de trabalho realizada na sede nacional da ABEn para formulação da proposta.

Apesar de não ter sido plenamente acatada, foram as principais alterações estruturais desta proposta que levaram a extinção das habilitações assegurando a integralidade na formação do Enfermeiro, sem incluir falsas e precoces especializações, levando ao aumento da duração mínima do curso para 3500 horas envolvendo um período de 4 a 5 anos com redimensionamento no rol das disciplinas, dos conteúdos nas áreas de ciências humanas e biológicas e do conteúdo mínimo que passou abranger cinco áreas temáticas: Bases Biológicas e Sociais da Enfermagem, Fundamentos de Enfermagem, Assistência de Enfermagem, Administração de Enfermagem e Ensino de Enfermagem, que foram aprovadas pela Portaria nº 1721 de 15 de dezembro de 1995 do Ministério da Educação e Cultura.

A Graduação em Enfermagem, tem evoluído com o desenvolvimento técnico-científico e com as reformas educacionais instituídas no Brasil para o ensino superior, ulteriormente passando pela Lei nº 1254/50, com seu currículo mínimo regulamentado pela portaria nº 1721 de 15/12/1995 do Ministério da Educação e Cultura.

Posteriormente consolidou-se com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBen) nº 9394/96 de 20/12/96, que vêm determinando as novas configurações dos parâmetros curriculares nacionais, seguida pela RESOLUÇÃO CNE/CES nº 3 de 7 de novembro de 2001, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Enfermagem, classificando-a como profissão da área de saúde, cuja essência e especificidade é o cuidado com o ser humano, individualmente, em família ou na

comunidade, desenvolvendo entre outras, atividades de prevenção e controle de doenças, promoção, recuperação e reabilitação à saúde.

O Enfermeiro deve ser capaz de conhecer e intervir, sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, atuar em equipes multiprofissionais, responsabilizar-se pelo conforto, acolhimento e bem-estar dos clientes, prestando cuidados, coordenando outros setores para a prestação da assistência e promovendo a autonomia dos indivíduos, através da educação em saúde. Como profissional educador, deve receber em sua formação elementos que lhe permitam efetivar essa dimensão em seu exercício profissional. Para tanto o Enfermeiro necessita de formação específica, sustentada por legislação própria, de conformidade com o que consta na RESOLUÇÃO CNE/CES nº 3 de 7 de novembro de 2001 em seu artigo 3º incisos I e II.

Como um mercado independente de trabalho, das políticas setoriais e de emprego, o mercado de trabalho em saúde operou mudanças significativas, tais como o crescimento do seu sistema produtor de serviços em saúde e da sua estrutura ocupacional, ou seja, do perfil quantitativo e qualitativo da força de trabalho no setor. O dinamismo desse mercado se revela com o crescimento da oferta de empregos, que absorve importante parcela da população economicamente ativa do país.

A reestruturação do setor saúde em todo o mundo, com ênfase na atenção primária e na desospitalização, bem como a preocupação com a redução dos custos com atenção à saúde, vêm promovendo mudanças e está aproximando a enfermagem do cuidado domiciliar, ambulatorial e novos espaços na comunidade, embora continue presente, de forma considerável, nos hospitais gerais e nos altamente especializados.

Nas escolas, o Enfermeiro desenvolve atividades de educação em saúde e também intervém em problemas como gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e Aids, nutrição, higiene, trabalho, violência infantil, dependência química à drogas e álcool, e suicídio.

Na assistência domiciliar, o trabalho está direcionado para a atenção materno-infantil, gravidez de risco, prematuridade, doenças crônicas degenerativas e pacientes terminais. Atua também nas indústrias e empresas, através da prevenção de acidentes. Trabalha em equipes de planejamento e administração e na gestão de políticas de saúde.

O programa de saúde da família, em franca expansão em nosso país, é outro exemplo das possibilidades de inserção dos enfermeiros no mercado de trabalho, tanto através da atuação em equipes assistenciais, quanto na educação profissional.

O Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado, tem como embasamento o Projeto Educativo Claretiano (PEC), o Projeto Político Pedagógico Institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional (2010-2014) e as seguintes normatizações: Lei n° 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional); Parecer CNE/CES nº 1.133, de 7 de agosto de 2001 (Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição), Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001 (Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem), Lei do exercício Profissional nº 7498/86 de 25 de junho de 1986 que regulamenta o exercício da Enfermagem em todo território nacional; Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde nº 8.080 de 19 de setembro de 1990; Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena); Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 e Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 (Políticas e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental); Art. 66 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Titulação do corpo docente); Resolução CNE/CES n° 04/2009 (Carga horária e integralização da Área de Saúde, Bacharelado, Presencial);

Resolução CONAES n ° 1, de 17/06/2010 (Núcleo Docente Estruturante - NDE); Decreto n° 5.296/2004, que trata das condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida; Decreto n° 5.626/2005 (Disciplina de Libras); Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012; Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012 e Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012 (Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos), Lei nº 9.795, de 27/04/99 e Decreto nº 4.281, de 25/06/02 (Políticas de Educação Ambiental), e Decreto nº 9.235, de 2017.

Contempla a formação do Enfermeiro graduado e habilitado para atuar junto aos programas de higiene e saúde, bem como em escolas e diversas instituições públicas e privadas que prestam assistência à saúde.

O Projeto Político Pedagógico do Curso foi estruturado em conceitos centrais: saúde, ética, meio ambiente, cultura e educação, os quais articulam-se com temas transversais da saúde e da educação. Contempla conteúdos essenciais que relacionam o processo saúde-doença no indivíduo, família e comunidade, proporcionando condições para o aluno entender integralmente as ações do cuidar e educar em Enfermagem.

A proposta pedagógica fundamenta-se em uma concepção crítica e humanista de educação e saúde, redefinindo conteúdos essenciais da formação do Enfermeiro, promovendo articulação entre as disciplinas e procurando desenvolver estratégias de ensino inovadoras, proporcionando a construção de uma formação profissional mais flexível.

Desta forma, a estrutura curricular permitirá ao aluno o desenvolvimento de competências, através dos fundamentos teóricos e práticos oferecidos pela graduação, de modo a privilegiar o enfoque interdisciplinar, propiciado pela integração de conteúdos das disciplinas, através da metodologia de construção dos perfis, que irão compor o perfil profissional.

Com esta proposta, o Claretiano dá continuidade ao projeto missionário Claretiano, estando convicto que disponibilizará para o mercado e para a sociedade profissionais com formação acadêmica diferenciada, aptos para o desenvolvimento da Enfermagem em diferentes cenários, com elevada competência técnico-científica, com os alicerces estruturados em valores éticos e humanísticos.

3.1. Missão e Filosofia do Curso

O Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado, foi concebido a partir do Projeto Educativo, seus Princípios: SINGULARIDADE, ABERTURA, INTEGRALIDADE, TRANSCENDÊNCIA, AUTONOMIA, CRIATIVIDADE e SUSTENTABILIDADE e Projeto Político Pedagógico Institucional, portanto a missão, as metas e os objetivos do curso são deduzidos dos princípios que já existem. Nesta etapa do projeto, necessariamente resgata-se a reflexão a respeito do tipo de pessoa que desejamos, um fator em especial prioriza o sentido da presença do homem neste contexto, pela sua capacidade de ser capaz de intervir e provocar as transformações no meio em que vive.

As estratégias pedagógicas, estão empenhadas em elaborar formas de conhecimento que darão a fundamentação científica exigida pelo mundo moderno, sem perder de vista a possibilidade de ampliar a visão do aluno, facultando a ele todas as possibilidades de desenvolver sua identidade e autonomia. Esse amadurecimento é possível, porque os princípios filosóficos, situados no plano ideal, são traduzidos num currículo coerente, articulado flexível e atualizado, capaz de preparar o aluno para atender as necessidades do mercado e prepará-lo para ser ele mesmo, desdobrando-se em um profissional competente.

Assim é que o curso procura ampliar e aprofundar a condição humana, permitindo a ele conhecer sua dimensão existencial, e entender o momento presente como resultado do passado e como ponto de partida para o futuro.

Dessa forma os princípios educacionais associam-se a uma estratégia pedagógica que ensina exercitando novas habilidades, oferecendo subsídios técnicos, científicos e o direcionamento para o graduando, através de um enfoque multidimensional, construir um caminho de humanização e personificação.

Tanto para o curso como para as pessoas diretamente envolvidas no processo educativo, estes princípios significam repensar uma nova prática. Proporcionar ao graduando, condições para que seja capaz de gerenciar a construção do seu conhecimento e desenvolvimento profissional com autonomia, alcançado pela qualidade pedagógica e técnico-científica, associada a um processo de reflexão sobre a prática profissional de ensino, assistência e pesquisa.

Coerentes com estes princípios, o Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado, mantendo seu ideal maior e sua responsabilidade principal de educação, reforça a missão institucional e procura garantir uma sólida formação profissional, preparando o futuro Enfermeiro, para enfrentar os desafios das transformações sociais e do mercado de trabalho, capacitando-o para atuar nas instituições de saúde, com fundamento na Lei nº 7498/86 que regulamenta o exercício profissional da Enfermagem em território nacional.

Portanto a missão do Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado, fundamenta-se na condução do processo educativo para formação de profissionais atualizados, com conhecimento, compreensão técnico-científica, política e humana da realidade, estando apto para agir e integrar-se na sociedade com competências, determinação e responsabilidade, sempre norteadas pelos princípios éticos e cristãos, que fundamentam a missão do Claretiano.

3.2. Justificativa da Oferta do Curso: função social e características socioeconômicas e demográficas

O Claretiano – Faculdade de Boa Vista, em consonância à sua missão institucional, oferece o Curso de Graduação em Enfermagem - Bacharelado em Boa Vista/RR, onde está sediada sua coordenação.

A estrutura do Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado oferece um perfil com formação profissional generalista.

O município de Boa Vista é a capital do estado de Roraima, recobre uma área de 5.687,064 Km^2 e está circundada pelas cidades apresentadas na tabela abaixo. A região conta com uma população de 431.809 habitantes onde 20.055 são alunos matriculados no ensino médio.

Cidade	População (2016)	Matrícula Ensino Médio (2015)	Quantidade de Empresas (2014)	Pessoal ocupado (2014)	PIB per capita (2014)	Número de Cursos de Graduação em Enfermagem - Bacharelado
Boa Vista	**326.419**	**15.641**	**5.303**	**88.580**	**23.307,97**	8(EAD) - 5(Presencial)
Alto Alegre	16.053	608	68	445	11.642,75	0
Amajari	11.285	398	23	638	10.670,20	0
Bonfim	11.843	534	30	666	15.899,93	0
Cantá	16.516	614	71	1.001	12.689,12	0

Iracema	10.592	297	57	272	11.870,93	0
Mucajaí	16.618	725	146	1.172	13.401,21	0
Normandia	10.339	629	22	898	10.820,24	0
Pacaraima	12.144	609	105	612	11.912,12	0

3.3. Implementação das políticas institucionais constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional –PDI no âmbito do Curso de Graduação em Enfermagem - Bacharelado

A concepção, implantação e ampliação das Políticas Institucionais constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2018-2022) no âmbito do Projeto Político-Pedagógico do Curso (PPPC) de Enfermagem - Bacharelado, são permeadas pelo Projeto Educativo Claretiano (PEC, 2012), Carta de Princípios (2014) e pelas normatizações: Lei 9.394/96; Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001 (Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem) e documentos oficiais.

No contexto das Políticas de Graduação (PDI, 2018-2022), o curso oferecerá um ensino de qualidade, oportunizando, a partir de práticas exitosas e inovadoras, a formação humana e profissional do bacharel em Enfermagem, indissociada da extensão e da pesquisa.

As Políticas de Pós-graduação (PDI, 2018-2022) estão previstas no curso de acordo com o programa institucional, conveniadas com o Claretiano - Centro Universitário, a partir da Especialização em Enfermagem em Centro Cirúrgico, Central de Materiais e Esterilização e Recuperação Pós-Anestésica.

As Políticas de Extensão e Ação Comunitária, previstas no universo do curso, expandirão a oferta de atividades específicas, interdisciplinares e multidisciplinares, realizadas presencialmente, contribuindo para a ampliação da formação curricular e extracurricular do discente. Dentre as atividades oportunizadas, destacaremos cursos, minicursos, palestras, mesas redondas, workshops, oficinas, simpósios, mostras e apresentações culturais, visitas técnicas, realização e participação em feiras, jornadas científicas e esportivas, entre outros, além da participação em Projetos de Extensão e Ação Comunitária de cunho regional ou internacional, em integração com a sociedade e em interface com o trabalho pastoral.

As Políticas de Pesquisa previstas no contexto do curso de Enfermagem estimularão a criação cultural, desenvolvimento do espírito científico e pensamento reflexivo dos estudantes e egressos, por meio das ações oriundas do Programa de Iniciação Científica (PIC) institucional, da participação do Claretiano em programas governamentais, como o PIBIC, dos Projetos e Grupos de Pesquisa, da publicação de 11 periódicos científicos em convênio com o Claretiano – Centro Universitário (Revista Saúde; Revista Linguagem Acadêmica; Revista Medicina e Saúde; Revista Ensaios e Diálogos; Revista ENIC; Revista CONCLAR e Interamericano; Revista ENCIC; Revista Educação a Distância; Revista Jurídica; Revista Educação; e Revista Studium) e da realização de 4 (quatro) Congressos de Pesquisa e Iniciação Científica (ENCIC; ENIC; CONCLAR; e INTERAMERICANO).

As Políticas de Atendimento ao Discente e Acompanhamento ao Egresso previstas colaborarão para a expansão de programas que facilitarão o acesso à Educação Superior e possibilitarão aos alunos e futuros egressos a participarem em atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio de oportunidades curriculares e extracurriculares de inserção no mundo do trabalho. Será considerada também, a contínua ampliação dos mecanismos de nivelamento e atendimento psicopedagógico ao estudante e das ações de acompanhamento ao egresso. O curso proporcionará um atendimento personalizado, valorizando o aluno como pessoa e futuro profissional, oferecendo apoio acadêmico em pesquisas e orientação profissional, por intermédio, também, da atuação do Programa de Atendimento ao Discente (PRADI).

As Políticas de Acessibilidade, Inclusão e Diversidade (PDI, 2018-2022) e de Responsabilidade Social (PDI, 2018-2022) oportunizará a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial no contexto do curso, bem como a promoção do bom relacionamento e do respeito quanto às questões étnico-raciais, culturais, de gênero e de meio ambiente.

Quanto às Políticas de Meio Ambiente propostas no (PDI, 2018-2022), atendendo à legislação vigente, o curso desenvolverá atividades e reflexões capazes de conscientizar alunos e professores em relação à discussão do meio ambiente, a partir de contextualização no escopo das disciplinas Antropologia, Ética e Cultura, Educação Ambiental (Optativa de Formação) e específicas do curso, além de articulações com os demais componentes curriculares obrigatórios, tais como as vivências práticas.

Quanto à Avaliação Institucional, a ser aplicada pela CPA, as metas qualitativas da Instituição estarão articuladas aos índices de satisfação dos alunos do curso quanto à prática pedagógica do professor e à implementação do PPPC e resultarão dos dados obtidos nesse processo avaliativo, dos resultados de avaliações externas e das reuniões de colegiado e Núcleo Docente Estruturante (NDE).

As Políticas de Infraestrutura incidirão diretamente no curso por meio das melhorias promovidas na instituição, uma vez que assegurarão a organização dos Laboratórios de Informática e Multidisciplinares para a realização das práticas inovadoras de Enfermagem, proporcionando ao futuro Enfermeiro uma formação sólida do ponto de vista prático.

Quanto às Políticas de Gestão Administrativa (PDI, 2018-2022) e às Políticas do Corpo Docente e Técnico-Administrativo (PDI, 2018-2022), a coordenação de curso visará colocar em prática a Política de Formação constante no PDI, incentivando, por meio da formação continuada profissional/pedagógica, a participação do corpo docente em eventos que promoverão a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem. Atividades de formação continuada serão realizadas a cada início de semestre, em períodos que antecedem o início das aulas, nas reuniões de colegiado e Núcleo Docente Estruturante, complementando pelo Curso de Formação Continuada Online, de caráter inovador, ofertado pelo Claretiano.

No contexto do entendimento da legislação e das políticas institucionais, no sentido de promover Educação Superior com excelência, o Claretiano terá todo o suporte necessário aos cursos, a exemplo das instalações, equipamentos e pessoal especializados.

As Políticas de Gestão da Tecnologia da Informação garantirão a infraestrutura tecnológica e acesso à informação, apoiadas pelos recursos didáticos, como Bibliotecas, Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual como recurso pedagógico (SGA-SAV), laboratórios de informática e específicos, garantindo a infraestrutura, em atendimento ao PPPC.

Ao trabalhar de forma dinâmica, coerente com a Missão, Projeto Educativo (PEC), seus Princípios, PPI e PDI, o curso procurará garantir de forma inovadora ao aluno uma formação integral da "[...] pessoa humana para o exercício profissional e para o compromisso com a vida [...]" (PEC, 2012, p. 17), para o atendimento das demandas do mundo contemporâneo.

3.4. Perfil

No Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado, é apresentado o perfil do profissional. Esse perfil é desmembrado em Perfil Ingressante, Perfil Inicial, Perfil Intermediário e Perfil do Egresso, que conduzem todo o trabalho pedagógico do curso, visando à formação pessoal e profissional do aluno.

3.4.1. Perfil Ingressante (público que inicia o curso)

O perfil do ingressante (será organizado a partir de um questionário sociocultural aplicado no momento do Processo Seletivo), caracterizará a turma iniciante e apresentará dados que norteiam o trabalho dos professores na condução da formação pessoal e profissional dos alunos.

Ao estudante que pretende seguir a carreira de Enfermeiro é importante ter afinidade com as disciplinas da área biológica, como também com as da área de humanas, pois estas contribuem, para uma compreensão maior das questões relacionadas ao processo saúde-doença. Além disso, o Curso de Graduação em Enfermagem - Bacharelado, faz questão de contar com pessoas bem informadas, com espírito crítico e preocupadas com sua própria atualização, sendo estas qualificações, pré-requisitos importantes para quem desejar obter um bom desempenho nas disciplinas do curso.

3.4.2. Perfil Inicial (1º. Ano)

Aluno ingressante responsável em relação à vida acadêmica, com sólidos hábitos de estudo, aberto ao projeto pedagógico do curso, criativo e crítico em relação às diversas concepções metodológicas articulando a teoria com a prática, comprometido com a autoaprendizagem, capaz de fazer uso do instrumental de pesquisa para sua formação como profissional da saúde e da educação. Conhecedor de seus deveres cristãos, éticos e profissionais, analisando contextualmente o seu papel como cidadão e profissional da saúde na realidade brasileira.

3.4.3. Perfil Intermediário (metade do curso)

Aluno com sólido conhecimento dos conceitos fundamentais de enfermagem e educação, com domínio de novas tecnologias de informação e comunicação, com capacidade de liderança, apto a tomar decisões, analisar os problemas da sociedade e recomendar possíveis soluções. Ser empreendedor, a partir de uma visão integral do homem. Apto a trabalhar em equipe multiprofissional, de forma contínua e integrada com as diferentes instâncias do sistema de saúde e da educação, capaz de realizar diagnósticos, intervenções de enfermagem e sociais, numa perspectiva humanista.

3.4.4. Perfil Egresso (último ano do curso)

No perfil do egresso é apresentada a caracterização do profissional e pessoa humana que o curso pretende formar para atender as Diretrizes Nacionais do Curso e também os anseios da Missão Claretiana, que é que é ter sólida formação conceitual, generalista, capaz de exercer sua atividade profissional de forma crítica, reflexiva e transformadora, tendo como perspectiva uma concepção integral do ser humano. Profissional qualificado para o exercício da enfermagem com habilidade e competência técnica, científica, política, ética e humana. Capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase regional, identificando as dimensões bio-psico-sociais de seus determinantes. Atuando na promoção, manutenção, recuperação e reabilitação da saúde e prevenção de doenças. Capacitado para atuar com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção,

qualidade e humanização do atendimento prestado, ao indivíduo no seu ciclo vital, família e comunidade, atendendo as necessidades sociais de saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS) e com fundamento na Lei nº 7498, de 25 de junho de 1986, que regulamenta o exercício da enfermagem em território nacional. Confere ao Enfermeiro postura profissional transformadora em qualquer nível de desenvolvimento dos programas de saúde, atendendo aos princípios da universalidade, integralidade, equidade, solidariedade e hierarquização que norteiam o Sistema Único de Saúde (SUS).

Para se adequar a este perfil o egresso deve ser capaz de:

- ✓ Atuar profissionalmente compreendendo a natureza humana em suas dimensões, em suas expressões e fases evolutivas;
- ✓ Incorporar a ciência/arte do cuidar como instrumento de interpretação profissional;
- ✓ Estabelecer novas relações com o contexto social;
- ✓ Reconhecer a estrutura e as formas de organização social, suas transformações e expressões;
- ✓ Reconhecer a saúde como direito e condição digna de vida;
- ✓ Atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- ✓ Ser capaz de diagnosticar e solucionar problemas de saúde, de comunicar-se, de tomar decisões, de intervir no processo de trabalho, de trabalhar em equipe e de enfrentar situações em constante mudança;
- ✓ Atuar como sujeito no processo de formação de recursos humanos;
- ✓ Responder às necessidades regionais de saúde através de intervenções planejadas estrategicamente, em níveis de promoção, prevenção e reabilitação à saúde, dando atenção integral à saúde dos indivíduos das famílias e das comunidades;
- ✓ Considerar a relação custo-benefício nas decisões dos procedimentos na saúde;
- ✓ Reconhecer-se como coordenador do trabalho da equipe de enfermagem;
- ✓ Assumir o compromisso ético, humanístico e social com o trabalho multiprofissional em saúde;
- ✓ Promover estilos de vida saudáveis, conciliar as necessidades dos clientes e da sua comunidade, atuando como agente de transformação social;
- ✓ Usar adequadamente novas tecnologias, tanto de informação e comunicação quanto de ponta para o cuidar de Enfermagem;
- ✓ Coordenar o processo de cuidar em Enfermagem considerando contextos e demandas de saúde;
- ✓ Interferir na dinâmica de trabalho institucional, participando da composição das estruturas consultivas e deliberativas do sistema de saúde, reconhecendo-se como agente deste processo;
- ✓ Assessorar órgãos, empresas e instituições em projetos de saúde.

3.5. Objetivos

Os objetivos elencados no Projeto Político Pedagógico do Curso (PPPC) de Graduação em Enfermagem – Bacharelado permeiam a construção do currículo, pois obedecem a seleção dos conteúdos, a metodologia, a organização curricular, bem como preocupa-se com o processo de avaliação. São concebidos como a concretização das intenções educativas em termos de capacidades que procuram ser desenvolvidas nos alunos e futuros profissionais da área, levando em consideração o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular e o contexto social.

O conjunto dos objetivos considera que a aprendizagem é constante e progressiva, não se sobrepondo ao ritmo de cada aluno, uma vez que a missão do Claretiano contempla o futuro profissional como um ser único e irrepetível.

Assim, o currículo do Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado foi construído para atender aos objetivos propostos para o mesmo e também para que cada discente tenha a oportunidade de adquirir postura e compromisso político/ético e competência profissional. Cabe salientar que a partir da avaliação contínua, o aluno é orientado na construção e incorporação de suas capacidades enquanto futuro profissional da área de enfermagem.

O Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado tem como objetivo geral proporcionar condições através de sua proposta pedagógica, para formar o enfermeiro e prepará-lo para o exercício da Enfermagem com base no rigor científico, com conhecimentos para exercer com competência e habilidade a atenção a saúde, através do desenvolvimento de ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde**.** Administração e gerenciamento de instituições públicas e privadas de saúde e educação, de forma participativa, integrada e planejada com outros profissionais, com liderança e ampla visão da realidade de atenção à saúde da população, desenvolvendo habilidades técnico-científicas, comunicação e competências éticas, políticas, sociais e educativas, para atuar de forma crítica e reflexiva, na tomada de decisões no contínuo processo de saúde-doença do ser humano, nos diversos níveis de atenção à saúde e em todas as fases do seu ciclo evolutivo e de suas relações dentro do contexto da realidade social, política e humana, estando apto para agir e integrar-se na sociedade com competência, determinação e responsabilidade, sempre norteadas pelos princípios éticos e cristãos e do carisma Claretiano.

Partindo deste pressuposto, sustenta-se um planejamento pedagógico, que se desdobra dos objetivos direcionados para cada período descrito, como segue:

3.5.1. Iniciais

O Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado, tem como objetivos iniciais levar o aluno a:

1. Valorizar e buscar a atualização nos novos conhecimentos;
2. Relacionar novos conhecimentos;
3. Integrar diferentes conteúdos das diversas áreas do conhecimento;
4. Compreender e reconhecer o homem como cidadão, através de inter-relações com o outro, com necessidades de cuidados à saúde em qualquer fase do seu ciclo vital;
5. Compreender o processo saúde-doença como dinâmico através de análise crítica dos múltiplos fatores que interferem nesse processo;
6. Apropriar-se de conhecimentos e desenvolver habilidades para cuidar;
7. Valorizar e desenvolver a capacidade de trabalhar em grupo (multiprofissional);
8. Realizar análise crítica e contextualizada da realidade social para identificar problemas;
9. Apreender e aplicar valores políticos, éticos e humanistas para a cidadania e solidariedade;
10. Estimular práticas de estudo independente visando autonomia intelectual;
11. Compreender as técnicas e metodologia de investigação científica.

3.5.2. Intermediários

O Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado, tem como objetivos intermediários levar o aluno a:

1. Integrar-se de novos conhecimentos;
2. Reconhecer a interação do homem com o meio ambiente;
3. Reconhecer a ação de agentes químicos, físicos e biológicos no ser humano;
4. Reconhecer as necessidades e possibilidades do ser humano em suas diferentes etapas evolutivas;
5. Identificar e reconhecer os principais processos mórbidos, que acometem o ser humano, suas alterações estruturais e funcionais;
6. Reconhecer e entender os mecanismos gerais de ação das drogas, reações, interações e metabolização;
7. Prestar assistência de enfermagem às necessidades do homem com relação à manutenção das funções reguladoras;
8. Reconhecer e orientar condições nutricionais adequadas nas diferentes fases da vida, e principais carências nutricionais;
9. Reconhecer as principais respostas imunes do organismo;
10. Reconhecer as alterações no crescimento e desenvolvimento do ser humano;
11. Conhecer os programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso;
12. Desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional;
13. Reconhecer os diferentes cenários da prática profissional, considerando os pressupostos dos modelos clínico e epidemiológico;
14. Realizar levantamento de dados que possibilitem identificar as necessidades individuais e coletivas de saúde na população, seus condicionantes e determinantes;
15. Estimular o aluno a refletir sobre a realidade social aprenda a aprender;
16. Entender e respeitar os princípios éticos, legais e humanitários da profissão;
17. Desenvolver, participar e aplicar pesquisas e/ou outras formas de produção de conhecimentos que objetivem a qualificação da prática profissional;
18. Utilizar instrumentos que garantam a qualidade do cuidado e autocuidado de enfermagem e da assistência à saúde;
19. Entender e atuar no processo de trabalho em enfermagem, com princípios de ética e bioética, com resolutividade tanto em nível individual como coletivo, em todos os âmbitos de atuação profissional;
20. Prestar cuidados de enfermagem compatível com as diferentes necessidades apresentadas pelo indivíduo, pela família e pelos diferentes grupos da comunidade;
21. Atuar na educação em saúde como processo de trabalho e geradora de espaço de cidadania na assistência à saúde das pessoas;
22. Reconhecer o papel social do enfermeiro para atuar em atividades de política e planejamento em saúde;
23. Realizar anamnese valorizando a importância da entrevista e coleta de dados de enfermagem;
24. Prestar cuidados de enfermagem com qualidade e humanismo aos clientes/pacientes;
25. Intervir no processo saúde-doença responsabilizando-se pela qualidade da assistência/cuidado de enfermagem na perspectiva da integralidade da assistência;
26. Planejar e executar ações educativas para a comunidade;
27. Reconhecer estratégias e programas de formação da equipe de enfermagem;
28. Aplicar referenciais teóricos na assistência de enfermagem.
29. Articular a assistência, o ensino, a pesquisa e a extensão, garantindo um processo de aprendizado critico, reflexivo e criativo.

3.5.3. Egresso

O Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado, tem como objetivos finais levar o aluno a:

1. Atuar profissionalmente compreendendo a natureza humana em suas dimensões, em suas expressões e fases evolutivas;
2. Incorporar a ciência/arte do cuidar como instrumento de interpretação profissional;
3. Estabelecer novas relações com o contexto social;
4. Reconhecer a estrutura e as formas de organização social, suas transformações e expressões;
5. Reconhecer a saúde como direito e condição digna de vida;
6. Atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do SUS.
7. Ser capaz de diagnosticar e solucionar problemas de saúde, de comunicar-se, de tomar decisões, de intervir no processo de trabalho, de trabalhar em equipe e de enfrentar situações em constante mudança;
8. Atuar como sujeito no processo de formação de recursos humanos;
9. Responder às necessidades regionais de saúde através de intervenções planejadas estrategicamente, em níveis de promoção, prevenção e reabilitação à saúde, dando atenção integral à saúde dos indivíduos das famílias e das comunidades;
10. Considerar a relação custo benefício nas decisões dos procedimentos na saúde;
11. Reconhecer-se como coordenador do trabalho da equipe de enfermagem;
12. Assumir o compromisso ético, humanístico e social com o trabalho multiprofissional em saúde;
13. Promover estilos de vida saudáveis;
14. Conciliar as necessidades dos clientes/pacientes e da sua comunidade, atuando como agente de transformação social;
15. Usar adequadamente novas tecnologias, tanto de informação e comunicação quanto de ponta para o cuidar de enfermagem;
16. Coordenar o processo de cuidar em enfermagem considerando contextos e demandas de saúde;
17. Interferir na dinâmica de trabalho institucional, participando da composição das estruturas consultivas e deliberativas do sistema de saúde, reconhecendo-se como agente deste processo;
18. Assessorar órgãos, empresas e instituições em projetos de saúde;
19. Implementar metodologias no processo ensino - aprendizagem;
20. Estimular o aluno a refletir sobre a realidade social aprenda a aprender;
21. Definir estratégias que articulem o saber; o saber fazer e o saber conviver, visando desenvolver o aprender a aprender, o aprender a ser, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos e o aprender a conhecer;
22. Articular a assistência, o ensino, a pesquisa e a extensão, garantindo um processo auto didático e de ensino critico, reflexivo e criativo.

Pretende-se promover com o processo de ensino-aprendizagem centrado nas necessidades sociais de saúde, levando o aluno a perceber-se e agir como ser ativo, criativo e agente de transformação social, com visão crítica reflexiva e criativa nos aspectos éticos, legais, gerenciais e assistenciais, considerando o contexto histórico, político, econômico, social e cultural do indivíduo, família, comunidade e meio ambiente. Instrumentalizado com

o saber técnico-científico, habilidades e competências para prestar cuidados ao indivíduo, família e comunidade, assegurando a integralidade da atenção, a qualidade e humanização do atendimento.

3.6. Competências

Não basta o profissional ter conhecimentos a respeito de seu trabalho. É essencial que saiba mobilizar esses conhecimentos, convertendo-o em ação. Assim, o Curso de Graduação em Enfermagem - Bacharelado abrangerá conteúdos e atividades que constituem bases para a formação do profissional dessa área, capaz de atender o perfil já exposto. Nessa direção, o curso encaminhará seu trabalho pedagógico para que o futuro profissional alcance e possua as competências elencadas para sua profissão.

De acordo com o parecer CNE/CEB nº 16/99, "*entende-se por competência profissional a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessárias para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho".*

O conhecimento é entendido como o que muitos denominam simplesmente, saber. A habilidade refere-se ao saber fazer relacionado com a prática do trabalho, transcendendo a mera ação motora. O valor se expressa no saber ser, na atitude relacionada com o julgamento da pertinência da ação, com a qualidade do trabalho, a ética do comportamento, a convivência participativa e solidária, associada a outros atributos humanos, como a iniciativa e a criatividade.

Podemos argumentar, portanto, que alguém tem competência profissional quando constitui, articula e mobiliza valores, conhecimentos e habilidades para a resolução de problemas que ultrapassam as rotinas e estão inusitados no campo de atuação profissional. Assim, age eficazmente diante do inesperado e do inabitual, superando as experiências acumuladas, transformadas em hábito e liberando o profissional para a criatividade e a atuação transformadora.

Seguindo estes pressupostos, o Curso de Graduação Enfermagem - Bacharelado, do Claretiano – Faculdade de Boa Vista, fundamentado no art. 5º da RESOLUÇÃO CNE/CSE nº 3 de 7 de novembro de 2001, procurará dotar o futuro profissional de conhecimentos requeridos para o desenvolvimento de competências e habilidades específicas, que serão adquiridas ao longo da graduação e que constam no referido artigo.

Por sua vez, as competências tratam sempre de alguma forma de atuação, portanto, não podem ser apreendidas apenas no plano teórico nem no estritamente prático. A aprendizagem objetivando a construção de competências, permite a articulação entre teoria e prática e supera a tradicional dicotomia entre essas duas dimensões, definindo-se pela capacidade de mobilizar múltiplos recursos numa mesma situação, entre os quais temos os conhecimentos adquiridos na reflexão sobre as questões pedagógicas e aqueles construídos na vida profissional e pessoal, que serão utilizados para responder às diferentes demandas nas diversas situações de trabalho.

Mas falar das competências do Enfermeiro só tem sentido quando há reflexão crítica sobre os interesses que orientam a prática, as intenções que a movem, o destino das ações no contexto da sociedade, ou seja, quando se articulam as suas dimensões técnica, política e ética.

Desta forma, o Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado, sustentado por um planejamento pedagógico, que nasce dos perfis esperados para cada período dimensionando-se através dos objetivos propostos e gerando competências que construirão o profissional Enfermeiro a que o Claretiano propõe disponibilizar para o mercado de

trabalho, de conformidade com a RESOLUÇÃO CNE/CSE nº 3 de 7 de novembro de 2001, com a Lei do Exercício Profissional nº 7498/86 que regulamenta o exercício da Enfermagem em todo território Nacional e com a missão do curso de Enfermagem, que encontra-se atrelada a missão do Claretiano.

Assim ao final do curso, o graduando de Enfermagem obterá o grau de Bacharel em Enfermagem e o título de Enfermeiro, provido das competências previstas no art. 5º da RESOLUÇÃO CNE/CSE nº 3 de 7 de novembro de 2001, relacionadas com as incumbências do art. 8º da Lei 7498 de 25 de junho de 1986, que regulamenta o Exercício da Enfermagem em território nacional, e com os princípios e diretrizes do SUS, enriquecidas pelo projeto pedagógico do curso que lhe possibilitará o desenvolvimento social, científico e político da Enfermagem, proporcionando-lhe integração com as demandas e inovações científicas e tecnológicas da saúde e da Enfermagem no país, que o tornarão ao final da graduação, capaz de:

1. Compreender o homem em suas dimensões filosófica, política, psicológica, biológica e social, em suas fases evolutivas, inserido no contexto familiar e social;
2. Compreender e estabelecer novas relações com o contexto político, econômico, cultural e ambiental no qual se inserem as práticas de saúde, atuando como agente crítico e transformador da realidade;
3. Compreender as políticas, a organização, a gestão e o financiamento dos sistemas de saúde e educação, comprometendo-se com a garantia de uma formação básica e profissional em enfermagem para uma assistência à saúde de qualidade;
4. Reconhecer a saúde como direito a condições dignas de vida, atuando de forma a garantir a integralidade da assistência, enfocada como ações preventivas, curativas e de reabilitação articuladas, prestadas em todos os níveis de complexidade do sistema de saúde, tendo em vista a saúde de indivíduos, família e comunidade;
5. Reconhecer os perfis epidemiológicos das populações, as necessidades individuais e coletivas de atendimento à saúde, considerando as especificidades regionais;
6. Reconhecer as estratégias de educação em saúde como direito social e valioso instrumento de transformação, comprometendo-se com a formação de cidadãos críticos, éticos e humanos, na busca de possibilitar uma existência digna, participativa e solidária dentro dos princípios cristãos;
7. Promover estilos de vida saudáveis, considerando as necessidades dos usuários dos serviços de saúde e da comunidade, atuando como agente de transformação social;
8. Estabelecer relações de trabalho pautadas em atitudes éticas e humanas que favoreçam o trabalho em grupo e a tomada de decisões adequadas, que interfira no processo de trabalho assistencial, facilitando o enfrentamento criativo das situações que acometem o cotidiano;
9. Gerenciar o processo de cuidar em enfermagem, considerando contextos e demandas de saúde, atuando como coordenador do trabalho da equipe de enfermagem, utilizando instrumentos que promovam a qualidade e a humanização da assistência à saúde;
10. Comprometer-se com o trabalho multiprofissional e interdisciplinar em saúde, integrando as suas ações e conhecimentos como Enfermeiro às ações multiprofissionais, interferindo política e tecnicamente na dinâmica de trabalho da gestão institucional, reconhecendo-se como agente desse processo;
11. Planejar, implementar e avaliar programas de promoção à saúde, considerando a especificidade dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde, trabalho e adoecimento;

12. Prestar cuidados de enfermagem compatíveis com as diferentes necessidades do indivíduo, família e comunidade;
13. Atuar nos programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente, do adulto, da mulher e do idoso;
14. Atuar nos programas de saúde mental, de prevenção e reabilitação psicossocial;
15. Reconhecer o papel social do Enfermeiro, instrumentalizando-se para atuar em atividades de política e planejamento em saúde, participando da composição de estruturas consultivas e deliberativas;
16. Reconhecer e respeitar a diversidade de aspectos sociais, culturais e físicos de usuários dos serviços de saúde, família, comunidade e trabalhadores com os quais o profissional se articula, no campo assistencial ou educacional em saúde.
17. Atuar combatendo quaisquer formas de discriminação sexual, étnica e social, valorizando a vida e a inclusão social;
18. Utilizar adequadamente recursos da tecnologia da informação e da comunicação no processo ensino-aprendizagem e na prática assistencial;
19. Criar, planejar, realizar, gerir e avaliar situações didáticas que promovam a aprendizagem significativa da clientela, envolvendo: a consideração dos seus conhecimentos prévios, a flexibilidade na organização do tempo, espaço e agrupamento dos clientes; a diversidade de recursos e estratégias didáticas para a abordagem dos conteúdos; a confiança, respeito e acolhimento nas relações de educação em saúde; a articulação da teoria com a prática, bem como das dimensões racional e afetiva presentes em qualquer situação de aprendizagem, reconhecendo a integralidade da pessoa humana;
20. Desenvolver o autoconhecimento, a sensibilidade humana, o senso de responsabilidade, solidariedade e justiça para atuar, no campo assistencial, com disponibilidade e flexibilidade, respeitando os princípios éticos, legais e humanos;
21. Refletir sobre a prática assistencial, analisando seu contexto de trabalho, com crítica, criatividade e sensibilidade;
22. Desenvolver, participar e aplicar pesquisas e/ou outras formas de produção de conhecimento para aprimorar a prática profissional assistencial;
23. Educar-se continuamente, criando espaços para o seu desenvolvimento, "aprendendo a aprender" e a participação em atividades de enriquecimento cultural.

3.7. Atribuições no mercado de trabalho

O mercado de trabalho, apesar de bastante deficiente na relação oferta e demanda de mão de obra, vem sendo diferenciado em relação à Enfermagem, e em especial, ao Enfermeiro, profissional muito procurado, principalmente, em determinadas áreas de atuação onde os conhecimentos técnico-científico se fazem necessários.

Devido à expansão que hoje ocorre na área de Assistência à Saúde, com novas modalidades assistenciais, intenso aporte de tecnologia e inovações que existem na ciência da Saúde, o mercado de trabalho encontra-se em franca expansão para o Enfermeiro.

Os principais centros empregadores de Enfermeiros no Brasil estão localizados nos grandes centros urbanos, e principalmente, nas capitais, porém vem ocorrendo forte interiorização desta demanda, devido ao incremento das ações de Saúde Pública.

O setor público é o maior empregador na área de Saúde Coletiva, sendo o setor privado, o maior empregador na área assistencial. Nosso mercado exige profissionais cada vez mais capacitados, competentes e comprometidos com os clientes e familiares, com as equipes de saúde, com a comunidade e, especialmente, com a qualidade da assistência.

O campo de atuação do enfermeiro vem ampliando-se com o passar do tempo, diversificando dentre as necessidades sociais de saúde, nas quais estes profissionais cada vez mais se destacam nas atividades de gerenciamento e coordenação, sobretudo nas instituições da rede pública de saúde, como também em atividades ligadas às indústrias, auditorias, consultorias, assessorias. Essa ampliação dos campos de atuação profissional talvez explique porque os profissionais de Enfermagem graduados vêm obtendo um maior reconhecimento social nos últimos anos.

Outro aspecto sobre o campo de atuação dos profissionais de Enfermagem, é que também existe a possibilidade de atuar de forma autônoma, através da organização de Centros de Atendimento de Enfermagem, realizando atividades assistenciais e educativas, domiciliares ou consultas de enfermagem.

Acrescentamos a isso o fato de que, devido as constantes transformações por que vêm passando as relações de trabalho na área da saúde nas últimas décadas, a possibilidade de valorização das atividades realizadas pelos Enfermeiros enquanto membros das equipes multiprofissionais, e as atividades de gerenciamento, ganhando maior peso por ser o Enfermeiro o único profissional da equipe de saúde que desde o curso de graduação recebe uma formação específica para assumir atividades administrativas. Esse é um dos motivos que favorece a absorção praticamente imediata do profissional no mercado de trabalho, situação essa que vem se mantendo nos últimos anos.

O Enfermeiro pode atuar em uma diversidade de instituições de saúde, sendo:

- Órgãos públicos e privados;
- Hospitais gerais;
- Hospitais especializados;
- Clínicas de saúde e ambulatórios de variadas especialidades, como, pediatria, ginecologia e obstetrícia, psiquiatria, oncologia, geriatria, endocrinologia, cardiologia, etc;
- Clínicas de repouso;
- Clínicas de estética;
- Clínicas de recuperação;
- Postos de saúde, prontos-socorros;
- Serviços de saúde pública, Secretaria de Saúde, Centros Regionais de Saúde;
- Vigilância sanitária e epidemiológica;
- Asilos;
- Atendimento domiciliar (*home care*);
- Creches;
- Resgates aéreo e terrestre;
- Administração e coordenação de instituições de saúde;
- Empresas e indústrias, na saúde do trabalhador;
- Empresas de auditorias;
- Instituições de pesquisa científica, etc.

4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

4.1. Matriz curricular

A Matriz Curricular do Curso de Graduação em Enfermagem - Bacharelado está organizada e proposta a partir do Projeto Educativo Claretiano (PEC), o Projeto Político Pedagógico Institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional (2018-2022) e as seguintes normatizações: Lei n° 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional);

Parecer CNE/CES nº 1.133, de 7 de agosto de 2001 (Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição), Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001 (Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem), Lei do exercício Profissional nº 7498/86 de 25 de junho de 1986 que regulamenta o exercício da Enfermagem em todo território nacional; Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde nº 8.080 de 19 de setembro de 1990; Lei n° 11.645 de 10/03/2008 e Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena); Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002 e Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 (Políticas e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental); Art. 66 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Titulação do corpo docente); Resolução CNE/CES n° 04/2009 (Carga horária e integralização da Área de Saúde, Bacharelado, Presencial); Resolução CONAES n ° 1, de 17/06/2010 (Núcleo Docente Estruturante - NDE); Decreto n° 5.296/2004, que trata das condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida; Decreto n° 5.626/2005 (Disciplina de Libras); Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012; Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012 e Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012 (Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos) e Decreto nº 9.235, de 2017.

A estrutura curricular contempla os seguintes componentes curriculares: Disciplinas – 2.700h; Vivências práticas – 300h; Atividades complementares – 200h; Estágio Supervisionado – 800h e Trabalho de Conclusão de Curso – 60h.

Quanto aos conteúdos curriculares presentes no Curso de Graduação em Enfermagem - Bacharelado, estes estão estruturados para que o futuro profissional alcance e possua as competências elencadas para a sua profissão.

Dessa forma, atendendo ao Parecer CNE/CES nº 1.133, de 7 de agosto de 2001 (Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição), Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001 (Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem), o curso contempla em sua matriz curricular:

- CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE;
- CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS;
- CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM:
  - Fundamentos de enfermagem;
  - Assistência de enfermagem;
  - Administração de enfermagem;
  - Ensino de enfermagem.

As disciplinas de Comunicação e Linguagem, Metodologia da Pesquisa Científica, Antropologia, Ética e Cultura, Língua Brasileira de Sinais (contempla os conteúdos a respeito da diversidade e inclusão), fazem parte do rol das disciplinas institucionais, articuladas com o Projeto Educativo Claretiano e com as políticas federais.

As políticas para a Educação Ambiental e para a Educação das Relações Étnico-raciais são contempladas no curso nas disciplinas, optativas de formação, além da proposição de atividades nos projetos de Vivências Práticas e Atividades Complementares.

Assim, o Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado, está integralizado em cinco anos, com 4.060 horas, contemplando os seguintes componentes curriculares: Disciplinas; Vivências Práticas; Atividades Complementares; Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso.

- O Primeiro ano contempla uma carga horária de 630 horas de disciplinas, 40 horas de vivências práticas, totalizando 670 horas de trabalho pedagógico, ou seja, 16,5% da carga horária total.

- O Segundo ano contempla uma carga horária de 630 horas de disciplinas, 40 horas de vivências práticas, totalizando 670 horas de trabalho pedagógico, ou seja, 16,5% da carga horária total.

- O Terceiro ano contempla uma carga horária de 600 horas de disciplinas, 80 horas de vivências práticas, totalizando 680 horas de trabalho pedagógico, ou seja, 16,7% da carga horária total.

- O Quarto ano contempla uma carga horária de 720 horas de disciplinas, 140 horas de vivências práticas, Trabalho de Conclusão de Curso, 60 horas, totalizando 920 horas de trabalho pedagógico, ou seja, 22,7% da carga horária total.

- O Quinto ano contempla uma carga horária de 120 horas de disciplinas, 800 horas de estágio supervisionado, totalizando 920 horas de trabalho pedagógico, ou seja, 22,7% da carga horária total.

- As atividades complementares totalizam 200 horas, ou seja, 4,9% da carga horária total. Não há a obrigatoriedade de realização em cada semestre, os alunos a realizam no decorrer dos anos.

A estrutura curricular contempla a flexibilidade, considerando a disciplina Optativa de Formação, voltada para a atualização e aprofundamento da área de formação profissional e relacionada ao perfil do egresso e para a articulação com as políticas de educação ambiental, políticas relacionadas às pessoas surdas, dos direitos humanos e com políticas relacionadas às questões étnico-raciais.

O Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado, contempla as atividades práticas em laboratório para aquisição de habilidades procedimentais e competências, favorecendo raciocínio crítico e reflexivo do aluno. As rotinas para frequência e desenvolvimento de atividades seguem os parâmetros estruturados para a manutenção da boa disciplina nos ambientes de encenação de enfermarias hospitalares. As aulas práticas são ministradas no período da noite, englobada na carga horária da disciplina, que são divididas entre as aulas teóricas e práticas. No período da manhã e tarde, o laboratório funciona para os alunos poderem estudar. Os equipamentos, manequins e simulador são disponibilizados pelos monitores, assim como as técnicas a serem treinadas ou conforme a aula ministrada pelo professor.

Ressalta-se que o Claretiano oferecerá no mês de julho o Processo Seletivo para a entrada semestral de alunos nos cursos de graduação presencial. Assim, as Matrizes Curriculares (conjunto de componentes curriculares: disciplinas, estágios, atividades complementares (bacharelados), atividades acadêmico científico curriculares e práticas (licenciatura), práticas terapêuticas (saúde), foram constituídas para receber o aluno que ingressará em fevereiro e agosto.

Com este projeto, o Claretiano oferecerá a possibilidade do aluno de graduação ter acesso à entrada na educação superior semestralmente; abertura permanente da oferta de vagas, em concordância com as necessidades regionais e objetivos da instituição; o favorecimento do trabalho interdisciplinar entre disciplinas e cursos; a reorganização e fortalecimento do perfil de cada curso de graduação.

4.1.1. Detalhamento da Matriz Curricular

De acordo com a Resolução CNE/CES nº 3/2001, o curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado fundamentar-se-á em conteúdos essenciais relacionados com o

processo saúde-doença do indivíduo, da família e da comunidade, ajustando-se à realidade epidemiológica e proporcionando a integralidade das ações no cuidar em enfermagem, contemplando os eixos das Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Humanas e Sociais e Ciências da Enfermagem, assim distribuídos:

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE (600h): abrangem os conteúdos teóricos e práticos de bases moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, aplicados às situações decorrentes do processo saúde-doença no desenvolvimento da prática assistencial:

* Anatomia Humana (60h)
* Biologia Humana (60h)
* Genética (60h)
* Bioquímica e Farmacologia (90h)
* Microbiologia e Parasitologia (90h)
* Fisiologia Humana (60h)
* Patologia (60h)
* Bioestatística (60h)
* Imunologia (60h)

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (300h): abrangem os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo-sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença:

* Antropologia, Ética e Cultura (60h)
* Psicologia Aplicada à Saúde (60h)
* Comunicação e Linguagem (60h)
* Filosofia e Sociologia Aplicada à Saúde (60h)
* Metodologia da Pesquisa Científica (60h)

As disciplinas Comunicação e Linguagem; Metodologia da Pesquisa Científica; Antropologia, Ética e Cultura; e Língua Brasileira de Sinais fazem parte do rol das disciplinas institucionais, articuladas com a Missão, PEC e com as Políticas Federais.

CIÊNCIAS DA ENFERMAGEM (Fundamentos de Enfermagem, Assistência de Enfermagem, Administração de Enfermagem e Ensino de Enfermagem – 1.620h): envolvem os conteúdos técnicos, metodológicos e os meios e instrumentos inerentes ao trabalho do enfermeiro nos níveis individual e coletivo. Abrangem os conteúdos teóricos e práticos que compõem a assistência de Enfermagem prestada à criança, ao adolescente, ao adulto, à mulher e ao idoso, considerando os determinantes socioculturais, econômicos e ecológicos do processo saúde-doença, bem como os princípios éticos, legais e humanísticos inerentes ao cuidado de enfermagem, da administração do processo de trabalho e da assistência de enfermagem e conteúdos pertinentes à capacitação pedagógica:

* Saúde Coletiva e Epidemiologia (90h)
* História, Legislação e Bioética na Enfermagem (90h)
* Fundamentos de Enfermagem: Procedimentos Técnicos Básicos (120h)
* Fundamentos de Enfermagem: Procedimentos Técnicos Avançados (120h)
* Semiologia e Semiotécnica em Enfermagem (120h)
* Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Cuidar em Enfermagem (90h)
* Saúde do Adulto e do Idoso (90h)
* Saúde da Criança e do Adolescente (90h)
* Enfermagem Psiquiátrica e Saúde Mental (90h)
* Enfermagem Clínica (120h)
* Enfermagem Cirúrgica, Central de Material e Esterilização (90h)

* Enfermagem Pediátrica e Neonatal (90h)
* Didática Aplicada à Enfermagem (60h)
* Enfermagem em Ginecologia, Obstetrícia e Saúde da Mulher (120h)
* Assistência de Enfermagem em Urgência e Emergência, Centro de Terapia Intensiva e Unidades Especializadas (120h)
* Gestão Hospitalar (60h)
* Gestão em Saúde Coletiva (60h)

DISCIPLINAS OPTATIVAS DE FORMAÇÃO (180h): o curso oferecerá três disciplinas optativas, distribuídas nos 4º, 6º e 8º semestres letivos: Língua Brasileira de Sinais; Direitos Humanos; Educação Ambiental; Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos; e Nutrição e Dietética.

Os conteúdos serão oferecidos ao longo de 10 semestres, sendo que, nos primeiros semestres, estarão distribuídas as disciplinas básicas, tanto da área de Biologia e Saúde como da área de Humanas e Sociais. Ao longo do curso, estarão dispostas as disciplinas profissionalizantes da área, que passarão a predominar à medida que o aluno avançar para os semestres finais. As disciplinas que compõem o conhecimento relacionado ao ensino de Enfermagem são distribuídas ao longo de toda a matriz curricular e antes do início das atividades de estágio; nessas disciplinas, estão distribuídas as Vivências Práticas, que totalizam 300h. Nos 9º e 10º semestres, o aluno estará envolvido também com o Estágio Curricular Supervisionado (800h) e com as disciplinas Gestão Hospitalar e Gestão em Saúde Coletiva.

O conjunto dos três eixos – das Ciências Biológicas e da Saúde, das Ciências Humanas e Sociais e das Ciências da Enfermagem – promoverá o efetivo desenvolvimento e concretização dos perfis inicial, intermediário e do egresso, levando em consideração as novidades recentes e inovações da área da Enfermagem por meio de bibliografias clássicas e atualizadas, contemplando os conteúdos curriculares básicos e específicos (que compõem a ementa), articulados com as Políticas de Educação Ambiental, relacionados às pessoas surdas, direitos humanos e questões étnico-raciais, distribuídos em duas disciplinas de 60h e duas de 90h por semestre, compondo a carga horária/relógio no total de 4.060h/5 anos. As disciplinas são concebidas para serem desenvolvidas em 20 semanas de estudo, com aulas de segunda-feira à sábado.

Todo o curso terá o apoio do recurso didático SGA-SAV, concebido na premissa da informática acessível e includente, por meio de ferramentas como ResponsiveVoice, WebLibras, VLibras e NVDA, como também recursos de acessibilidade nas bibliotecas e laboratórios presenciais e virtuais. Em relação às condições de acessibilidade metodológica, os conteúdos podem ser estudados pelo aluno considerando a flexibilização do tempo, a adoção de estratégias que favorecem a aprendizagem ativa; diversidade nos instrumentos de avaliação da aprendizagem; atuação de intérprete de Libras; leitor/escriba; e provas ampliadas para alunos com baixa visão. Há computadores com teclados/mouses adaptados, leitores autônomos, vocalizadores, ampliadores de texto, lupas eletrônicas Alladin l, entre outros.

Os momentos teórico-práticos terão o apoio dos Laboratórios de Informática e Multidisciplinares, utilizados como recursos para a dinamização das aulas, a partir dos Planos de Aula elaborados e colocados em prática pelos professores. Aqui, acrescentam-se os estágios supervisionados.

As Atividades Complementares (200h) poderão ser cumpridas nos formatos presencial e a distância (a distância em outras instituições).

O espaço do Claretiano – Faculdade de Boa Vista está estruturado para atender plenamente às exigências do PPPC, estimulando a promoção do desenvolvimento de

habilidades e competências teórico-práticas do aluno, por meio de discussões ou simulações que irão fundamentar e aprofundar os princípios que permeiam todo o aprendizado.

A relação teoria-prática buscará o envolvimento dos discentes a partir dos recursos tecnológicos supracitados, os quais garantirão a interação entre o professor e o aluno, além de oportunizar e viabilizar a execução das práticas de Enfermagem em sala de aula. O Plano de Ensino será um instrumento didático que terá por objetivo a apresentação do conteúdo de forma sistematizada e inovadora, para que o aluno compreenda periodicamente o que será desenvolvido no decorrer da disciplina, dividida em 5 (cinco) Ciclos de Aprendizagem, contemplando instrumentos avaliativos, permeados pelos tipos de avaliação formativa e somativa, destacando-se a Avaliação Semestral Interdisciplinar (ASI), que funcionará como mecanismo de avaliação das relações interdisciplinares do curso.

A perspectiva de uma educação em compromisso com a vida, que valoriza a autonomia e a liberdade como elementos essenciais que caracterizam a Pessoa Humana, nas suas dimensões biológica, psicológica, social e espiritual, irá se configurar como um diferencial qualitativo do Curso de Graduação em Enfermagem - Bacharelado, em um cenário social que cada vez mais acena para o tecnicismo e a complexidade das relações humanas, traduzida na seguinte Matriz Curricular:

Matriz Curricular: Fevereiro

1º. Semestre	***Sem.***	***C.H.***	**Vivências Práticas**
Antropologia, Ética e Cultura	1	60	
Saúde Coletiva e Epidemiologia	1	90	
Psicologia Aplicada à Saúde	1	60	
História, Legislação e Bioética na Enfermagem	1	90	20
Total		**300**	**20**
2º. Semestre	***Sem.***	***C.H.***	**Vivências Práticas**
Anatomia Humana	2	60	
Biologia Humana	2	60	
Fundamentos de Enfermagem: Procedimentos Técnicos Básicos	2	120	20
Bioquímica e Farmacologia	2	90	
Total		**330**	**20**
3º. Semestre	***Sem.***	***C.H.***	**Vivências Práticas**
Fundamentos de Enfermagem: Procedimentos Técnicos Avançados	3	120	20
Genética	3	60	
Comunicação e Linguagem	3	60	
Microbiologia e Parasitologia	3	90	
Total		**330**	**20**
4º. Semestre	***Sem.***	***C.H.***	**Vivências Práticas**
Fisiologia Humana	4	60	
Semiologia e Semiotécnica em Enfermagem	4	120	20
Filosofia e Sociologia Aplicada à Saúde	4	60	

Optativa de Formação I	4	60	
Total		**300**	**20**
5º. Semestre	***Sem.***	***C.H.***	**Vivências Práticas**
Patologia	5	60	
Biotestatística	5	60	
Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Cuidar em Enfermagem	5	90	20
Saúde do Adulto e do Idoso	5	90	20
Total		**300**	**40**
6º. Semestre	***Sem.***	***C.H.***	**Vivências Práticas**
Saúde da Criança e do Adolescente	6	90	20
Imunologia	6	60	
Enfermagem Psiquiátrica e Saúde Mental	6	90	20
Optativa de Formação II	6	60	
Total		**300**	**40**
7º. Semestre	***Sem.***	***C.H.***	**Vivências Práticas**
Enfermagem Clínica	7	120	30
Enfermagem Cirúrgica, Central de Material e Esterilização	7	90	30
Enfermagem Pediátrica e Neonatal	7	90	30
Didática Aplicada à Enfermagem	7	60	
Total		**360**	**90**
8º. Semestre	***Sem.***	***C.H.***	**Vivências Práticas**
Metodologia da Pesquisa Científica	8	60	
Enfermagem em Ginecologia, Obstetrícia e Saúde da Mulher	8	120	20
Assistência de Enfermagem em Urgência e Emergência, Centro de Terapia Intensiva e Unidades Especializadas	8	120	30
Optativa de Formação III	8	60	
Total		**360**	**50**
9º. Semestre	***Sem.***	***C.H.***	**Vivências Práticas**
Gestão Hospitalar	9	60	
Estágio supervisionado I: **Rede Hospitalar:** Gestão; Internação; Materno-Infantil; Clínica; Bloco Cirúrgico e Central de Materiais; Urgência, Emergência e Unidades de Terapia Intensiva.	9	400	
Total		**460**	
10º. Semestre	***Sem.***	***C.H.***	**Vivências Práticas**
Gestão em Saúde Coletiva	10	60	

Estágio supervisionado II: **Rede Básica de Saúde (Coletiva):** Rede Básica de Saúde e Programa de Saúde da Família.	10	400	
Total		**460**	
Estágio Curricular Supervisionado		800	
Atividades Complementares		200	
Vivências Práticas		300	
Trabalho de Conclusão de Curso		60	
Total		**4060**	

DISCIPLINAS OPTATIVAS DE FORMAÇÃO OFERECIDAS: Gerontologia: uma abordagem multiprofissional; Farmacologia Clínica; Nutrição e Dietoterapia Clínica; Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos; Direitos Humanos; Educação Ambiental; Língua Brasileira de Sinais.
OBS: AS OPTATIVAS DE FORMAÇÃO PODEM SOFRER ALTERAÇÕES DE ACORDO COM A ANUÊNCIA DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE, COLEGIADO DE CURSO E APROVAÇÃO pelo CONSUP.

Matriz Curricular Agosto

1º. Semestre	***Sem.***	***C.H.***	**Vivências Práticas**
Anatomia Humana	1	60	
Biologia Humana	1	60	
Fundamentos de Enfermagem: Procedimentos Técnicos Básicos	1	120	20
Bioquímica e Farmacologia	1	90	
Total		**330**	**20**
2º. Semestre	***Sem.***	***C.H.***	**Vivências Práticas**
Fundamentos de Enfermagem: Procedimentos Técnicos Avançados	2	120	20
Genética	2	60	
Comunicação e Linguagem	2	60	
Microbiologia e Parasitologia	2	90	
Total		**330**	**20**
3º. Semestre	***Sem.***	***C.H.***	**Vivências Práticas**
Fisiologia Humana	4	60	
Semiologia e Semiotécnica em Enfermagem	4	120	20
Filosofia e Sociologia Aplicada à Saúde	4	60	
Optativa de Formação I	4	60	
Total		**300**	**20**
4º. Semestre	***Sem.***	***C.H.***	**Vivências Práticas**
Patologia	4	60	
Biotestatística	4	60	

Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Cuidar em Enfermagem	4	90	20
Saúde do Adulto e do Idoso	4	90	20
Total		**300**	**40**
5º. Semestre	***Sem.***	***C.H.***	**Vivências Práticas**
Saúde da Criança e do Adolescente	5	90	20
Imunologia	5	60	
Enfermagem Psiquiátrica e Saúde Mental	5	90	20
Optativa de Formação II	5	60	
Total		**300**	**40**
6º. Semestre	***Sem.***	***C.H.***	**Vivências Práticas**
Enfermagem Clínica	6	120	30
Enfermagem Cirúrgica, Central de Material e Esterilização	6	60	30
Enfermagem Pediátrica e Neonatal	6	90	30
Didática Aplicada à Enfermagem	6	60	
Total		**330**	**90**
7º. Semestre	***Sem.***	***C.H.***	**Vivências Práticas**
Metodologia da Pesquisa Científica	7	60	
Enfermagem em Ginecologia, Obstetrícia e Saúde da Mulher	7	90	20
Assistência de Enfermagem em Urgência e Emergência, Centro de Terapia Intensiva e Unidades Especializadas	7	120	30
Optativa de Formação III	7	60	
Total		**360**	**50**
8º. Semestre	***Sem.***	***C.H.***	**Vivências Práticas**
Gestão Hospitalar	8	60	
Estágio Supervisionado I: **Rede Hospitalar:** Gestão; Internação; Materno-Infantil; Clínica; Bloco Cirúrgico e Central de Materiais; Urgência, Emergência e Unidades de Terapia Intensiva.	8	400	
Total		**460**	
9º. Semestre	***Sem.***	***C.H.***	**Vivências Práticas**
Gestão em Saúde Coletiva	9	60	
Estágio Supervisionado II: **Rede Básica de Saúde (Coletiva):** Rede Básica de Saúde e Programa de Saúde da Família.	9	400	
Total		**460**	
10º. Semestre	***Sem.***	***C.H.***	**Vivências Práticas**

Antropologia, Ética e Cultura	10	60	
Saúde Coletiva e Epidemiologia	10	90	
Psicologia Aplicada à Saúde	10	60	
História, Legislação e Bioética na Enfermagem	10	90	20
Total		**300**	**20**
Estágio Curricular Supervisionado		800	
Atividades Complementares		200	
Vivências Práticas		300	
Trabalho de Conclusão de Curso		60	
Total		**4060**	

DISCIPLINAS OPTATIVAS DE FORMAÇÃO OFERECIDAS: Gerontologia: uma abordagem multiprofissional; Farmacologia Clínica; Nutrição e Dietoterapia Clínica; Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos; Direitos Humanos; Educação Ambiental; Língua Brasileira de Sinais.
OBS: AS OPTATIVAS DE FORMAÇÃO PODEM SOFRER ALTERAÇÕES DE ACORDO COM A ANUÊNCIA DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE, COLEGIADO DE CURSO E APROVAÇÃO pelo CONSUP.

4.1.2. Unificação dos Projetos Político-Pedagógicos (Claretiano – Rede de Educação)

No ano de 2012 foi criado o Claretiano – Rede de Educação e iniciado seu processo de estruturação. Considerando o processo de estruturação do modelo de gestão para o aprimoramento e unificação de todas as unidades educacionais da Rede, várias dimensões foram analisadas e estudadas, a partir de Áreas Temáticas: Administrativo e Financeiro, Comunicação e Marketing, Educação e Ação Pastoral, Gestão Estratégica de Pessoas, Material Didático, Registro e Controle Acadêmico, Responsabilidade Social e Filantropia, Tecnologia da Informação. O trabalho teve como subsídio o Projeto Educativo Claretiano e seus princípios de abertura, singularidade, integralidade, transcendência, autonomia, criatividade e sustentabilidade.

Com a estruturação da Rede, iniciou-se o Projeto de Unificação dos PPPC de Graduação das unidades educativas Claretianas de Educação Superior, projeto este que tem sua origem no ano de 2006, com a iniciativa da articulação dos cursos de Pedagogia. Esse projeto, que parte da Área Temática Educação e Pastoral tem como subsídio o Projeto Educativo Claretiano e seus Princípios, as diretrizes curriculares nacionais de graduação e do Exame Nacional dos Cursos; as demandas e especificidades de cada curso, articulado com o sistema institucional Totvs, e tem como objetivo: unificar todos PPPC de Graduação do Claretiano – Rede de Educação, nas dimensões filosóficas, antropológicas, acadêmica, administrativa e pedagógica, buscando contribuir e fortalecer a aprendizagem dos alunos (formação humana e profissional).

A Unificação e Alinhamento de todos os PPPCs significa que os cursos de graduação do Claretiano têm o mesmo projeto e uma matriz curricular (por curso) a ser ofertada tanto na modalidade a distância e presencial. A unificação e o alinhamento do PPPCs foram se efetivando a partir dos aspectos: tempo integralização e carga horária mínimos; disciplinas institucionais, centro de formação de professores, optativas de formação, das áreas de gestão, saúde, informática e engenharias; ementas; quantidade de disciplinas ofertadas e

carga horária por semestre; e tempo mínimo de horas dos demais componentes curriculares.

O trabalho tem a parceria dos coordenadores de curso de cada unidade educacional, que são orientados e acompanhados pelas coordenações de ensino e acadêmica, para a efetivação das etapas de unificação das matrizes curriculares e de ajustes das ementas, conteúdos, bibliografias básica e complementar.

Cabe salientar que 67 cursos passaram pelo processo de unificação, totalizando 134 matrizes curriculares unificadas, que estão sendo implantadas desde o ano de 2015, para as entradas das turmas de fevereiro e agosto.

4.1.3. Carga Horária de Atividades Didáticas (resumo)

2018-2021
Disciplinas: 2.700 horas
Vivências práticas: 300 horas
Atividades complementares: 200 horas
Estágio supervisionado: 800 horas
Trabalho de Conclusão de Curso: obrigatório, 60h
Total: 4.060 horas

4.1.4. Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS)

A integração do Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado com o sistema local e regional de saúde (SUS) ocorrerá na realização das Vivências Práticas, estabelecidas para as disciplinas específicas da Enfermagem, na modalidade de visita técnica e elaboração dos relatórios solicitados nessas atividades. As visitas técnicas ocorrerão de modo individual, com a busca do próprio aluno, no local onde a atividade solicita, ou mesmo a Instituição, representada pelo professor (profissional da área) ou coordenador do curso, que acompanhará o grupo daqueles alunos que não conseguem realizar a atividade de maneira individual. Outros cenários de integração com o SUS acontecerão na realização do Estágio Curricular Supervisionado, a partir de convênios e parcerias firmados entre o Claretiano – Faculdade de Boa Vista, as Secretarias Municipais de Saúde e instituições hospitalares onde esse componente curricular ocorrerá, considerando as áreas de Saúde Coletiva (saúde da criança e do adolescente; saúde do adulto e do idoso; saúde da mulher) e Hospitalares (enfermagem clínica; enfermagem cirúrgica, CME, centro cirúrgico; enfermagem pediátrica; enfermagem em ginecologia e obstetrícia; enfermagem psiquiátrica; unidade de terapia intensiva), Gestão Hospitalar e Gestão em Saúde Coletiva.

4.2. Disciplina Língua Brasileira de Sinais

Nos últimos anos o Claretiano vem recebendo alunos público-alvo da Educação Especial no ensino superior. Essa demanda tem sido impulsionada pela política de inclusão implementada no Brasil desde 1994, a partir da Declaração de Salamanca.

De acordo com as políticas nacionais educacionais de inclusão (BRASIL, 1994; BRASIL, 1996; BRASIL, 1997; BRASIL, 1999; SÃO PAULO, 2000; BRASIL, 2001; BRASIL, 2002; BRASIL,2006), os alunos com necessidades especiais quando inseridos nos contextos comuns de ensino devem encontrar um currículo que atenda a sua condição diferenciada. Em outras palavras, a escola deve se adequar às necessidades do aluno viabilizando a sua aprendizagem naquele contexto.

A título de informação, no contexto dos cursos de graduação, atendendo ao Decreto Nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, as unidades de educação superior Claretianas vem implementando a disciplina de Libras nos cursos de Licenciatura em Pedagogia (desde 2006), com carga horária de 60 horas. A parti de 2013, em todo Claretiano – Rede de Educação, a carga horária da disciplina, tanto nos cursos em que a mesma é obrigatória, ou optativa de formação, é de 60 horas.

Com o oferecimento da Língua Brasileira de Sinais o Claretiano – Faculdade de Boa Vista pretenderá melhorar a comunicação e interação entre aluno surdo e professores e alunos ouvintes; atender a aprendizagem e desenvolvimento do aluno surdo no curso; dar condições de trabalho para os professores dos diversos cursos; e incorporar a política de educação inclusiva.

4.3. Políticas de Educação Ambiental

As políticas de Meio Ambiente, propostas no PDI (2018-2022), vão ao encontro da crescente demanda de recursos naturais e da discussão permanente contra a progressiva degradação dos ecossistemas, requerendo o desenvolvimento de estudos voltados à geração tanto de conhecimento como de subsídios para ações preventivas e corretivas das interferências humanas.

Como atividades específicas, atendendo à Política Nacional de Meio Ambiente (PDI 2015-2019), a Lei nº 9.795, de 27/04/99, Decreto nº 4.281, de 25/06/02 e Resolução CNE/ CP nº 2, de 15 de junho de 2012 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental), o curso será orientado a desenvolver atividades e reflexões capazes de conscientizar alunos e professores em relação à discussão do meio ambiente, a partir da contextualização do tema nas disciplinas Antropologia, Ética e Cultura, Educação Ambiental (Optativa de Formação) e específicas do curso, além de articulações nos demais componentes curriculares obrigatórios, ofertados nas quartas-feiras, como palestras, atividades de extensão, minicursos ou encontros científicos.

Quanto à articulação das Políticas de Educação Ambiental com a iniciação à pesquisa, os alunos terão a possibilidade de participar do Encontro de Iniciação Científica, nos quais têm acesso a palestras e a trabalhos de pesquisa próprios e de outros alunos relacionados a esse tema.

Também, as ações previstas para a discussão e desenvolvimento das Políticas de Educação Ambiental no Curso de Graduação de Enfermagem – Bacharelado, ocorrerão em diversas disciplinas específicas, abordando principalmente, a gestão e descarte dos resíduos biológicos e materiais perfuro-cortantes, buscando atender ao Decreto no. 4.281, de 25/06/02 - Art. 5º - Inciso I.

4.4. Políticas para as Questões Étnico-raciais

De acordo com as Políticas Nacionais Educacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira (Resolução 1/2004; Parecer CNE/CP 3/2004; 10.639/2003 e 11.645/2008), a Educação Superior deve incluir, nos seus conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento das questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004 (§ 1º, Resolução 1/2004).

Para atender às políticas relacionadas acima e à Missão do Claretiano, a Instituição e o curso vem implementando estratégias que visam "promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de uma nação democrática" (Art. 2º, Resolução 1/2004).

Portanto, o Claretiano assume uma postura aberta, dinâmica e sensível, buscando responder às necessidades e expectativas do contexto externo no qual está inserido, especificamente às políticas das relações étnico-raciais e ao seu Projeto Educativo (PEC, 2012).

A Instituição, considerando sua Missão, que busca sistematizar sua ação educacional com uma visão de homem como "um ser único, irrepetível, constituído das dimensões biológica, psicológica, social, unificadas pela dimensão espiritual, que é o núcleo do ser-pessoa" (Projeto Educativo Claretiano, 2012), vem se reorganizando nos últimos anos para responder "às especificidades do reconhecimento e valorização de identidade, história e cultura afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdades de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas" (Art. 2º, § 2º, Resolução 1/2004).

Especificamente nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão, as ações envolvendo as políticas para as questões étnico-raciais ocorrem na oferta da disciplina institucional obrigatória "Antropologia, Ética e Cultura" e de optativas de formação voltadas à atualização e aprofundamento da área de formação profissional e relacionada ao perfil do egresso e para a articulação com as políticas de educação ambiental, políticas relacionadas às pessoas surdas, dos direitos humanos e com políticas relacionadas às questões étnico-raciais e também a partir das disciplinas específicas e outros componentes curriculares de cada curso, que podem ser visualizados neste PPPC.

Especificamente, no âmbito do Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado, as ações envolvendo as políticas para a questões Étnico-raciais ocorrerão, especialmente, na oferta das disciplinas: Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos e Direitos Humanos (Optativas de Formação) e nas disciplinas de Antropologia, Ética e Cultura.

Tais ações e articulações, além de atender às políticas nacionais para as questões étnico-raciais, vão ao encontro da fundamentação da concepção de Pessoa Humana presente no Projeto Educativo Claretiano (2012, p. 18):

a) respeito a cada pessoa como um ser único e singular;

b) respeito a cada pessoa como princípio de suas ações, de sua capacidade de governar-se, tendo em vista sua liberdade;

c) respeito ao homem como uma totalidade e uma exigência de abertura e contato com os outros.

4.5. Educação em Direitos Humanos

De acordo com as políticas nacionais de Direitos Humanos estabelecidas pela Resolução CNE/CP no 1/2012 (Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos), embasadas pelas legislações: Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Formação em Direitos Humanos (Resolução A/66/137/2011); a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PME - DH 2005/2014), Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/Decreto nº 7.037/2009); Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006), o

Claretiano concebe a Educação em Direitos Humanos inerente ao seu Projeto Educativo (2012, p. 17).

O Claretiano, considerando sua Missão, que busca sistematizar sua ação educacional com uma visão de homem como "um ser único, irrepetível, constituído das dimensões biológica, psicológica, social, unificadas pela dimensão espiritual, que é o núcleo do ser-pessoa" (Projeto Educativo Claretiano, 2012, p. 15), busca a todo momento responder à questão dos Direitos Humanos a partir de suas atividades pedagógicas e acadêmicas, tendo em vista o atendimento das prerrogativas da Resolução CNE/CP no 1/2012, Art. 6º e Art. 7º, Incisos I a III (2012, p. 2):

> • Art. 6º A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.
> • Art. 7º A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Huma- nos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas:
> 1) pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;
> 2) como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;
> 3) de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

O curso tem como premissa implementar e integrar ações que contemplem a transversalidade e a interdisciplinaridade no contexto de seu Projeto Político-Pedagógico, em disciplinas específicas, na disciplina institucional Antropologia, Ética e Cultura, na disciplina Direitos Humanos (Optativa de Formação); em demais componentes curriculares obrigatórios, na Extensão e Iniciação à Pesquisa.

4.6. Disciplina Optativa de Formação

Regulamentada pela instituição, a disciplina Optativa de Formação está voltada para a atualização e aprofundamento da área de formação profissional e relacionada ao perfil do egresso.

Justifica-se pelos avanços científicos e tecnológicos em todos os campos do saber e a necessidades de sua incorporação imediata nos currículos de formação; pela flexibilização curricular e interdisciplinaridade; abertura democrática saudável entre a proposta curricular e a escolha do aluno (no presencial; e pelo colegiado e núcleo docente estruturante na educação a distância) e pela possibilidade de extensão universitária.

Tem como objetivos: a promoção de competências e habilidades exigidas para a formação profissional e humana em cada campo de estudo em nossos alunos; manutenção dinâmica do currículo, flexibilização e atualização do mesmo em relação às necessidades e realidades educacionais e sociais; a atenção à inclusão, quanto a educação do surdo, a articulação com as políticas de educação ambiental; as políticas para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana; além de buscar a interdisciplinaridade entre os campos do saber e as áreas de formação.

O Curso de Graduação em Enfermagem - Bacharelado oferecerá três disciplinas optativas de formação no segundo, terceiro e quarto anos do curso, com a carga horária de 60 horas cada uma. As optativas de formação podem sofrer alterações de acordo com a anuência do colegiado de curso e aprovação pelo CONSUP.

Disciplina: Língua Brasileira de Sinais
Carga horária: 60 horas
Ementa: A disciplina Língua Brasileira de Sinais, em atendimento ao Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, pretende melhorar a comunicação e interação entre aluno surdo e professores, tutores e alunos ouvintes; atender a aprendizagem e desenvolvimento do aluno surdo no curso; dar condições de trabalho para os professores e tutores dos diversos cursos; e incorporar a política de educação inclusiva. Para isso discutirá os direitos da pessoa surda. A importância da Libras na comunicação e na educação do indivíduo surdo. A história da pessoa surda. O indivíduo surdo e suas interações na sociedade. A implementação do bilinguismo na atualidade. Vocabulário da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Libras em contexto. Diálogos em Libras. Gramática da Libras.
Bibliografia Básica
CASTRO, Alberto Rainha de; CARVALHO, Ilza Silva de. Comunicação por língua brasileira de sinais: livro básico. Brasília: Senac, 2005.
GESSER, Audrei. Libras: que língua é essa? Editora Parábola, 2009.
SKLIAR, Carlos (org.) Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2005.
Bibliografia Complementar
CAPOVILLA, F.C. e RAPHAEL, W.D. ENCICLOPÉDIA da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em libras - comunicação, religião e eventos. V. 4. São Paulo: Edusp, 2005.
CAPOVILLA, F.C. e RAPHAEL, W.D. ENCICLOPÉDIA da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em libras - artes e cultura, esportes e lazer. V. 2. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
HONORA, Márcia. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.
SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neuro linguísticas. São Paulo: Plexus, 2007.
SILVA, Ivani Rodrigues (Org.). Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades. São Paulo: Plexus, 2003.

Optativa de Formação: Educação Ambiental
Carga horária: 60 horas
Ementa: Buscando o fortalecimento de práticas comprometidas com a construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos as políticas para a Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99, Decreto nº 4.281/02 e Resolução CNE/CP nº 2/12), a disciplina aborda a educação ambiental: concepções e histórico; princípio, objetivos e caminhos da EA; desenvolvimento sustentável e educação para a sustentabilidade; diretrizes para operacionalização do Programa Nacional de Educação Ambiental: ações educativas, práticas, instrumentos e metodologias no processo de Gestão Ambiental.
Bibliografia Básica
BERTÉ, Rodrigo. Gestão socioambiental no Brasil. Curitiba: Ibpex; São Paulo: Saraiva, 2009.
PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. Gestão de natureza pública e sustentabilidade. Col. Ambiental. Manole, 2012.
STEINMETZ, Wilson; AUGUSTIN, Sérgio. Direito Constitucional do Ambiente - Teoria e Aplicação. Caxias do Sul: Educs, 2011.
Bibliografia Complementar

FANTIN, Maria Eneida. Educação ambiental, saúde e qualidade de vida [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2014.
LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação ambiental no Brasil: formação, identidade e desafio. Campinas: Papirus, 2015.
LUZZI, Daniel. Educação e meio ambiente: uma relação intrínseca. Barueri: Manole, 2012.
PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet (Coord.). Curso de gestão ambiental. Barueri: Manole, 2004.
PHILLIPI JUNIOR, A. Educação ambiental e sustentabilidade. Barueri: Manole, 2005.

Optativa de Formação: Direitos Humanos
Carga horária: 60 horas
Ementa: Buscando atender às políticas nacionais para os Direitos Humanos e o que inerente à pessoa humana, a disciplina aborda a definição e origem dos direitos humanos; sistemas nacional e internacional de proteção dos direitos humanos; direitos civis e políticos; direitos econômicos sociais e culturais; áreas temáticas dos diretos humanos, a saber: discriminação de raça, gênero e orientação sexual; direitos dos portadores de necessidades especiais; direitos sexuais e reprodutivos; combate ao trabalho escravo e infantil; previdência e assistência social, assédio sexual e moral e a responsabilidade social das empresas.
Bibliografia Básica
DIMENSTEIN, G. O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. 20. ed. reform. e atual. São Paulo: Ática, 2005.
FERREIRA FILHO, M. G. Direitos humanos fundamentais. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
PINSKY, J. Práticas de cidadania. São Paulo: Contexto, 2004.
Bibliografia Complementar
CARVALHO, J. M. 1939-. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
MACHADO, Martha de Toledo. A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos. Barueri, SP: Manole, 2003.
MAZZUOLI, V. de O. Direitos humanos e cidadania: a luz do novo direito internacional. Campinas: Minelli, 2002.
SCHWARTZMAN, S. Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo. São Paulo: Augurium, 2004.
SILVA, A. da. Direitos humanos: essência do direito do trabalho. São Paulo: LTR, 2007.
SILVEIRA, V. O. da. Direitos humanos: conceitos, significados e funções. São Paulo: Saraiva, 2010.

Optativa de Formação: Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos
Carga horária: 60 horas
Ementa: Buscando atender às políticas nacionais para os Direitos Humanos e de promoção para a educação para as Relações Étnico-Raciais a disciplina aborda: A definição e origem dos direitos humanos. Direitos civis e políticos; direitos econômicos, sociais e culturais. Relações Étnico-Raciais e a formação sócio-histórica da sociedade brasileira. Cultura e Diversidade. Racismo e preconceito: as implicações para a população negra e indígena. Racismo Institucional. Relações Étnico-Raciais e Infância. Ações afirmativas. Racismo, Preconceito e Violência. Educação e promoção da igualdade étnico-racial.

Bibliografia Básica
CHICARINO, Tathiana. Educação nas Relações Étnico-Raciais. Pearson Education do Brasil, 2016.

FERREIRA, Marrielle Maia Alves. Direitos Humanos. Batatais: Claretiano, 2010.
MICHALISZYN, Mario Sérgio. Relações étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira. Curitiba: Inter-Saberes, 2014.

Bibliografia complementar

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana. 2004.
CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.
MARÇAL, José Antônio; LIMA, Silvia Maria Amorim. Educação escolar das relações étnico-raciais: história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil. Curitiba: InterSaberes, 2015.
MAZZUOLI, V. O. Direitos humanos e cidadania: a luz do novo direito internacional. Campinas: Minelli, 2002.
RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Optativa de Formação (específica do curso): Gerontologia: uma abordagem multiprofissional

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Fundamentos biopsicossociais da gerontologia; Saúde coletiva e envelhecimento; Bases biológicas do envelhecimento; Políticas públicas e políticas de atenção ao idoso; Bioética e Envelhecimento; Nutrição e envelhecimento; Envelhecimento e qualidade de vida; Modelos organizacionais para idosos.

Bibliografia Básica

FREITAS, E. V. et al. Tratado de geriatria e gerontologia. 2. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
MORAES, E. N. Princípios básicos de geriatria e gerontologia. Belo Horizonte: Coopmed, 2008.
PAPALÉO-NETTO, M. Tratado de gerontologia. 2. Ed. São Paulo: Atheneu, 2007.

Bibliografia Complementar

TONIOLO NETO, J.; PINTARELLI, V. L.; YAMATTO, T. H. Org. À beira do leito: geriatria e gerontologia na prática hospitalar. Barueri: Manole, 2007.
PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. P. de. Bioética e longevidade humana. São Paulo: Loyola, 2006.
DUARTE, Y. A. O. Atendimento domiciliar: um enfoque gerontológico. São Paulo: Atheneu, 2005.
RAMOS, L. R.; TONIOLO NETO, J. Guia de geriatria e gerontologia. Barueri: Manole, 2005. (Série guias de medicina ambulatorial).

Optativa de Formação (específica do curso): Farmacologia Clínica

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Abordagem dos Princípios Gerais da terapêutica clínica dos medicamentos nas diversas patologias. Formas farmacêuticas e vias de administração. Interações medicamentosas. Drogas utilizadas em patologias do sistema cardiovascular. Drogas utilizadas em patologias do sistema respiratório. Drogas utilizadas em patologias do sistema nervoso. Drogas utilizadas em patologias infecciosas. Drogas utilizadas no processo de dor, febre e inflamação. Drogas utilizadas em procedimentos cirúrgicos. Drogas utilizadas no tratamento de distúrbios sanguíneos. Drogas utilizadas em tratamento de distúrbios gastrintestinais.

Bibliografia Básica

BRUNTON, Laurence L.; CHABNER, Bruce A.; KNOLLMANN, Björn C. (Org.). As bases farmacológicas de Goodman e Gilman. Porto Alegre: AMGH, 2012. 2079 p.
RANG, H. P. et al. Rang & Dale: farmacologia. Rio de Janeiro: Elsevier, c2016. xvii, 760 p.
PIVELLO, Vera Lúcia. Farmacologia: como agem os medicamentos. São Paulo: Atheneu, c2015. 229 p.

Bibliografia Complementar

GILMAN, Goodman &. As bases farmacológicas da terapêutica. Rio de Janeiro: Mc Graw-Hill, 2006.
PAGE, C. P. et al. Farmacologia integrada. 2. ed. São Paulo: Manole, 2004. xiv, 671 p.
CLAYTON, Bruce D.; STOCK, Yvonne N. Farmacologia na prática de enfermagem. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. xx, 842 p.
GUARESCHI, Ana Paula Dias França; CARVALHO, Luciane Vasconcelos Barreto de; SALATI, Maria Inês. Medicamentos em enfermagem: farmacologia e administração. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2017. xvi, 202 p.
FARMACOLOGIA: básica & clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2006. xiii, 991 p.

Optativa de Formação (específica do curso): Nutrição e Dietoterapia Clínica

Carga Horária: 60 horas

Ementa: A disciplina de dietoterapia introduz os princípios da utilização de dietas normais e modificadas no tratamento de pacientes hospitalizados e institucionalizados com doenças da boca, esôfago, estômago, intestino, fígado, vesicular biliar, pâncreas, rim, pulmão, doenças cardiovasculares, neoplásicas, neuropsíquicas, transtornos alimentares e de peso, erros inatos de metabolismo, AIDS, estresse metabólico e alergias alimentares. Para o estudo dessa disciplina o aluno deve relacionar conhecimentos de anatomia, fisiologia humana, bioquímica. A disciplina permite ao aluno analisar e adaptar as dietas e recomendações nutricionais as necessidades individuais de cada pessoa. A partir disso permite ao aluno o desenvolver habilidades teórico-práticas em dietas hospitalares. Dieta enteral e parenteral. Equipe multidisciplinar de Terapia Nutricional.

Bibliografia Básica

CUPPARI, Lilian (Coord.). Guia de nutrição: clínica no adulto. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2014. xviii, 578 p. (Guias de Medicina Ambulatorial e Hospitalar da EPM-UNIFESP) ISBN 9788520433294 (broch.). Disponível em: http://www.claretiano.edu.br/biblioteca/pearson
NUTRIÇÃO clínica: estudos de casos comentados. Barueri: Manole, 2009. ISBN 8520422885 Disponível em: http://www.claretiano.edu.br/biblioteca/pearson
COZZOLINO, Silvia M. Franciscato; COMINETTI, Cristiane (Org.). Bases bioquímicas e fisiológicas da nutrição: nas diferentes fases da vida, na saúde e na doença. Barueri: Manoele, 2013. xxx, 1257 p. ISBN 9788520431771. Disponível em: http://www.claretiano.edu.br/biblioteca/pearson

Bibliografia Complementar

SILVA, Sandra Maria Chemin Seabra da; MURA, Joana D'arc Pereira. Tratado de alimentação nutrição & dietoterapia. 2. ed. São Paulo: Roca, 2010. 1256 p. ISBN 9788572416788.
WAITZBERG, Dan L. . Nutrição oral, enteral e parenteral na prática clínica, 1. 3. ed. São Paulo: Atheneu, c2004. 928 p. ISBN 8573792558.
WAITZBERG, Dan L. Nutrição oral, enteral e parenteral na prática clínica, 2. 3. ed. São Paulo: Atheneu, c2004. Não paginado ISBN 8573792558.
ALVARENGA M, SCAGLIUSI FB,PHILIPPI ST(Org.). Nutrição e transtornos alimentares: avaliação e tratamento. Barueri: Manole, 2010, pp.133-144. Disponível em: http://www.claretiano.edu.br/biblioteca/pearson
NUTRIÇÃO clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. ISBN 8522712504.

MAHAN, L. Kathleen; ESCOTT-STUMP, Sylvia; RAYMOND, Janice L. (Coord.). Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia. Rio de Janeiro: Elsevier, c2013. xxi, 1228 p. ISBN 9788535255126.

4.7. Ementário e Bibliografia das disciplinas do Curso

O Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado, do Claretiano – Faculdade de Boa Vista será implementado também norteado pelas ementas, que são o conjunto dos conteúdos que contribuirão para o desenvolvimento das competências/capacidades que comporão o perfil do egresso, tendo o apoio das bibliografias básicas e complementares. (Relatório referendado pelo Núcleo Docente Estruturante anexo a este PPPC).

1º ANO - 1º SEMESTRE

Disciplina: Antropologia, Ética e Cultura
Carga horária: 60 horas
Ementa: A Antropologia, Ética e Cultura, no contexto das disciplinas institucionais, ofertada em todos os cursos do Claretiano, tem como propósito subsidiar os alunos quanto à consciência do Projeto Educativo e dos Princípios do Claretiano atualizada na vida dos mesmos, demonstrando o humanismo enquanto caminho para o desenvolvimento e plenificação do ser humano com suas potencialidades e abertura para a liberdade, para a alteridade e para a possibilidade de transcendência; trazendo discussões a respeito: da definição de pessoa, à luz da antropologia filosófica. Implicações da concepção de pessoa (biológica, psicológica, cultural e espiritual) na vida em sociedade; compreensão da pessoa no Projeto Educativo Claretiano; imanência, transcendência, liberdade e autonomia do ser pessoa; ética, moral, bioética e cidadania; deveres e direitos humanos e valorização da pessoa; vida boa, vida feliz e vida em plenitude; educação, formação e cultura; desafios da sociedade contemporânea: a) diversidades e pluralidade cultural (cultura afrobrasileira, indígena, entre outras); b) gênero, sexualidade e família; c) políticas afirmativas, inclusão e acessibilidade; d) meio ambiente, preservação da natureza, sustentabilidade e consciência planetária.
Bibliografia Básica
AÇÃO EDUCACIONAL CLARETIANA. Projeto Educativo Claretiano: PEC. Batatais: [s. n.], 2012.
BAUMAN, Zygmunt. Vida para Consumo - A Transformação das Pessoas em Mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
MONDIN, Battista. O Homem quem é ele? Elementos de Antropologia Filosófica. São Paulo: Paulus, 1980.
Bibliografia Complementar
ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. São Paulo: Vozes, 2004.
GALANTINO, N. Dizer homem hoje: novos caminhos da antropologia filosófica. São Paulo: Paulus, 2003.
LEVI, Primo. É isto um Homem. Tradução de DEL RE, LUIGI. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
MONDIN, Battista. Definição filosófica da pessoa humana. Bauru: EDUSP, 1998.

Disciplina: Saúde Coletiva e Epidemiologia
Carga horária: 90 horas

Ementa: O Estudo da Saúde Coletiva e epidemiologia visa ser espaço teórico e prático para contribuir com a formação do futuro profissional da saúde, atendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais que determina que o formando egresso deve ser capacitado atuar em todos os níveis de atenção à saúde para que esteja sensibilizado e comprometidos com o ser humano, respeitando-o e valorizando-o assegurando a prática de intervenções preventiva e curativa nos diferentes níveis de atuação: ambulatorial, hospitalar, comunitário/unidades básicas de saúde. A disciplina será um campo para capacitação do profissional como agente para a manutenção da saúde, bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidade, considerando circunstâncias éticas, étnicas, políticas, sociais, econômicas, ambientais e biológicas, através do estudo dos métodos de prevenção, considerando os conceitos epidemiológicos, as questões ambientais e indicadores de saúde das populações.

Bibliografia Básica

BENSEÑOR, I. M.; LOTUFO, P.A. Epidemiologia: abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Sarvier, 2005.

FRANCO, Laércio Joel; PASSOS, Afonso Dinis Costa (Org.). Fundamentos de epidemiologia. 2. ed. rev, e atual. Barueri, SP: Manoele, c2011.

ROUQUAYROL, M. Z. Epidemiologia e Saúde. Rio de Janeiro: Medsi, 1999.

Bibliografia Complementar

CHAGUI, M. Z.; SILVA, M.G. C. Saúde coletiva e Epidemiologia. Batatais: Clareiano, 2014.

COSTA, Elisa Maria Amorim. Saúde da família: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Rubio, 2004.

FIGUEIREDO, N. M.A. Ensinando a cuidar em saúde pública. São Caetano do Sul:Yendis Editora.

TIETZMANN, D. Epidemiologia. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

SILVEIRA, Mário Magalhães da. Política nacional de saúde pública: a trindade desvelada: economia - saúde - população. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

Disciplina: Psicologia Aplicada à Saúde

Carga horária: 60 horas

Ementa: A Psicologia da Saúde tem a finalidade de compreender como a influência dos fatores biológicos, comportamentais e sociais ocorrem na saúde e na doença. A partir disso, a disciplina de Psicologia aplicada à Saúde tem como premissa trabalhar os princípios fundamentais da Psicologia da Saúde, os fatores biológicos voltados à saúde e à doença. Variáveis psicossociais em situações de tratamento. Estresse e Saúde. Comportamento saudável. Doenças crônicas e fatais e intervenções psicossociais. Relação equipe interdisciplinar na saúde.

Bibliografia Básica

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

DAVIDOFF, L. Introdução à psicologia. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

FRIEDMAN, Howard S. Teorias da personalidade: da teoria clássica à pesquisa moderna. 2ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

Bibliografia Complementar

DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FIGLIE, N. B.; BORDIN S.; LARANJEIRA, R. Aconselhamento em dependência química. São Paulo: Roca, 2010.

MELLO FILHO, J. Psicossomática hoje. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

STRESS e qualidade de vida no trabalho: perspectivas atuais da saúde ocupacional. São Paulo: Atlas, 2007.
ZAVASCHI, Maria Lucrécia Scherer (Org.). Crianças e adolescentes vulneráveis: o atendimento interdisciplinar nos centros de atenção psicossocial. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Disciplina: História, Legislação e Bioética na Enfermagem
Carga horária: 90 horas
Ementa: A disciplina de História, Legislação e Bioética na Enfermagem engloba os conceitos básicos: moral, ética, bioética, deontologia fundamentos e princípios da ética. Aborda também a Lei do Exercício Profissional de Enfermagem, o Código de Ética de Enfermagem e as Resoluções do COFEN/COREN, no que dizem respeito ao exercício da Enfermagem: Centro Cirúrgico, Unidade de Terapia Intensiva (UTI), Obstetrícia e Neonatologia, Transplante, Saúde Mental e Psiquiatria, Gerência, Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH), Saúde Coletiva, Hemodiálise e Pesquisa em Seres Humanos. Inclui o desenvolvimento histórico das práticas de saúde, bem como sua origem, envolvendo inclusive a evolução da Enfermagem Brasileira e histórica da prática de Enfermagem no Brasil.
Bibliografia Básica:
OGUISSO, Taka; SCHMIDT, Maria José. O exercício da enfermagem: uma abordagem ético-legal. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2007.
REDIGOLO, Luciana Rigotto Parada. História da enfermagem e as práticas atuais. Batatais, SP: Claretiano - Centro Universitário, 2015
SANTOS, Eliane Barreto dos et al. Legislação em enfermagem: atos normativos do exercício e do ensino de enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2005.
Bibliografia Complementar:
PRINCIPAIS legislações para o exercício da enfermagem/ [2015-2017]. 3. ed. Brasília: Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.coren-sp.gov.br/sites/default/files/Principais_Legislacoes.pdf>. Acesso em: 23/07/2015.
GELAIN, Ivo. A ética, a bioética e os profissionais de enfermagem. 4ª ed. São Paulo: EPU, 2010. KLINGER, Fontinele Júnior. Ética e Bioética em Enfermagem. 2ª ed. Goiânia: AB, 2007.
OGUISSO, Taka; ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone. Ética e bioética: desafios para a enfermagem e a saúde. Barueri: Manole, 2006.
POLIT, Denise F.; BEXK, CherylTatano; HUNGLER, Bernadette P. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

1º ANO - 2º SEMESTRE

Disciplina: Anatomia Humana
Carga horária: 60 horas
Ementa: A disciplina Anatomia Humana, inclui os conteúdos para introdução do estudo da anatomia, dos processos normais da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos componentes do corpo humano. Visa, no contexto dos cursos da saúde, ser espaço para estudos teóricos e práticos dos órgãos que compõem os sistemas e aparelhos: locomotor, cardiorrespiratório, digestório, urinário, genital masculino e feminino, assim como fundamentar o aluno no conhecimento do sistema nervoso central e periférico. A

disciplina contempla os conteúdos para o desenvolvimento de cada área e pretende garantir no contexto da anatomia, a aquisição de conhecimentos de ética e direitos humanos, as diversidades étnicos raciais e de gêneros necessários a especificidade de atuação do futuro profissional da saúde.

Bibliografia Básica

DANGELO, J.G.; FATTINI, C.A. Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar. Revisada. São Paulo: Atheneu, 2011.

SOBOTTA. Atlas de Anatomia Humana. Volume I, II e III. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2012.

TANK, Patrick W.; GEST, Thomas R. Atlas de anatomia humana. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Bibliografia Complementar

ABRAHAMS, Peter H. et al. Atlas colorido de anatomia humana de McMinn. Rio de Janeiro: Elsevier, c2014.

MOORE, K. L.; AGUR, ANNE, M.R. Fundamentos de anatomia clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

NETTER, Frank H. Atlas de anatomia humana. Rio de Janeiro: Elsevier, c2015.

SILVA, C.T.V.; da Anatomia Humana Geral: caderno de referência de conteúdo. Batatais, SP: Claretiano – Centro Universitário, 2013.

TORTORA, G. J. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Disciplina: Biologia Humana

Carga horária: 60 horas

Ementa: A disciplina de Biologia Humana estuda os níveis de organização dos seres vivos, compreendendo o estudo da organização da célula eucariótica, organelas e funções. Dentro dos cursos da área da saúde, a compreensão do transporte entre membranas celulares: difusão facilitada. Bomba de Na+ e K+. O estudo da fisiologia celular, abrangendo os processos de síntese de proteínas e síntese de lipídeos. O estudo da organização das células em tecidos: definição, classificação e aspectos gerais. Compreendendo os tecidos: epitelial, conjuntivo, ósseo, muscular e nervoso. A partir do estudo e caracterização dos tecidos, sua constituição e funcionamento, procura-se ampliar e relacionar com os mecanismos fisiológicos do corpo, bem como, a influência do meio sobre ele, conhecimento essencial para a formação do profissional da área da saúde.

Bibliografia Básica

DE ROBERTIS, E. D. P.; HIBB, J. Bases da biologia celular e molecular. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

GLEREAN, Á. Manual de histologia: texto e atlas para os estudantes da área da saúde. São Paulo: Atheneu, 2003.

JUNQUEIRA, L. C. Histologia básica. Rio de Janeiro: Guanabara, 2004. 611.018 J94h

Bibliografia Complementar

CARVALHO, Hernandes F.; RECCO-PIMENTEL, Shirlei Maria. A célula. 2. ed. São Paulo: Manole, 2007.

MEDRADO, Leandro. Citologia e histologia humana: fundamentos de morfofisiológica celular e tecidual. 1. ed. Tatuapé, SP: Érica, c2014.

PAOLI, Severo de. Citologia e embriologia. 1ª ed. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2014.

PAULINO, W. R. Citologia - Histologia. Isabel Rebelo (Ed.). São Paulo: Pallotti, 2007.

SILVA, C. T. V. da.; Biologia Humana: caderno de referência de conteúdo. Batatais, SP: Claretiano - Centro Universitário, 2013.

Disciplina: Bioquímica e Farmacologia
Carga horária: 90 horas
Ementa: A disciplina Bioquímica e Farmacologia aborda os conceitos básicos para a introdução ao estudo de Bioquímica e Farmacologia. Aborda a composição e a função dos componentes químicos (orgânicos e inorgânicos) do corpo humano. Estuda os processos farmacocinéticos, bem como os efeitos produzidos, pelos principais grupos de fármacos que agem nos sistemas do organismo humano. No contexto dos cursos da saúde, apresenta-se como espaço para o estudo das biomoléculas, do metabolismo e dos mecanismos de ação de fármacos e medicamentos nos diversos sistemas do organismo humano, levando em consideração as influências das diferentes etnias e raças e do meio ambiente.
Bibliografia Básica
HARVEY, R. A.; FERRIER, D. R. Bioquímica ilustrada. Porto Alegre: Artmed, 2012.
NELSON, David L.; COX, Michael M. Princípios de bioquímica. 6. ed. São Paulo: Sarvier, 2014.
RANG, H.P.; RITTER, J.M.; DALE, M.M. Farmacologia. 6ª. Ed. Guanabara Koogan, 2007.
Bibliografia Complementar
CAMPBELL, Mary K.; FARRELL, Shawn O. Bioquímica. São Paulo: Thomson, 2008.
DAU, A. P. A. (org.). Bioquímica Humana. São Paulo, Pearson, 2015.
KATZUNG, B.G. Farmacologia: básica e clínica. 10ª. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
MORAN, L.A. et al. Bioquímica. 5 ed. São Paulo, Pearson, 2013.
PAGE, C.; CURTIS, M.; SUTTER, M.; WALKER M.; HOFFMAN, B. Farmacologia Integrada. 2a. Ed., Manole, 2004.

Disciplina: Fundamentos de Enfermagem: Procedimentos Técnicos Básicos
Carga horária: 90 horas
Ementa: A enfermagem e o cuidar abordados no contexto assistencial. Biossegurança. Procedimentos técnicos básicos de enfermagem, baseados em sinais vitais e nas Necessidades Humanas Básicas, relacionados às necessidades de Equilíbrio Hidroeletrolítico, Neurossensorial, Segurança Química, Higiene, Atividade Física, Sono e Repouso, Integridade Física, Psicossocial e Psicoespiritual.
Bibliografia Básica:
ATKINSON, Leslie D. Fundamentos de enfermagem: introdução ao processo de enfermagem. [Título original: Fundamentals ofnursing. A nursingprocess approach]. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
POTTER, Patrícia A.; PERRY, Anne Griffin. Fundamentos de enfermagem: conceitos, processo e prática. [Traduzido do original: Fundamentals ofnursing]. Isabel Cristina Fonseca da Cruz, Márcia Tereza Luz Lisboa e William César Alves Machado (Trad.). 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
TAYLOR, Carol; LILLIS, Carol; LeMONE, Priscilla. Fundamentos de enfermagem. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
Bibliografia Complementar:
AME. Dicionário de administração de medicamentos na enfermagem 2009/2010. Rio de Janeiro: EPUB, 2009.
DEGANI, Gláucia Costa; ALMEIDA, Rodrigo Guimarães dos Santos. Fundamentos de enfermagem I. Batatais, SP: Claretiano - Centro Universitário, 2015.
SMITH-TEMPLE, Jean. Guia para procedimentos de enfermagem. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 710 p. ISBN 8536303549.
PERRY, Anne Griffin; POTTER, Patricia Ann. Guia completo de procedimentos & competências de enfermagem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
TORRIANI, MaydeSeadi et al. Medicamentos de A a Z . Porto Alegre: Artmed, 2016.

2º ANO - 3º SEMESTRE

Disciplina: Fundamentos de enfermagem: Procedimentos Técnicos Avançados
Carga horária: 120 horas
Ementa: A enfermagem e o cuidar abordados no contexto assistencial. Aprendizado e aplicação de procedimentos técnicos básicos de enfermagem, baseados nas Necessidades Humanas Básicas, relacionados às necessidades de Oxigenação, Circulação, Termo regulação, Integridade Tecidual, Nutrição, Eliminação Urinária e Eliminação Intestinal.
Bibliografia Básica:
ATKINSON, Leslie D. Fundamentos de enfermagem: introdução ao processo de enfermagem. [Título original: Fundamentals of nursing. A nursing process approach]. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
POTTER, Patrícia A.; PERRY, Anne Griffin. Fundamentos de enfermagem: conceitos, processo e prática. [Traduzido do original: Fundamentals of nursing]. Isabel Cristina Fonseca da Cruz, Márcia Tereza Luz Lisboa e William César Alves Machado (Trad.). 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
VAUGHANS, Bennita W. Fundamentos de enfermagem desmistificados: um guia de aprendizado. Porto Alegre: AMGH, 2012.
Bibliografia Complementar:
COSTA, Ana Lucia Jezuino da; EUGENIO, Sonia Cristina Fonseca. Cuidados de enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2014. FILHO COSTA, Geraldo; SCHULL, Patrícia Dwyer. Enfermagem básica: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2005.
JARVIS, Carolyn. Exame físico e avaliação de saúde. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
NETTINA, Sandra M. Prática de enfermagem. 8ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
PERRY, Anne Griffin; POTTER, Patricia Ann. Guia completo de procedimentos & competências de enfermagem. Rio de Janeiro: Elsevier, c2015.

Disciplina: Comunicação e Linguagem
Carga horária: 60 horas
Ementa: A disciplina Comunicação e Linguagem tem por intuito desenvolver condições de letramento para as exigências da Educação Superior, no tocante ao estímulo da capacidade de interpretar, analisar e discutir textos sobre assuntos variados e produzidos no meio científico. Tal enfoque possibilita a compreensão das estruturas textuais concernentes às modalidades textuais propícias do ambiente acadêmico. Para isso, abordam-se questões relativas aos conceitos de comunicação, linguagem, texto e discurso; às características peculiares da fala e da escrita; aos procedimentos de interpretação e de produção de textos, com a explanação de técnicas de parafrasagem e de sintetização; à tipologia textual dissertativa presente no discurso acadêmico, mais especificamente nos gêneros resumo e resenha; aos aspectos gramaticais da língua portuguesa e ao uso da norma padrão. Comunicação e linguagem. Texto: conceito, tipologia e estruturação. Fatores de textualidade: coerência e coesão. Aspectos gramaticais relevantes à produção textual. Leitura crítica, interpretativa e analítica. Dissertação. Documentação e fichamento: documentação temática, documentação bibliográfica, ficha de citações, ficha de resumo ou conteúdo, formas de trabalhos científicos. Produção de textos.
Bibliografia Básica

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.
FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais. São Paulo: Ática, 2007. ZAMPRONEO, Silvana. Língua portuguesa. Batatais: Claretiano, 2012.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Maria Margarida de; HENRIQUES, Antônio. Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores. São Paulo: Atlas, 2007.
BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia cientifica: um guia para a iniciação científica. São Paulo: Makron Books, 2000.
CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e coerência. São Paulo: Cortez, 2007.
VANOYE, Francis. Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita. Tradução de Clarice Madureira Sabóia et. al. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Disciplina: Microbiologia e Parasitologia
Carga horária: 90 horas
Ementa: A disciplina Microbiologia e Parasitologia visa contribuir no contexto dos cursos da área da saúde e licenciaturas na construção do conhecimento quanto às propriedades gerais dos microrganismos e parasitas e suas relações com os demais organismos e o meio ambiente. De acordo com esta proposição, serão objetos de estudo: as características morfológicas e fisiológicas das bactérias, vírus e fungos e suas características patogênicas. As diferenças existentes nos vírus que o enquadra em uma classificação a parte. As características das paredes celulares das bactérias e suas características de resistência à medicação. A velocidade de crescimento desses organismos e os fatores que estão associados a esse crescimento, assim como sua ação sobre os alimentos dos quais fazemos uso. Os gêneros bacterianos de interesse na área da saúde. Procedimentos usuais para o controle dos microrganismos. Grupos de bactérias, vírus e fungos que afetam a saúde humana, de forma benéfica e nociva. A relação parasita-hospedeiro e sua implicação na saúde humana. Características evolutivas e biológicas (morfologia e ciclo de vida) dos protozoários e helmintos e também suas características de patogenicidade entre todos os organismos vivos. Cuidados básicos com a higiene e saneamento básico. Infecções parasitárias transmitidas pelo alimento e suas interferências no estado nutricional humano.

Bibliografia Básica

FERREIRA, Marcelo Urbano. Fundamentos biológicos da parasitologia humana. São Paulo: Manole, 2003.
MADIGAN, Michel T. Microbiologia de Brock. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
LEVINSON, Warren. Microbiologia médica e imunologia. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Bibliografia Complementar

CIMERMAN, Benjamin; CIMERMAN, Sérgio. Parasitologia humana: e seus fundamentos gerais. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2005.
ENGELKIRK, Paul G.; DUBEN-ENGELKIRK, Janet. Burton, microbiologia para as ciências da saúde. Rio de Janeiro: Ganabara Koogan, 2012.
NEVES, David Pereira; NEVES, David Pereira (Ed.). Parasitologia humana. 11. ed. São Paulo: Atheneu, 2010.
OPLUSTIL, Carmen Paz; ZOCCOLI, Cássia Maria; TOBOUTI, Nina Reiko; SINTO, SumikoIkura. Procedimentos básicos em microbiologia clínica. 2 ed Rev. Ampl. São Paulo: Sarvier, 2004.

VERMELHO, Alane Beatriz et al. Práticas de microbiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2006.

Disciplina: Genética
Carga horária: 60 horas
Ementa: Considerando que o profissional da área da saúde necessita dos conhecimentos acerca dos processos relacionados à transmissão hereditária dos caracteres de uma geração para outra, contidos nos genes, bem como, os mecanismos que causam anomalias devido às anormalidades encontradas nos cromossomos, a disciplina aborda os conceitos fundamentais em genética: aspectos históricos e científicos; bases moleculares da hereditariedade: estrutura do DNA e replicação; estrutura e função do RNA; síntese proteica; bases Mendelianas da Hereditariedade: Leis de Mendel; tipos de Herança Mendeliana; e noções de biologia molecular.
Bibliografia Básica
CUNHA, C. Genética e evolução humana. Campinas: Átomo, 2012.
GRIFFITHS, Anthony J. F. et al. Introdução à Genética. Tradução de Paulo Armando Motta. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
WITKOWSKI, A. J. DNA recombinante: genes e genomas. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
Bibliografia Complementar
NUSSBAUM, R. L.; MCLNNES, R. R; WILLARD, H. F. Thompson & Thompson – Genética médica. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
OTTO, Priscila Guimaraes. Genética humana e clínica. São Paulo: Roca, 1998. ISBN 85-7241-243-3
SANDERS, M.F.; BOWMAN, J.L. Análise Genética uma abordagem integrada. São Paulo, Pearson, 2014.(Livro eletrônico).
SNUSTAD, D. Peter; SIMMONS, Michael J. Fundamentos de genética. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
VARGAS, L. R. B. Genética Humana. São Paulo, Pearson, 2014. (Livro eletrônico)

2º ANO - 4º SEMESTRE

Disciplina: Fisiologia Humana
Carga horária: 60 horas
Ementa: A disciplina de Fisiologia Humana é fundamental como base para a aquisição de conhecimentos com profundidade e abrangência sobre o funcionamento dos diferentes sistemas corporais, possibilitando que o aluno consiga prosseguir no curso ao se deparar com outras disciplinas relacionadas com o funcionamento do corpo humano. Além disso, por possibilitar conhecer o corpo humano, esta disciplina contribui para a sua formação integral e, consequentemente, para a formação de um profissional qualificado para o mercado de trabalho. Assim, no decorrer desta disciplina, serão estudados os seguintes conteúdos: introdução à Fisiologia Humana: organização funcional do corpo humano e controle do "meio interno", fisiologia celular; sistema nervoso; fisiologia neuromuscular; fisiologia cardíaca; sistema urinário; fisiologia respiratória. Sistema digestório. Sistema endócrino.
Bibliografia Básica
FOX, Stuart Ira. Fisiologia humana. 7. ed. Barueri: Manole, 2007.
GUYTON, A. C. Fisiologia Humana. Guanabara Koogan, 2008 .
SILVERTHORN, Dee Unglaub. Fisiologia humana: uma abordagem integrada. Porto Alegre: Artmed, 2010.
Bibliografia Complementar

DUARTE, F. O.; STOTZER, U. S. Fisiologia humana: caderno de referência de conteúdo. Batatais, SP: Claretiano - Centro Universitário, 2013.
FALAVIGNA, Asdrubal; SCHENKEL, Paulo Cavalheiro. Fisiologia prática. Caxias do Sul, RS: EDUCS, [2010].
GUYTON, A. C. Fisiologia Humana e Mecanismos das Doenças. Guanabara Koogan, 1998.
GUYTON, A. C.; HALL, J. E. Tratado de Fisiologia Médica. Elsevier, 2006.
STANFIELD, CINDY L. Fisiologia Humana. 5 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

Disciplina: Filosofia e Sociologia Aplicada à Saúde
Carga horária: 60 horas
Ementa: A disciplina como premissa o estudo dos fundamentos filosóficos e sociológicos no contexto da área da Saúde. A relação Filosofia, Sociologia e Saúde: contribuição para a atuação e intervenção do profissional da área para fins do desenvolvimento da capacidade crítica-reflexiva na contextualização das dimensões da relação indivíduo, saúde-doença, sociedade. Estudo das formações sociais em seus processos socioeconômicos e políticos como novo paradigma para análises etiológicas e compreensão da saúde como forma de organização social. Patologia social. Estigma. Modelos de cultura médica. Percepção cultural e suas implicações no campo da saúde. O ambiente urbano. A determinação social e filosófica da saúde e da doença. A construção da práxis social na área de saúde: prática profissional e processo de mudança social. A relação profissional de saúde e paciente na perspectiva do ser humano como ser social
Bibliografia Básica
ADAM, Philippe. Sociologia da doença e da medicina. Bauru: EDUSC, 2001.
JENSEN, Sharon. Semiologia para enfermagem: conceitos e práticas clínicas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2013.
ZANCHI, M. T. & ZUGNO, P. L. Sociologia da saúde. Rio Grande do Sul: EDUCS, 2008. Pearson
Bibliografia Complementar
BOLTANSKI, Luc. As classes sociais e o corpo. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
HELMAN, Cecil G. Cultura, saúde e doença. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2003/2007.
MACHADO, Paulo Henrique Battaglin; LEANDRO, José Augusto; MICHALISZYN, Mario Sergio (org). Saúde coletiva: um campo em construção. Curitiba: Ibpex, 2006.
MEDICINA, Associação Paulista de. Sus: O que você precisa saber sobre o Sistema Único de Saúde. São Paulo: Atheneu, 2004.
PINHEIRO, R.; MATTOS, R.A. (Orgs.). Razões públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor. Rio de Janeiro: IMS/UERJ/CEPESC/Abrasco, 2007.

Disciplina: Semiologia e Semiotécnica em Enfermagem
Carga horária: 120 horas
Ementa: A disciplina engloba toda a nomenclatura semiológica, bem como a instrumentalização para realização do exame físico geral, sistema tegumentar, da cabeça e do pescoço, tórax e dos pulmões, sistema cardiovascular e vascular periférico, mamas e axilas, abdome, genitália feminina e masculina, sistema musculoesquelético e sistema neurológico.
Bibliografia Básica:
BARROS, Alba Lúcia Botura Leite de. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
BICKLEY, Lynn S.; SZILAGYI, Peter G. Bates propedêutica médica. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

JARVIS, Carolyn. Exame físico e avaliação de saúde. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

Bibliografia Complementar:

CONSENDEY, Carlos Henrique (trad.). Semiologia: bases para a prática assistencial. Rio de Janeiro: Ganabara Koogan, 2006.
JENSEN, Sharon. Semiologia para enfermagem: conceitos e práticas clínicas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2013.
POSSO, Maria Belén Salazar. Semiologia e semiotécnica de enfermagem. São Paulo: Atheneu, 1999.
PORTO, CelmoCeleno. Exame clínico: bases para a prática médica. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.
POTTER, Patrícia. Semiologia em enfermagem. 4. ed. Rio de Janeiro: Reichmann& Affonso, 2002.

3º ANO - 5º SEMESTRE

Disciplina: Patologia
Carga Horária: 60h
Ementa: A disciplina Patologia visa no contexto do curso ser espaço teórico e prático para contribuir na formação do futuro profissional da saúde no que diz respeito a compreensão das generalidades sobre patologia: conceito saúde/doença. Estudo dos mecanismos básicos das lesões, dos processos mórbidos: adaptações/ alterações celulares e extracelulares, processo inflamatório, distúrbios circulatórios, distúrbios de crescimento e diferenciação; da reparação e cicatrização, anormalidade do crescimento celular e neoplasias. Será objeto de estudo da disciplina compreender e interpretar os processos mórbidos que impactam as situações práticas comuns à área da saúde visando à solução de problemas devido as prevalências ambientais e étnicas desta na prática clínica ambulatorial e da saúde pública.
Bibliografia Básica

ABBAS, Abul K. et al. Robbins: patologia básica. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008
BRASILEIRO FILHO, Geraldo. Bogliolo: patologia geral. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2013.
KUMAR, Vinay; ABBAS, Abul K.; ASTER, Joh C. Robbins & Cotran: patologia: bases patológicas das doenças. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Bibliografia Complementar

ANGELO, Isabele de Costa (Org.). Patologia geral. São Paulo: Pearson, 2015.
COTRAN, Ramzi S.; KUMAR, Vinay; COLLINS, Tucker. Robbins patologia estrutural e funcional. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2000.
FARIA, Jose Lopes de. Patologia especial: com aplicações clinicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999. 6
MONTENEGRO, M; FRANCO, M. Patologia Processos Gerais. 4. ed. São Paulo, Atheneu. 1999. 616.07 P338
PARSLOW, Tristam G. (Coord.). Imunologia médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2004.

Disciplina: Bioestatística
Carga horária: 60 horas
Ementa: Considerando a necessidade do uso da estatística no contexto das áreas da saúde e ciências biológicas, a disciplina abordará os métodos e técnicas levantar, coletar, analisar e interpretar os dados relacionados para a melhoria da qualidade da vida, prevenção de

doenças, condições sanitárias e saúde/bem-estar do ser humano, bem como apoio à sustentabilidade do meio ambiente. Para atendimento a estas proposições, serão objetos de estudo: Síntese histórica e organização da estatística brasileira. Dados estatísticos. Distribuição de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Teoria elementar de probabilidade. Distribuições de Probabilidade.

Bibliografia Básica

ARANGO, Héctor Gustavo. Bioestatística: teórica e computacional. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2009.

BEIGUELMAN, B. Curso Prático de Bioestatística. 5. ed. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2002.

BLAIR, R.C.; TAYLOR, R.A. Bioestatística para ciência da saúde. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013. Pearson

Bibliografia Complementar

CALLEGARI-JACQUES, S.M. Bioestatística: princípios e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DAWSON, Beth; TRAPP, Robert G. Bioestatística: básica e clínica. 3. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana do brasil, 2003.

PEGANO, M. Princípios de bioestatística. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004.

VIEIRA, S. Bioestatística: tópicos avançados. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

VIEIRA, Sônia. Introdução à bioestatística. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

Disciplina: Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Cuidar em Enfermagem

Carga horária: 90 horas

Ementa: A disciplina de Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Cuidar em Enfermagem aborda as fundamentações teóricas da assistência de Enfermagem, com enfoque no modelo teórico das necessidades humanas básicas. Estuda o método científico e a metodologia da assistência. Inclui a anamnese e exame físico, que inicia o processo de enfermagem, para a realização da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), envolvendo todas as etapas do processo: coleta de dados, diagnósticos de enfermagem com análise, síntese dos dados e julgamento clínico e utilização da taxonomia da NANDA, planejamento da assistência abordando metas, objetivos e prescrições, implementação da assistência e avaliação.

Bibliografia Básica:

ALFARO-LEFEVRE, Rosalinda. Aplicação do processo de enfermagem: promoção do cuidado colaborativo. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

DOENGES, Marilynn, E.; MOORHOUSE, Mary Frances; GEISSLER, Alice C. Planos de cuidado de enfermagem: orientações para o cuidado individualizado do paciente. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

HERDMAN, T. Heather; KAMITSURU, Shigemi (Org.). Diagnósticos de enfermagem da NANDA: definições e classificação, 2015-2017. 10. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2015. xix, 468 p.

Bibliografia Complementar:

BULECHEK, Gloria M. Classificação das intervenções de enfermagem (NIC). Rio de Janeiro: Elsevier, c2016.

CARPENITO-MOYET, Lynda Juall. Planos de cuidados de Enfermagem e documentação: diagnósticos de enfermagem e problemas colaborativos. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

HORTA, Wanda de Aguiar. Processo de Enfermagem. Guanabara Koogan, 2011.

MOORHEAD, Sue. CLASSIFICAÇÃO dos resultados de enfermagem (NOC). 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

TANNURE, Meire Chucre; GONÇALVES, Ana Maria Pinheiro. SAE, Sistematização da Assistência de Enfermagem: guia prático. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

Disciplina: Saúde do Adulto e do Idoso
Carga horária: 90 horas
Ementa: A enfermagem na promoção, prevenção e proteção da saúde do adulto e do idoso dentro do contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) incluindo saúde do homem, saúde sexual e reprodutiva, saúde do trabalhador, saúde no sistema penitenciário, saúde de adultos e idosos em situação de risco e inclusão do indivíduo com necessidades especiais. Inclui as causas de morbimortalidade do adulto nas diferentes fases da vida, epidemiologia do envelhecimento, senescência e senilidade, institucionalização, avaliação multidimensional e violência contra o idoso. Engloba a consulta de enfermagem, imunizações, educação em saúde, vigilância à saúde do adulto e idoso e necessidade nutricional. Envolve ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação em: tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão e obesidade.
Bibliografia Básica:
BRÊTAS, A. C. P.; GAMBA, M. A. (orgs.). Enfermagem e saúde do adulto. São Paulo: Manole, 2006.
FIGUEIREDO, Nébia Maria de Almeida; MACHADO, William César Alves. Tratado cuidados de enfermagem médico cirúrgico. São Paulo: Roca, 2012.
FREITAS, Elizabete Viana de; Py, Lígia (Coord.) Tratado de geriatria e gerontologia. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
Bibliografia Complementar:
ELIOPOULOS, Charlotte. Enfermagem gerontologia. Porto Alegre, Artmed, 2011.
KAWAMOTO, EmiliaEmi; SANTOS, Maria Cristina Honório dos; MATTOS, Thalita Maia de. Enfermagem comunitária. 2. ed. São Paulo: EPU, 2009.
LITVOC, Júlio (Ed.). Envelhecimento: prevenção e promoção da saúde. São Paulo: Atheneu, 2004.
LUNA, Rafael Leite; SABRA, Aderbal. Medicina de família: saúde do adulto e do idoso. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
RODRIGUES, Rosalina Aparecida Partezani (Org.). Como cuidar dos idosos. 5. ed. Campinas: Papirus, 2005.

3º ANO - 6º SEMESTRE

Disciplina: Saúde da Criança e do Adolescente
Carga horária: 90 horas
Ementa: A disciplina Saúde da Criança e do adolescente aborda as políticas nacionais de assistência à criança e ao adolescente dentro do contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo os indicadores epidemiológicos de morbimortalidade na infância e adolescência, direitos da criança e do adolescente na sociedade brasileira enfocando o estatuto da criança e do adolescente. Estuda o crescimento e desenvolvimento, priorizando a alimentação, imunização recomendada pelo Ministério da Saúde e as medidas de proteção na infância e na adolescência. Engloba a assistência integral à saúde da criança e do adolescente, doenças prevalentes na infância e a atuação do enfermeiro na atenção básica.
Bibliografia Básica:
BARBOSA, Rildo Pereira. Saúde da Criança e do Adolescente. Editora Érica.
FUJIMORI, Elizabeth. Enfermagem e a saúde da criança na atenção básica. Barueri: Manole, 2009.

WONG, Donna L. Whaley & Wong - Enfermagem pediátrica: elementos essenciais à intervenção efetiva. [Traduzido do original: Whaley & Wong's Essentials ofpediatricnursing]. Cláudia Lúcia Caetano de Araújo (Trad.). 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Fabiane de Amorim. Enfermagem pediátrica: a Criança, o adolecente e sua família no hospital. Barueri, Sp, Manelo, 2008. PEARSON

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. AIDPI - Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância: curso de capacitação. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2003 - (módulos 1, 2, 3, 4, 5, e 6).

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE AÇÕES PROGRAMÁTICAS ESTRATÉGICAS. Agenda de compromissos para a saúde integral da criança e redução na mortalidade infantil. Brasil: Ministério da Saúde, 2005. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

PESSOA, José Hugo de Lins. Puericultura. Atheneu, 2013.

TEIXEIRA, Amarilis Batista. Puericultura: rotinas em ambulatório de pediatria. Belo Horizonte: Coopmed editora médica, 2005.

Disciplina: Imunologia

Carga horária: 60 horas

Ementa: A disciplina de Imunologia tem como premissa oferecer ao futuro profissional da área da saúde conhecimentos a respeito da imunidade do corpo e como o mesmo reage às doenças. Serão objetivos de estudo da disciplina a imunidade e o sistema imune. Tecidos e órgãos linfóides. Células do sistema imune. Imunidade inata e adquirida. Respostas inflamatórias (células e mediadores). Imunidade celular e humoral. Anticorpos e outros mediadores da resposta imunológica. Memória imunológica. Reações de hipersensibilidades I, II, III e IV. Tolerância e doenças autoimunes. Falhas na defesa do sistema imune AIDS. Imunização ativa e passiva. Respostas imunes contra tumores e transplantes.

Bibliografia Básica

ABBAS, Abul K.; LICHTMAN, Andrew H.; PILLAI, Shiv. Imunologia básica: funções e distúrbios do sistema imunológico. Rio de Janeiro: Elsevier, c2014.

LEVINSON, Warren. Microbiologia médica e imunologia. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MURPHY, Kenneth. Imunobiologia de Janeway. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Bibliografia Complementar

ABBAS, Abul K.; LICHTMAN, Andrew H.; PILLAI, Shiv. Imunologia celular e molecular. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BALESTIERI, Filomena Maria Perrella. Imunologia. Barueri: Manole, 2006.

DOAN, Thao T.; MELVOLD, Roger; WALTENBAUGH, Carl. Imunologia médica: essencial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

FORTE, Wilma Neves. Imunologia: do básico ao aplicado. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ROITT, Ivan M.; RABSON, Arthur. Imunologia básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2003.

Disciplina: Enfermagem Psiquiátrica e Saúde Mental

Carga horária: 90 horas

Ementa: A disciplina se inicia com o desenvolvimento histórico da psiquiatria e as Políticas de Saúde Mental. Aborda o atual contexto da assistência aos portadores de transtornos mentais, identificando as necessidades da pessoa, desenvolvendo ações terapêuticas através do relacionamento interpessoal, conhecendo os diferentes transtornos e seu tratamento e cuidado de enfermagem. Enfermagem psiquiátrica: visão atual e tendência, Assistência /

cuidado de enfermagem ao doente mental e familiares. Aplicação de metodologia sistematizada da assistência de enfermagem psiquiátrica. Uso de álcool e drogas.

Bibliografia Básica:

DELGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed, 2007. Biblioteca A

KAPLAN, H.; SADOCK, B. Compêndio de psiquiatria. Porto Alegre: Rtes. Médicas, 2007.

WRIGHT, L.M; LEAHEY, M. Enfermeiras e famílias: um guia para avaliação e intervenção em família. Ed.: Rocca, 2012.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, Marissol Bastos de. Psiquiatria para enfermagem. Riddel, São Paulo, 2012. Pearson

ROCHA, Ruth Mylius. Enfermagem em saúde mental. 2 ed. Rev e Ampl. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2005.

RODRIGUES, Antonia Regina Furegato. Enfermagem psiquiátrica: saúde mental: prevenção e intervenção. São Paulo: EPU, 2005.

STEFANELLI, M. C; FUKUDA, I. M. K.; ARANTES, E. C. (Org.) Enfermagem psiquiátrica em suas dimensões assistenciais. Barueri-SP: Manole, 2008. Pearson

VIDEBECK, Sheila L. Enfermagem em saúde mental e psiquiatria.5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. GRUPO A

4º ANO - 7º SEMESTRE

Disciplina: Enfermagem Clínica

Carga horária: 120 horas

Ementa: Aborda os aspectos administrativos e funcionais da Unidade de Clínica Médica. Contempla a assistência de enfermagem a adultos e idosos portadores de alterações clínicas mais prevalentes nos campos de atividades práticas referentes as alterações cardiovasculares, hematológicas, oncológicas, imunológicas e infecciosas, endocrinológicas e metabólicas, respiratórias, geniturinárias, gastrointestinais e nutricionais, neurológicas, musculoesqueléticas, dermatológicas e geriátricas utilizando a metodologia da assistência de enfermagem, enfatizando a ética do cuidar na prática clínica do enfermeiro.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Miriam de Abreu. Processo de enfermagem na prática clínica estudos clínicos baseados na prática do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Porto Alegre: Artmed, 2011. GRUPO A.

FIGUEIREDO, Nébia Maria de Almeida; MACHADO, William César Alves. Tratado cuidados de enfermagem médico cirúrgico. São Paulo: Roca, 2012.

SMELTZER, C. S.; BARE, B. G.; HINKLE, J. L.; CHEEVER, K. H. Brunner&Suddarth: tratado de enfermagem médico cirúrgico. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

Bibliografia Complementar:

BAIKIE, Peggy D.; BROOME, Barbara; CLUGSTON, David J.; ENNS, Sue M.; HARBERT, Kenneth R.; HAUSAUER, Janice D.; HUNTER, Bobbie L.; KINDIG, Nathan C.; LEAL, Manuel D.; NEILSON, Eric G.; NORDEHN, Glenn H.; ROMAN, Marlene L.; SAULS, Barbara L.; SIOMKO, Alexander John; THURIERE, Dominique A.; TOUB, David. Sinais e sintomas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan: LAB, 2006.

BARROS, Alba Lúcia Botura Leite de. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010

BENSEÑOR, Isabela M.; ATTA, José Antonio; MARTINS, Mílton de Arruda. Semiologia clínica: sintomas gerais, sintomas específicos, dor e insuficiências. São Paulo: Sarvier, 2002.

BICKLEY, Lynn S.; SZILAGYI, Peter G. Bates propedêutica médica. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
DOENGES, Marilynn, E.; MOORHOUSE, Marr Frances; MURR, A Alice C. Diagnóstico de enfermagem: intervenções, prioridades, fundamentos. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

Disciplina: Enfermagem Cirúrgica, Central de Materiais e Esterilização
Carga horária: 90 horas
Ementa: Estrutura organizacional e funcional da Central de Material e Esterilização, Centro Cirúrgico e Centro de Recuperação Pós-anestésica/Legislação. Processo e métodos de desinfecção e esterilização: físico, químico e físico-químico. Tipos de embalagens para esterilização. Controle da esterilização. História da cirurgia no mundo e no Brasil. Prevenção e controle de infecções no ambiente perioperatório. Classificação das Cirurgias. Segurança do paciente e dos profissionais de saúde em ambiente cirúrgico. Assistência de enfermagem ao paciente cirúrgico no período perioperatório. Tipos de Anestesia. Monitorização perioperatória. Sistematização da Assistência de Enfermagem Perioperatória (SAEP) dos pacientes submetidos a cirurgia cardíaca, torácica, do trato gastrintestinal, ginecológica, geniturinária, neurológica, ortopédica, plástica/reconstrutiva e boca/nariz e garganta. Avaliação e Manejo da dor pós-operatória. Enfermagem em centro cirúrgico ambulatorial. Educação e planejamento da alta.
Bibliografia Básica:
HINRICHSEN, S.L. Biossegurança e controle de infecções: risco sanitário hospitalar. Rio de Janeiro: Medsi, 2009.
KAVANAGH, C.M.G. Elaboração do manual de procedimentos em central de materiais e esterilização. São Paulo: Atheneu, 2007.
SANTOS, Nívea Cristina Moreira. Centro cirúrgico e os cuidados de enfermagem. 3. ed. São Paulo: Iátria, 2006.
Bibliografia Complementar:
CARVALHO, Raquel; BIANCHI, Estela Regina Ferraz. Enfermagem em centro de material, biossegurança e bioética . Barueri, SP, Manole, 2015.PEARSON
CARVALHO, Raquel; BIANCHI, Estela Regina Ferraz. Enfermagem em centro cirúrgico e recurepação. Barueri, SP, Manole, 2016. PEARSON
GRAZIANO, Kazuko Uchikawa; SILVA, Arlete; PSALTIKIDIS, Eliane Molina (Org.). Enfermagem em centro de material e esterilização. São Paulo: Manoele, 2011
SAMAMA, G. Enfermagem no centro cirúrgico: generalidades, anestesia, cirurgia digestiva, cirurgia vascular. 2. ed. São Paulo: Andrei, 2005.
SAMAMA, G. Enfermagem no centro cirúrgico: ortopedia, traumatologia, urologia, ginecologia, cirurgia torácica. 2. ed. São Paulo: Andrei, 2005.

Disciplina: Enfermagem Pediátrica e Neonatal
Carga horária: 90 horas
Ementa: Aborda a assistência integral à saúde do recém-nascido, da criança e do adolescente e a organização da assistência em unidades pediátrica, neonatal e alojamento conjunto, englobando as medidas para proteção da criança e controle de infecções nas unidades de internação neonatal e pediátrica, a recreação em unidades de internação pediátrica, a alimentação da criança hospitalizada, as medidas terapêuticas e a assistência de enfermagem no processo diagnóstico-terapêutico nas patologias mais incidentes do recém-nascido e da criança hospitalizada. Abrange a adaptação do recém-nascido à vida extrauterina, cuidados imediatos e mediatos ao recém-nascido, as características do recém-

nascido normal e prematuro e como ocorre o seguimento do prematuro e o apego mãe-filho.

Bibliografia Básica:

BOWDEN, Vicky R. Procedimentos de enfermagem pediátrica. [Traduzido do original: Pediatricnursing procedures]. Cláudia Lúcia Caetano de Araújo (Trad.). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

WONG,D. L. WHALEY,L.F. Enfermagem Pediátrica: elementos essenciais à intervenção efetiva. 5ª ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 1999.

HOCKENBERRY, Marilyn J.; WILSON, David (Coord.). Wong fundamentos de enfermagem pediátrica. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Xxxvii.

Bibliografia Complementar:

BEHRMAN KLILGMAN. Nelson - Princípios de pediatria. 3. ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2003.

CARLOTTI, Ana Paula de Carvalho Panzeri. Manual de rotinas de terapia intensiva pediátrica. São Paulo. Tecmedd, 2005.

CECCHETTO, Fatima Helena. Procedimentos em enfermagem pediátrica. Rio de Janeiro: Rubio, 2015.

COLLET, Neusa. Enfermagem pediátrica. Goiânia: Ed. AB, 2002.

MARCONDES, E. Pediatria Básica. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2003. 3 volumes

Disciplina: Didática Aplicada a Enfermagem

Carga horária: 60 horas

Ementa: Considerando que o profissional da área da Enfermagem deve ser capaz de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação, a disciplina aborda a prática educativa em Saúde/Enfermagem a partir das contribuições didático pedagógicas. O enfermeiro como um educador-cuidador. A educação para a saúde - estratégias didático-pedagógicas e projetos educativos interdisciplinares: propostas para a prática de um trabalho educativo na saúde/enfermagem voltadas a melhoria/transformação da qualidade da vida humana.

Bibliografia Básica

BRASIL.MINISTÉRIO DA SAÚDE.SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE. PROJETO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NA ÁREA DE ENFERMAGEM. Formação pedagógica em educação profissional na área de saúde: enfermagem: núcleo estrutural: proposta pedagógica: o campo de ação. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

FREIRE, P. A Pedagogia do Oprimido. 17. ed. 23ª reimpressão. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987.

GHIRALDELLI JR., P. Didática e teorias educacionais. Rio de Janeiro: DP&A, 2000/2002.

Bibliografia Complementar:

FAZENDA, I.C. A. Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia? 5. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

FREIRE, P. Educação e mudança. [Traduzido do original: EDUCACION Y CAMBIO]. Moacir Gadotti (Trad.); Lilian Lopes Martin (Trad.). 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FERRIANI, Maria das Graças C. A inserção do enfermeiro na saúde escolar. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992.

GADOTTI, Moacir. Convite a leitura de Paulo Freire. São Paulo: Scipione, 2004.

4º ANO - 8º SEMESTRE

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica
Carga horária: 60 horas
Ementa: A disciplina Metodologia da Pesquisa Científica tem como propósito contribuir para a formação do estudante para o exercício da pesquisa, nos campos teórico e prático, preparando-o para a autonomia com relação à solução de situações-problema em sua área de atuação, amparado na reflexão que estabeleça relação com o conhecimento já produzido. Em consonância com Projeto Educativo e os Princípios do Claretiano – Rede de Educação, os eixos temáticos da disciplina perpassam a ética na pesquisa - no que tange ao tratamento de propriedade intelectual veiculada pela comunidade científica – bem como a ética da alteridade no tratamento para com a Pessoa Humana, possível sujeito participante de uma pesquisa. A disciplina ainda aborda noções da linguagem empregada na esfera científica, a atuação dos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, a construção dos elementos clássicos de um Projeto de Pesquisa, e a elaboração do Artigo Científico como gênero discursivo de maior abrangência na seara acadêmica.
Bibliografia Básica
ARCHANJO, R. M.; MARINHEIRO, C. A.; SANCHES, E. L. Metodologia da Pesquisa Científica. Batatais: Claretiano, 2016.
BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica. São Paulo: Makron Books, 2000. Pearson
SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2002.
Bibliografia Complementar
BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. Aprendendo a aprender: introdução a metodologia cientifica. Petropolis: Vozes, 2011.
CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.
KOCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2009.
LAKATOS, Eva Maria (org). Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2001.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2006.

Disciplina: Enfermagem em Ginecologia, Obstetrícia e Saúde da Mulher
Carga horária: 120 horas
Ementa: A disciplina de Enfermagem em Ginecologia, Obstetrícia e Saúde da Mulher tem por intuito desenvolver condições para a organização da assistência e consulta de enfermagem em ginecologia e obstetrícia no atendimento ambulatorial de pré-natal, centro obstétrico, unidade de puerpério e saúde da mulher, atendendo as Políticas Públicas de atenção à saúde da mulher. Aborda os direitos reprodutivos, saúde reprodutiva, métodos contraceptivos, planejamento familiar e situação social e da saúde da mulher no Brasil. Enfoca a assistência de enfermagem no ciclo gravídico puerperal, gestação de alto risco, alterações fisiológicas e psicossociais da gravidez normal e estratégias na prevenção do câncer ginecológico e mamário.
Bibliografia Básica:
BARROS, SMO (org). Enfermagem no ciclo gravídico-puerperal. Barueri SP: Manole, 2006.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Parto, aborto e puerpério: Assistência humanizada à saúde. Ministério da Saúde, 2003.
NEME, Bussâmara. Obstetrícia básica. 3. ed. São Paulo: Sarvier, 2005.

Bibliografia Complementar:

Amado Batista, Margarida. Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica. Lidel. Zamboni
BRASIL. Ministério da Saúde. Assistência pré-natal: manual técnico/equipe de elaboração: Janine Schirmer et al. 3. ed. Brasília: Secretaria de Políticas de Saúde - SPS/ Ministério da Saúde, 2000. 66p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04_11.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2015.
BRASIL, Ministério da Saúde. Manual do Planejamento Familiar. Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0102assistencia1.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2015.
BRASIL, Ministério da Saúde. Gestante de alto risco. Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/gestacao_alto_risco.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2015.
BRASIL, Ministério da Saúde. Urgências e emergências maternas: Guia para diagnóstico e conduta em situações de risco de morte materna. 2. ed. Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0105urgencias.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2015.

Disciplina: Assistência de Enfermagem em Urgência e Emergência, Centro de Terapia Intensiva e Unidades Especializadas

Carga horária: 120 horas

Ementa: A disciplina aborda o estudo da estrutura organizacional da sala de emergência e unidades móveis, estrutura física, materiais e equipamentos e atribuições do enfermeiro na avaliação primária e secundária realizados no atendimento ao politraumatizado e lesões específicas, emergências clínicas e outras situações de emergência. Engloba também os aspectos estruturais, organizacionais e de recursos humanos no Centro de Terapia Intensiva. Manejo de situações de morte encefálica e manuseio do potencial doador de órgãos. Limitação terapêutica no paciente crítico, infecção hospitalar em Centro de Terapia Intensiva, e assistência ao paciente crítico com distúrbios associados à hospitalização.

Bibliografia Básica:

CINTRA, Elaine de Araújo; NISHIDE, Vera Médice; NUNES, Wilma Aparecida. Assistência de enfermagem ao paciente gravemente enfermo. 2 ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2008.
HIGA, E. M. S.; ATALLAH. A. N. Guias de Medicina de Urgência (Guia de Medicina Ambulatorial e Hospitalar). 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2008. PEARSON
KNOBEL, Elias; LASELVA, Claudia Regina; MOURA JÚNIOR, Denis Faria. Terapia intensiva: enfermagem. São Paulo: Editora Atheneu, 2006.

Bibliografia Complementar:

AMERICAN HEART ASSOCIATION (AHA). Guideline – Destaques das Diretrizes da AHA para RCP e ACE. 2010. 28 p. Disponível em: <http://www.heart.org/idc/groups/heart-public/@wcm/@ecc/documents/downloadable/ucm_317343.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2015.
MAYOR, Eliana Rodrigues Carlessi; MENDES, Edoília Maria Teixeira; OLIVEIRA, Kátia Regina. Manual de procedimentos e assistência de enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2006.
DREYER, Elisabeth; COLOMBRINI, Maria Rosa Ceccato; NISHIMURA, Márcio Tadashi; PATO, Nilce Rodrigues Viana. Ventilação mecânica básica para enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2004.
KNOBEL, Elias. Condutas no paciente grave. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2006.

SANTOS, N.C.M. Urgência e emergência para a enfermagem – do atendimento pré-hospitalar (APH) à sala de emergência. 5. ed. São Paulo: Iátria, 2008.

5º ANO - 9º SEMESTRE

Disciplina: Gestão Hospitalar
Carga horária: 60 horas
Ementa: Modalidade funcional na organização do trabalho em enfermagem. Princípios da administração flexível. Liderança no processo gerencial. Educação continuada na enfermagem. Gerenciamento de recursos humanos. Recrutamento e seleção de pessoal. Dimensionamento de pessoal. Distribuição do pessoal para o trabalho de enfermagem - escala (diária e mensal). Informatização dos serviços de saúde. Supervisão. Planejamento. Educação continuada. Qualidade na prestação de serviços de saúde. Relações de trabalho.
Bibliografia Básica:
BORBA, Valdir Ribeiro; LISBOA, Teresinha Covas. Teoria geral de administração hospitalar: estrutura e evolução do processo de gestão hospitalar. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.
BORBA, Valdir Ribeiro. Do planejamento ao controle de gestão hospitalar: instrumento para o desenvolvimento empresarial e técnico. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006. (Coleção Gestão hospitalar).
MARQUIS, Bessie L.; HUSTON, Carol J. Administração e liderança em enfermagem: Teoria e prática. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
Bibliografia Complementar:
BERTELLI, Sandra Benevento. Gestão de pessoas em administração hospitalar. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 2004.
CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. 3. ed. São Paulo: Makron books, 2000. Pearson
CHIAVENATO, Idalberto. Administração de recursos humanos: fundamentos básicos. 7. ed. Barueri: Manole, 2010.Pearson
MOYSÉS FILHO, Jamil et al. Planejamento e gestão estratégica em organizações de saúde. São Paulo: FGV, 2010. 157 p. (Gestão em saúde). ISBN 9788522508464.
SALU, Enio Jorge. Admistração hospitalar no Brasil. Barueri, Manole, 2013. PEARSON

5º ANO - 10º SEMESTRE

Disciplina: Gestão em Saúde Coletiva
Carga horária: 60 horas
Ementa: A disciplina de Gestão em Saúde Coletiva tem por intuito demonstrar a prática de enfermagem em saúde coletiva com fundamento nas diretrizes do SUS e como é realizada a gestão dos serviços de saúde dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). Enfoca as funções administrativas do enfermeiro nos serviços de saúde, bem como o planejamento, organização, gerenciamento dos recursos humanos e materiais em saúde, financiamento do SUS e papel do enfermeiro no gerenciamento desses serviços e da equipe de enfermagem.
Bibliografia Básica:
CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. 3. ed. São Paulo: Makron books, 2000. Pearson
SANTOS, Álvaro da Silva. A Enfermagem na gestão em atenção primária à saúde. Barueri: Manole, 2007. PEARSON
MARQUIS, Bessie L.; HUSTON, Carol J. Administração e liderança em enfermagem: Teoria e prática. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Bibliografia Complementar:

BRASIL - Ministério da Saúde: Lei Federal nº 8080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm>. Acesso em: 29 jul. 2015.

BRASIL - Ministério da Saúde: Lei Federal nº 8142, de 28 de dezembro de 1990 (complementação da Lei Orgânica da Saúde). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8142.htm>. Acesso em: 29 jul. 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos tempos. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.Pearson

MOYSÉS FILHO, Jamil et al. Planejamento e gestão estratégica em organizações de saúde. São Paulo: FGV, 2010. 157 p. (Gestão em saúde). ISBN 9788522508464.

SOUZA, Marina Celly Martins Ribeiro de; HORTA, Natália de Cássia. Enfermagem em Saúde Coletiva: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

4.7.1. Periódicos

REVISTA LATINO-AMERICANA DE ENFERMAGEM (ONLINE)
ACTA PAULISTA DE ENFERMAGEM (ONLINE)
REVISTA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DA USP (ONLINE)
REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA (ONLINE)
CIÊNCIA & SAÚDE COLETIVA (ONLINE)
CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA (ONLINE)
BRAZILIAN JOURNAL OF MICROBIOLOGY (ONLINE)
HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE (ONLINE)
INTERFACE (UNI/UNESP. ONLINE)
ENFERMAGEM BRASIL
ENFERMAGEM EM FOCO
ENFERMAGEM REVISTA

4.8. Princípios Metodológicos e Modalidade

A metodologia sustentada pelo Projeto Educativo Claretiano (2012) incide profundamente no desenvolvimento da personalidade, na autorrealização e na autonomia de ser e de aprender do aluno, como também na formação do espírito de cooperação e de solidariedade. Para isso, essa metodologia e didática se apoiam nos seguintes princípios:

1) Princípio da Singularidade (cada pessoa merece atenção, respeito e valorização na comunidade educativa);

2) Princípio da Abertura (a comunidade educativa está aberta ao diálogo e deseja servir às pessoas, à comunidade e ao mundo);

3) Princípio da Integralidade (a comunidade educativa é profética e facilitadora da construção responsável de si e da investigação da verdade);

4) Princípio da Transcendência (queremos melhorar o que somos e o que fazemos);

5) Princípio da Autonomia (na comunidade educativa, cada um deve responder com empenho para o bem de todos);

6) Princípio da Criatividade (queremos ser criativos e proativos no cumprimento de nossa Missão); e

7) Princípio da Sustentabilidade (queremos que a Instituição viva e faça viver, por isso, com passos firmes no presente, olhamos para o futuro).

De acordo com Piva (2008), não é um método pedagógico, uma teoria psicológica, um procedimento, uma técnica que marca a escola claretiana, é, antes, uma formalidade, um espírito, uma alma peculiar que anima e dá, a ela, especial e diferenciada vitalidade. Daqui nasce a vivência, o entusiasmo e o quadro de referência para a ação educativa. Essa formalidade e esse sentido adotados requerem uma concepção clara e explícita do que vem a ser a Pessoa Humana.

A abordagem do Claretiano para conhecer e tratar o ser humano quer ser radical e metafísica, atingir o homem em si, como ser bio-psico-espiritual em relação múltipla e num processo de realização. A partir dessa Missão radical, emergem o valor do ser humano, sua dignidade, sua educabilidade. Métodos, técnicas, currículo, ensino etc. são meios para construir o Ser-Pessoa.

O Claretiano espera se diferenciar de outras instituições de ensino não pelos métodos, técnicas, meios audiovisuais, laboratórios, que sempre devem ser os melhores à altura dos destinatários da atividade educativa.

A partir dessas colocações, na proposta do Curso de Graduação em Enfermagem - Bacharelado, os alunos construirão significados e práticas para sua profissão e atuação a partir de múltiplas e diferentes interações, que são essenciais à socialização e à aprendizagem da ética profissional. Assim, a metodologia de trabalho proposta pelo Curso irá basear-se na reflexão contínua dos conteúdos metodológicos e na análise de situações da profissão articuladas com os componentes curriculares: disciplinas teóricas e práticas, vivências práticas, atividades complementares e estágio supervisionado.

No trabalho pedagógico a ser desenvolvido em cada disciplina, permeado pelos objetivos e desenvolvido em sala de aula, por meio de atividades docentes e discentes, serão utilizadas as seguintes estratégias: aula expositiva dialogada, seminário, debate e discussão, estudo de texto, estudo dirigido, prática simulada, estudo de caso, PBL (Problem-Based Learning - Aprendizagem Baseada em Problemas) e do TBL (Team Based Learning - Aprendizagem Baseada em Equipes), estudo do meio, trabalho em grupo, na implementação da Avaliação Semestral Interdisciplinar (ASI), que ocorre semestralmente e permite ao aluno ser avaliado a partir do perfil proposto, nos demais componentes curriculares do curso, nos Encontros de Iniciação Científica (ENIC) e nos encontros, conferências e palestras do curso, complementando a sua formação pessoal e profissional, com apoio dos seguintes recursos de ensino: giz, lousa, lousa digital, projetor multimídia, vídeos, slides, revistas, livros, xerox, TV, música, laboratórios, biblioteca física e digital, viagens pedagógicas, Sala de Aula Virtual, plano de ensino, efetivação de alguns instrumentos avaliativos; enfim, pelas tecnologias que apoiam a colocação desta graduação em prática.

Cabe salientar que toda a bibliografia básica e complementar das disciplinas está disponível nas bibliotecas Virtual de Batatais, presencial de Boa Vista, Digital Pearson, Pergamum e Biblioteca EBSCO, para consulta dos alunos.

4.8.1. Modalidade Presencial

A metodologia do Claretiano tem o curso estruturado em disciplinas e componentes curriculares obrigatórios (conforme matriz curricular supracitada), que são implementados durante 20 semanas por semestre, com aulas de segunda-feira à sábado, permitindo compor a totalidade das horas consideradas na integralização do curso.

4.8.1.1 Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs e o Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual

4.8.1.1.1. Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs

A inovação tecnológica é premissa e exigência contínua na Instituição. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), no Claretiano – Rede de Educação, estão fundamentadas em preceitos que se caracterizam pela inovação (aquisição de novos recursos a partir dos perfis de aprendizagem, adoção de novas metodologias, atualização das versões dos sistemas); pela abrangência (acessibilidade digital, comunicacional, atitudinal e metodológica); pela multiplicidade (desktops, smartphones, tablets etc.); e pela congruência (integração de sistemas e softwares) (PDI, 2018-2020).

Nesse sentido, toda a estrutura tecnológica disponível na Rede viabiliza a integração de sistemas que exercem influência de forma direta no processo ensino-aprendizagem, e, por isso, na ótica da Instituição, analisar isoladamente um grupo específico de tecnologias (aquelas que diretamente são interpretadas como ferramentas de apoio à aprendizagem) comprometeria a percepção de todo o universo e suas possibilidades.

Estando a estrutura tecnológica do Claretiano constituída em Rede, destacam-se os seguintes recursos, ferramentas e sistemas:

* ERP TOTVS-RM, sistema de gestão empresarial cuja funcionalidade é integrar toda a parte de backoffice, envolvendo os contextos: Educacional, Gestão Financeira, Compras, Contrato, Patrimônio, Fiscal, Contábil e de Pessoas.

* Portal de Acesso Claretiano, com login e senha únicos para todos os sistemas.

* Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual (SGA-SAV) 3.0, com novas ferramentas de aprendizagem, novo layout e internacionalização, com tradução em cinco idiomas.

* APP CLARETIANO, aplicativo mobile do SGA-SAV.

* Certificação digital referente ao registro acadêmico, garantindo autenticidade na assinatura digital.

* Gestão eletrônica de documentos, permitindo a digitalização do acervo e tramitação de documentos.

* Secretaria Digital, que possibilita a tramitação de documentos em formato digital.

* Capacitação e ampliação do uso de Business Intelligence, utilizando a ferramenta QlikView.

* Sistema próprio de mensageria para comunicação entre os sistemas.

* Implantação do Claretiano – Biblioteca Digital, que disponibiliza os materiais acadêmicos didático-pedagógicos e técnico-científicos em formato digital.

* Módulo de Processo Seletivo.

* Intranet e portais institucionais.

* Sistema de Gestão de Avaliações.

* Implantação de sistema para chamados técnicos de suporte.

* Telefonia VOIP (voz sobre IP).

* Ambiente de infraestrutura híbrida (executado parte em datacenters próprios e parte na nuvem).

* Implantação de controlador de domínio e normas no parque computacional.

* Guia de Atendimento para apoiar os alunos.

* Implantação do software TeamViewer para monitoramento e suporte remoto.

* Parque computacional no ambiente Microsoft Windows e Office.

* Tecnologias de videoconferência e webconferência pelo YouTube.

* Google for Education – G Suite e Gmail.

* Uso de software para gestão das impressões.

No que compete às políticas institucionais de acessibilidade, são contempladas as seguintes iniciativas e recursos:

* Acessibilidade atitudinal: palestras informativas (alunos, docentes, discentes, familiares e/ou responsáveis); formação continuada para docentes e toda a comunidade institucional; diálogo e orientação à família e/ou responsáveis.

* Acessibilidade arquitetônica: escadas adequadas; elevadores nos prédios; instalação de corrimão nas rampas e banheiros; portas de salas e banheiros alargadas; eliminação de degraus nas portas das salas; banheiros adaptados e familiares; referenciais visuais; piso tátil; informações em braille; acesso a qualquer ambiente; aquisição de mobiliário específico (quando há necessidade).

* Acessibilidade metodológica/pedagógica: adaptações de acesso ao computador; adaptações da postura sentada; auxílio técnico no processo de inclusão; parceria com profissionais de diversas áreas; atuação de intérprete de Libras para alunos surdos; atuação de leitor/escriba para alunos com cegueira, deficiência intelectual, transtorno do espectro autista e deficiência física; provas ampliadas para alunos com baixa visão.

* Acessibilidade programática: informar/esclarecer à família, docentes e equipe acadêmica sobre a legislação vigente (direitos de acessibilidade).

* Acessibilidade instrumental: recursos de alta tecnologia (adaptações de acesso ao computador; teclados e mouses adaptados; leitor autônomo; vocalizador; ampliador de textos) e baixa tecnologia (materiais pedagógicos adaptados e lupa eletrônica Alladin, disponível na Biblioteca da Instituição).

* Acessibilidade nos transportes: orientações quanto aos tipos de transportes públicos disponíveis para se chegar à Instituição, placas de orientação etc.

* Acessibilidade nas comunicações: atuação de intérprete de Libras para alunos surdos; leitura em voz alta ou via áudio para alunos com baixa visão e/ou cegueira; comunicação alternativa e ampliada; telefone para alunos com deficiência auditiva.

* Acessibilidade digital: utilização de tecnologia assistiva; informática acessível no SGA-SAV, estando disponíveis softwares específicos (ResponsiveVoice, WebLibras, VLibras, NVDA etc., como também recursos de acessibilidade nas bibliotecas presenciais e virtuais); envio de e-mails e mensagens de texto via celular e acessibilidade habilitada pela Biblioteca Pearson aos alunos com deficiência visual mediante o sistema Dosvox.

No que diz respeito ao material didático, este procurará atender ao aluno nos contextos educacionais diversos, garantindo o acesso irrestrito, ou seja, a qualquer hora, em qualquer lugar e por meio de diferentes recursos.

As experiências de aprendizagem configuram-se a partir do conjunto de TICs que serão disponibilizadas aos discentes, sendo facilmente percebidas a partir das múltiplas formas de interação, comunicação bidirecional e acesso, em que coordenadores e professores, partindo do Plano de Ensino, elaborarão atividades diversificadas, para serem desenvolvidas virtual e presencialmente.

4.8.1.1.2. Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual (como apoio pedagógico)

A Instituição dispõe de um ambiente virtual de aprendizagem denominado Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual (SGA-SAV), no qual alunos e professores contarão com um conjunto de ferramentas interativas, canais de comunicação e serviços telemáticos, ancorados em um Enterprise Resource Planning (ERP) denominado TOTVS-RM, cujo papel é gerenciar todos os serviços intrínsecos ao curso e à Instituição. Os dois sistemas são integrados, possibilitando que não só o aspecto acadêmico seja enriquecido com o uso das TICs, mas toda a parte de registro acadêmico, financeiro, central de atendimento e solicitações diversas.

Todo o aparato tecnológico do Claretiano é fruto da sua já consolidada atuação na modalidade a distância (do Claretiano – Centro Universitário de Batatais). Isso permite que os recursos disponíveis para a EaD sejam também utilizados nos cursos presenciais, a exemplo das Bibliotecas Virtuais e Digitais, do Sistema de Gestão de Avaliações, dos Materiais Didáticos, entre outros, de toda a Rede. Instigar a produção social e coletiva, rompendo, portanto, o isolamento e o individualismo na construção do conhecimento, são premissas atribuídas às TICs.

A seguir, são apresentadas algumas das funcionalidades do SGA-SAV que corroboram essa afirmação:

a) Orientações (assíncrona): é a página de entrada da disciplina na Sala de Aula Virtual.

b) Material (assíncrona): ferramenta que deverá ser acessada para realizar o download do material didático, guias de estudos e conteúdos complementares.

c) Correio (assíncrona): uma forma de e-mail disponibilizado dentro da SAV, cuja mensagem pode ser enviada para uma única pessoa ou para toda a turma.

d) Fórum (assíncrona): também denominada Fórum de Discussão, é uma ferramenta que possibilita a discussão de um assunto em grupo.

e) Bate-papo (síncrona): pode também ser chamado de Chat e torna possível que pessoas distantes fisicamente possam conversar entre si, utilizando o computador e a internet como ferramentas de mediação.

f) Calendário (assíncrona): nesta ferramenta, há informações relacionadas a datas importantes referentes ao curso (específico EaD) e à disciplina.

g) Portfólio (assíncrona): nesta ferramenta, o aluno realiza atividades de orientação para o Trabalho de Conclusão de Curso e atividades que necessitem de uma orientação e de coordenação específica e individual.

h) Questões Online: instrumento avaliativo composto por questões objetivas, com cinco alternativas cada, ofertadas em quatro ciclos de aprendizagem (duas questões por oferta).

i) Mural: funciona como um post-it, ou seja, um local em que se poderá colocar pequenos recados.

j) Mensagens de Turmas Antigas: opção utilizada para que o aluno, quando transferido de curso, polo ou turma, possa recuperar suas atividades e interações enviadas na sala anterior.

k) Recados: permite a visualização de todos os recados enviados à turma por coordenadores e professores.

l) Acessibilidade: no SGA-SAV, existem quatro recursos para garantir a acessibilidade no ambiente – o ResponsiveVoice, o WebLibras, o Vlibras e NVDA. Por meio

desta ferramenta, também é possível o aluno solicitar outros atendimentos, contando com o apoio de pessoas especializadas no assunto para atender às suas necessidades.

O SGA-SAV ainda dispõe de outras ferramentas, tais como Boletim, Meus Dados, Portal de Solicitações, Fale Conosco e Bibliotecas:

* Digital de Batatais.
* Digital de Rio Claro.
* Virtual Pearson.
* Pergamum.
* EBSCO.
* Biblioteca A.

No SGA-SAV, também estará disponível a Avaliação Institucional, utilizada pelo Claretiano para diagnóstico da situação/desenvolvimento das disciplinas junto aos professores e alunos.

Para apoiar os processos educacionais e administrativos, o Claretiano – Rede de Educação conta com uma infraestrutura híbrida de servidores, isto é, um datacenter próprio e um ambiente em cloud pública a partir de um contrato com a empresa pioneira em cloud computing – Amazon Web Service, onde a Instituição possui mais de 60 servidores virtuais. Juntos, os dois ambientes proveem infraestrutura para todos os sistemas web e o TOTVS-RM, de forma ininterrupta para todos os polos e unidades.

5. ESTÁGIO SUPERVIONADO

O estágio supervisionado do Curso de Graduação em Enfermagem - Bacharelado, do Claretiano – Faculdade de Boa Vista será subsidiado pelas legislações Parecer CNE/CES nº 1.133, de 7 de agosto de 2001 (Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição), Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001 (Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem) e pela Lei N. 11.788, de 25 de Setembro de 2008.

O Artigo 7º da Resolução CNE/CES Nº 3, de 7 de novembro de 2001, que institui as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Enfermagem coloca que, na *formação do Enfermeiro, além dos conteúdos teóricos e práticos desenvolvidos ao longo de sua formação, ficam os cursos obrigados a incluir no currículo o estágio supervisionado em hospitais gerais e especializados, ambulatórios, rede básica de serviços de saúde e comunidades nos dois últimos semestres do Curso de Graduação em Enfermagem. Na elaboração da programação e no processo de supervisão do aluno, em estágio curricular supervisionado, pelo professor, será assegurada efetiva participação dos enfermeiros do serviço de saúde onde se desenvolve o referido estágio. A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado deverá totalizar 20% (vinte por cento) da carga horária total do Curso de Graduação em Enfermagem proposto, com base no Parecer/Resolução específico da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.*

O estágio supervisionado é um componente curricular que oferece treinamento e formação pré-profissional, no qual serão fornecidas oportunidades ao graduando de participar das atividades realizadas pelos Enfermeiros nos diferentes campos de atuação na área hospitalar e de saúde coletiva.

O Estágio Supervisionado será desenvolvido, nos dois últimos semestres do curso, nos dias letivos de fevereiro a dezembro, nos turnos manhã e/ou tarde, não excedendo 6h/dia e 30h/semana, de acordo com o Artigo 10º, da Lei nº 11.788/2008, buscando possibilitar experiências variadas aos graduandos.

O aluno tem como obrigatoriedade realizar as 800 horas (20,0%) de estágio supervisionado, divididos em rede hospitalar e na rede básica de saúde (saúde coletiva).

Assim, ao matricular-se no curso, o aluno assinará um Termo de Compromisso que o orienta quanto ao componente Estágio Supervisionado, ressaltando a obrigatoriedade de disponibilidade de tempo integral para a realização do mesmo, a partir do último ano do curso.

> Nos 9º e 10º semestres, o aluno deverá cumprir os estágios em hospitais e unidades básicas de saúde, em locais conveniados pelo Claretiano, nos períodos da manhã ou tarde, de segunda a sexta-feira, disponibilizados da seguinte maneira:
> - 9º semestre: Estágio Supervisionado I (400h)
> - 10º semestre: Estágio Supervisionado II (400h)

As instituições conveniadas com o Claretiano oferecerão estágios nas áreas de atenção básica, atenção secundária, de média e de alta complexidade. Os convênios serão firmados entre hospitais e prefeituras, os quais oferecem condições necessárias para realização dos estágios, conforme previsto na Resolução CNE/CES Nº 3, de 7 de novembro de 2001.

5.1. Formas de acompanhamento

No campo de estágio a supervisão será contínua, permitindo o acompanhamento do aluno no cumprimento dos objetivos propostos a cada período.

O supervisor ficará responsável por dez alunos, no máximo, dependendo do nível de cuidados necessários e de como a instituição concedente permitirá.

Na elaboração da programação e no processo de supervisão do aluno pelo supervisor, em estágio, será assegurada a efetiva participação dos enfermeiros do serviço de saúde onde se desenvolverá o referido estágio.

Para a efetivação de contratos quanto aos locais de Estágio Supervisionado, a coordenação do Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado acompanhará, a partir de contatos on-line e relatórios, os campos de estágios nas instituições de saúde, com o objetivo de levantar os serviços que propiciam o desenvolvimento de ações para a formação profissional. Havendo anuência de ambas as instituições, serão estabelecidas as parcerias.

Outro aspecto levado em consideração antes do desenvolvimento do Estágio Supervisionado é quanto à elaboração do Plano de Ensino, incluindo o planejamento de cronograma de atividades a serem desenvolvidas em cada setor/unidade. Para o desenvolvimento desta etapa, cada supervisor, mediante o reconhecimento de área, definirá as ações e a adequação da programação às normas e rotinas locais.

A avaliação do Estágio Supervisionado será atribuição exclusiva do supervisor que é contemplada por avaliação escrita e de desempenho, e registrada em impresso próprio, com o valor de 0 a 10,0 (dez) pontos. Os critérios a serem considerados serão:

- Desempenho nas atividades práticas, observando-se habilidade técnica, destreza, criatividade, desprendimento e correção;
- Desempenho nas atividades teórico-práticas, envolvendo relatórios, estudos clínicos, narrativas práticas e outros;
- Desempenho na relação profissional-paciente: capacidade de comunicação e interação; Postura ético-profissional;
- Desempenho nas atividades de trabalho em equipe;
- Desempenho na assistência oferecida ao paciente;
- Apresentação de trabalhos, seguindo modelo padrão, orientado pelos supervisores.

5.2. Relatórios de atividades

Serão utilizados instrumentos para avaliação e registro das atividades efetuadas pelo corpo discente nos Estágios, que serão acompanhados diretamente pelos supervisores de estágio em cada um dos respectivos campos de estágio.

Os relatórios diários ou as fichas de registro de atividades e procedimentos do estágio supervisionado, serão elaborados pelos alunos mediante as observações e registros feitos durante os estágios, com base na fundamentação teórica obtida durante as aulas e leituras bibliográficas. Devendo ser acompanhadas e evoluídas diariamente pelo supervisor de estágio, possibilitando a interatividade e a reflexão, para concretização do processo de ensino-aprendizagem.

Tem como objetivo além dos registros legais, das atividades teórico-práticas, elaboradas pelo graduando durante os ensaios da prática profissional, possibilitar ao supervisor e mesmo ao aluno, um acompanhamento diário e uma visualização global da evolução deste aluno no processo de ensino-aprendizagem, que irá fundamentar o processo de avaliação paralela e contínua, durante o estágio supervisionado.

A avaliação dos Estágios Supervisionados, serão realizadas de forma sistemática e contínua, pelo supervisor, pelos Enfermeiros responsáveis pela supervisão técnica e pelo aluno. A avaliação final constará também da auto avaliação do aluno, documentada em instrumento próprio.

A nota final do Estágio Supervisionado será a média aritmética obtida no Instrumento de Avaliação:

I- O aluno estagiário que obtiver, média igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência de 100%, é considerado aprovado.

II- A reprovação por insuficiência de nota ou frequência implica na repetição integral do Estágio, se existir turma, no semestre seguinte ou somente no semestre que existir turma mediante nova matrícula.

6. VIVÊNCIAS PRÁTICAS

O Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado do Claretiano – Faculdade de Boa Vista contemplará em sua estrutura curricular (pautada pela Resolução CNE/CES nº 3/2001), como componente obrigatório, as Vivências Práticas, no total de 300 horas, caracterizando-se por vivências de situações reais do processo de trabalho em Enfermagem e da assistência de Enfermagem voltadas ao cotidiano do profissional em área de trabalho, em saúde coletiva, hospitalar e unidades especializadas.

O programa de vivência se iniciará no primeiro semestre do curso e terminará no oitavo semestre, sempre vinculado às disciplinas específicas (ligadas aos conteúdos essenciais das Ciências da Enfermagem: Fundamentos de Enfermagem, Assistência de Enfermagem, Administração de Enfermagem e Ensino de Enfermagem), que fundamentarão e ajudarão a concretizar o perfil do egresso, com o apoio do cenário do SUS e outros ambientes profissionais, articuladas com o contexto de saúde da região de Boa Vista.

Cabe ressaltar que as Vivências Práticas possuirão regulamento próprio, além de serem organizadas pelos professores e disponibilizadas aos alunos no Plano de Ensino, em sala de aula presencial e na sala de aula virtual - SAV (como recurso pedagógico) da disciplina em que estiverem articuladas.

Assim, a busca crescente com níveis de complexidade progressiva é objetivo geral, promovendo a aquisição de competências específicas da profissão, ocasionada pelo contato

com as diversas situações locais e regionais, e que finda no Estágio Curricular Supervisionado, nos dois últimos semestres do curso.

Além das Vivências Práticas estabelecidas nas disciplinas específicas do curso, acontecerão também as atividades práticas em laboratório, pré-definidas em Plano de Ensino, para a realização das técnicas e procedimentos de Enfermagem, contribuindo para a aquisição das habilidades necessárias ao profissional.

6.1. Formas de acompanhamento

Os professores das disciplinas que existem as vivências práticas elaboram os projetos e orientam os alunos em sala de aula. O professor da disciplina é o responsável por acompanhar as vivências realizadas pelos alunos e orientar sua execução nos momentos de encontros em sala de aula. A Coordenação de Curso também fica à disposição do aluno para sanar dúvidas e acompanhar no que for necessário, inclusive na inserção do aluno no campo profissional para a execução da vivência. O apontamento da aprovação do aluno, é realizado pelos professores responsáveis pelas disciplinas, no ambiente virtual, caracterizado como recurso pedagógico para a graduação presencial.

6.2. Relatórios de atividades

O professor pela disciplina orienta a realização dos relatórios que são entregues pelos alunos no ambiente virtual, utilizando a ferramenta portfólio (recurso pedagógico). Ao final do semestre, os professores avaliam os relatórios postados pelos alunos e lançam a aprovação no próprio ambiente virtual.

7. ATIVIDADES COMPLEMENTARES (A.C.)

O Curso entende que é necessário incorporar, à sua estrutura curricular, um conjunto de atividades e experiências construídas pelo aluno com a finalidade de oferecer oportunidades de enriquecimento didático, curricular, científico e cultural. As atividades complementares são aquelas que enquadram-se em seminários, apresentações, exposições, eventos científicos, estágios de observação em instituições públicas e hospitalares, ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário, produções coletivas, monitorias e projetos de iniciação científica.

Assim pode-se dizer que o aluno do Curso de Graduação em Enfermagem - Bacharelado, além de sua formação básica oferecida pelo Claretiano, deverá, a fim de compor as exigências mínimas legais para a conclusão do curso, realizar as atividades complementares que transcendam a sala de aula (RESOLUÇÃO N° 7, DE 31 DE MARÇO DE 2004). As atividades deverão compor 200 horas. Estas atividades podem ser livremente escolhidas e desenvolvidas pelos alunos, desde que comprovadas e certificadas pela coordenação do curso. As atividades complementares podem desdobrar-se das indicações legais acima, como por exemplo:

Atividades*	Orientações	Carga Horária (máx.)
Participação em eventos culturais e desportivos (exposições, feiras, mostras, campeonatos e similares)	O aluno poderá participar de eventos culturais e desportivos (exposições, mostras, feiras, campeonatos e similares), preferencialmente em sua área de formação e comprová-la por meio da apresentação de documento comprobatório (ingresso, declaração, atestado, etc).	20h

Apresentação de trabalho em evento científico, publicações e produções técnicas	O aluno poderá apresentar trabalhos em eventos científicos (palestra, comunicação oral ou poster), preferencialmente em sua área de formação e comprová-la por meio de certificados. Poderá também publicar livros, capítulos de livros, resumos, artigos em anais de eventos científicos e revistas acadêmicas ou especializadas, devidamente comprovados. E ainda, comprovar produção técnica (software, aplicativo, vídeo, produção e composição musical, etc)	50h
Eventos científicos	O aluno deverá participar de eventos científicos (seminários, encontros, wokshops, congressos, simpósios, mesas redondas e similares), preferencialmente em sua área de formação. Obrigatoriamente um dos eventos científicos deve ser o ENIC ou ENCIC. A comprovação se dará por meio da apresentação de certificado.	50h
Projetos Sociais	O aluno poderá participar de projetos sociais (atividades em ongs, eventos comunitários, atividades sociais, monitorias em museus, arquivos públicos, centros permanentes de documentação, etc) e comprová-la por meio da apresentação de declaração comprobatória. O projeto social realizado para fins de estágio não poderá ser considerado nesta atividade. Não poderá haver sobreposição de horas.	30h
Cursos	O aluno deverá realizar, durante a graduação, no mínimo 3 cursos (de extensão: Curso de Acolhida ou outros, livres, MOOCs, etc), preferencialmente em sua área de formação, oferecidos presencialmente ou online. A comprovação dos cursos se dará por meio da apresentação de certificado ou declaração, constando o período de realização e a carga horária.	100h
Visitas técnicas e/ou atividades de vivência profissional	O aluno poderá realizar visitas técnicas e/ou atividades de vivência profissional (atividades de observação, participação e/ou prática supervisionada), em sua área de formação e comprová-la por meio de apresentação de declaração ou atestado.	20h
Participação em grupos de estudo ou pesquisa supervisionada	O aluno poderá participar de grupos de estudo ou pesquisa supervisionada, preferencialmente em sua área de formação, comprovando-a por intermédio de declaração ou atestado.	30h

* As atividades realizadas para o componente curricular: Atividades Complementares não poderão ser as mesmas realizadas nos estágios, nas vivências ou disciplinas. Não serão aceitas sobreposição de horas.

O aluno deverá realizar a carga horária total até o final do curso, caso contrário ficará de dependência deste componente curricular.

É aconselhável que o aluno diversifique suas atividades complementares, de modo a abranger diferentes aspectos da sua formação, por isso, a Tabela de Atividades Complementares norteia os limites de horas por atividade.

Os relatórios, bem como a planilha de registro das atividades, ficam sob a supervisão da Coordenação do Curso, que é o responsável pela validação, organização e orientação dessa atividade, validando assim sua inclusão no currículo do aluno como Atividades

Complementares. A validação das horas de Atividades Complementares pela Coordenação de Curso é realizada na própria sala virtual da referida atividade.

7.1. Formas de acompanhamento

A Coordenação do Curso é o responsável por acompanhar as atividades complementares realizadas pelos alunos que também fica à disposição do aluno para sanar dúvidas e trocar experiências, apontando caminhos que melhores sirvam para sua formação profissional e realidade social. Para o acompanhamento das atividades complementares, uma sala virtual é aberta, a partir do primeiro semestre do curso, disponibilizando aos alunos todas as informações pertinentes sobre o rol de opções, conforme consta no corpo da tabela mencionada.

7.2. Relatórios de atividades

Ao final de cada semestre, a Coordenação do Curso realizar a validação do material postado pelo aluno e a validação das respectivas horas complementares de cada atividade realizada. Caberá ao aluno entregar a planilha com a relação de atividades realizadas. Também será necessário que o aluno comprove as atividades realizadas por meio de cópias das declarações ou certificados.

O cumprimento das Atividades Complementares será de inteira responsabilidade do aluno, que deverá realizá-las individualmente.

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por objetivo propiciar aos alunos dos diversos cursos ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à Iniciação Científica, a consulta de bibliografia especializada, o aprimoramento da capacidade de interpretação, bem como a crítica das linhas de pensamento adotadas pelos autores, preparando-os para uma atuação profissional crítica e autônoma no futuro.

Nos cursos de Graduação o Trabalho de Conclusão de Curso consiste em uma pesquisa individual, em dupla ou em trio orientada por docente do curso e relatada sob o gênero artigo científico – sendo este de revisão bibliográfica ou pesquisa de campo - nas formas de relato de experiência ou estudo de caso, abrangendo tema relacionado ao curso e a ser avaliado por um professor examinador, em data previamente agendada e divulgada pela Coordenadoria Geral de Pesquisa e Iniciação Científica.

O fluxo de realização do TCC tem regulamento próprio devidamente aprovado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, para disciplinar o processo de elaboração, apresentação e julgamento da produção científico-cultural dos discentes, incluindo a orientação docente.

O TCC é elaborado como atividade da disciplina Metodologia da Pesquisa Científica, momento em que o discente, acompanhado pelo Professor, recebe toda orientação acadêmica para a confecção do Projeto de Pesquisa, e do TCC propriamente dito. Todo o processo tem o apoio da Sala de Aula Virtual como recurso pedagógico.

Os alunos devidamente pré-aprovados durante o processo de orientação apresentam o trabalho em forma de Pôster. Os autores dos melhores trabalhos são convidados a pleitear a publicação do estudo nos Periódicos Científicos da instituição.

O TCC é condição indispensável somente nos cursos em que é determinado por legislação específica como obrigatório. Cabe ressaltar, que além das 60 horas da disciplina Metodologia da Pesquisa Científica, o Trabalho de Conclusão de Curso terá mais 60 horas destinadas para que o aluno componha suas pesquisas, escritas e apresentação.

9. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

9.1. Avaliação do processo ensino-aprendizagem

A avaliação da aprendizagem no Claretiano – Faculdade de Boa Vista é concebida dentro de um processo que integra a aprendizagem do aluno e a intervenção pedagógica do professor, na direção da construção do conhecimento e da formação profissional, técnica, humana e cidadã. A avaliação constitui-se de um meio e não de uma finalidade, refletindo os princípios filosóficos, pedagógicos, políticos e sociais que orientam a relação educativa com vistas ao crescimento e ao desenvolvimento do aluno na sua totalidade.

Valendo-se de uma metodologia que permitirá avaliar a formação conforme os perfis e competências que nortearão os Projetos Político-Pedagógicos de cada curso e os planos de ensino dos componentes curriculares, o Sistema de Avaliação da Aprendizagem do Claretiano – Faculdade de Boa Vista, contempla duas dimensões (tipos de avaliação):

I. Avaliação Formativa - AF ou Avaliação Contínua – AC

Instrumentos avaliativos aplicados em cada disciplina de forma contínua ao longo do semestre, podendo ser trabalhos de pesquisa, resultados de situações-problema (PBL); aprendizagem em equipe (TBL); seminários, provas, atividades práticas, questões on-line e atividades e interatividades em Ambiente Virtual de Aprendizagem. As orientações e os critérios para as avaliações desta natureza constarão no plano de ensino de cada disciplina.

A Avaliação Formativa (AF) terá valor de 0,0 a 10,0 pontos, podendo ser aplicada aos alunos de modo individual ou em grupos, conforme o plano de ensino da disciplina, sendo constituída de:

a) Avaliação de Atividades Presenciais, em sala de aula, com valor de 0,0 a 6,0 pontos;

b) Avaliação em Ambiente Virtual de Aprendizagem (Atividades, Interatividades e Questões On-line), com valor de 0,0 a 4,0 pontos, obedecendo aos critérios estabelecidos no plano de ensino de cada disciplina.

II. Avaliação Somativa – AS ou Avaliação Final – AF

Constitui-se de uma Prova Final, específica para cada disciplina, e uma Avaliação Semestral Interdisciplinar (ASI), contemplando os conteúdos programáticos de todas as disciplinas do semestre letivo. Ambas aplicadas voltadas aos conhecimentos, habilidades e competências referentes aos objetivos propostos para os perfis de formação projetados para cada etapa dos cursos.

A Avaliação Somativa (AS) terá valor de 0,0 a 10,0 pontos, sendo aplicada ao aluno de modo presencial e individual, em sala de aula, constituída de:

a) Prova Específica com valor de 0,0 a 7,0 pontos, contemplando de modo geral o conteúdo programático e competências de cada disciplina;

b) Avaliação Semestral Interdisciplinar (ASI), com valor de 0,0 a 3,0 pontos, contemplando de modo interdisciplinar os conteúdos e competências de todas as disciplinas do semestre letivo em um único instrumento de avaliação. A nota obtida na ASI será estendida a todas as disciplinas cursadas no período, exceto às dependências e adaptações. A ASI terá seus critérios estabelecidos em regulamento próprio.

A Prova Específica e a ASI, serão aplicadas conforme estabelecido no calendário acadêmico.

Os alunos que obtiveram dispensa de disciplinas por aproveitamento de estudos também deverão fazer a ASI, que inclusive contará com conteúdos das disciplinas dispensadas por aproveitamento de estudos se for o caso.

Em todas as disciplinas dos cursos de graduação, para obtenção da Nota Final, serão somados os valores obtidos na Avaliação Formativa (AF) ao valor obtido na Avaliação Somativa (AS), dividindo por 2 (dois), obtendo-se assim a Média Final, exceto para os seguintes componentes curriculares: Trabalho de Conclusão de Curso, Estágio, Atividade Complementar, Atividade Acadêmico-Científico-Cultural, Projeto Integrador, Vivência e Prática.

Para aprovação na disciplina o aluno deverá ter a frequência mínima de 75% na disciplina e a Média Final deverá ser maior ou igual a 6,0 (seis), obedecendo à seguinte equação:

$$\text{Média Final} = \frac{(AF + AS)}{2} \geq 6{,}0$$

O aluno que, eventualmente, deixar de comparecer à Prova Específica e/ou a ASI, poderá solicitar a Prova Substitutiva de uma ou ambas, via Portal do Aluno pela internet, dentro do prazo previsto no calendário acadêmico. Após a solicitação, o aluno deverá recolher a taxa administrativa estipulada para cada prova substitutiva. Somente serão aceitas solicitações de provas substitutivas, para efeito de substituição de nota, quando se tratar da Prova Específica, não sendo esta condição permitida à ASI.

Após apuração das notas da Prova Final e da ASI, os alunos que obtiverem Nota Final entre 4,0 e 5,9 e frequência mínima de 75% (quando exigida) poderão solicitar uma Prova Complementar.

Após a realização da Prova Complementar será calculada a média simples, envolvendo a Nota Final e a nota da Prova Complementar, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver Média Final maior ou igual a 6,0 (seis).

Os alunos com Nota Final inferior a 4,0 (antes da realização da Prova Complementar) ou Média Final inferior a 6,0 (após a realização da Prova Complementar) serão considerados reprovados na disciplina, devendo cursá-la posteriormente em regime de dependência.

Independentemente das notas será considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtiver a frequência mínima de 75% (nas disciplinas que exigirem frequência).

9.1.1.Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem: disciplinas em regime de dependência nos cursos de graduação

O aluno que acumular 5 (cinco) ou mais dependências ao longo do curso, permanecerá retido no período/semestre que ocorreu o acúmulo.

A este limite acumulado de dependências não serão computados os componentes: Trabalho de Conclusão de Curso, Estágio, Atividade Complementar, Atividade Acadêmico-Científico-Cultural, Projeto Integrador, Vivência e Prática.

Caso o aluno seja reprovado em até 4 (quatro) disciplinas, mesmo que acumuladas de semestres distintos, não ficará retido no período, podendo matricular-se no semestre seguinte e cursar, simultaneamente, as disciplinas nas quais foi reprovado, em regime de dependência. Em caso de várias dependências o aluno será orientado pela instituição sobre as prioridades de disciplinas a serem cursadas.

O regime de dependência é destinado somente aos alunos aprovados para cursarem o semestre subsequente, ou seja aqueles que contarem com o limite de até (quatro) dependências, devendo portanto, tal regime ser entendido como uma nova oferta das disciplinas que o aluno foi reprovado, cursadas em tempo simultâneo às disciplinas regulares do curso vigente ou isoladas para os alunos concluintes que restam apenas dependências, e ainda, por opção própria do aluno em cursar apenas dependências a qualquer momento do curso.

As disciplinas em Regime de Dependências (e Adaptação) serão oferecidas de modo diferenciado das disciplinas regulares, no que se refere a períodos e prazos para matrícula, tempo de oferta e sistema de avaliação da aprendizagem.

Os períodos e prazos para matrícula nas disciplinas em Regime de Dependências será estipulado no calendário acadêmico, sendo sempre posterior ao período de matrículas das disciplinas regulares.

Quando a oferta não for compatível com programação das disciplinas regulares, ou seja, quando for possível cursar a dependência de modo presencial em horários diferentes de outras disciplinas a serem cursadas pelo aluno. Incluem-se nesta condição os alunos que cursam apenas dependências, na condição de concluinte ou não. Neste caso, será exigida a frequência normal do aluno às aulas a exemplo das demais disciplinas regulares. Dependendo da natureza e especificidade da disciplina a dependência poderá ser exigida apenas no formato presencial.

As disciplinas em Regime de Dependências (e Adaptação) serão oferecidas presencialmente, aos sábados com o apoio dos professores, tendo seus planos de ensino referenciados também por bibliografias virtuais.

O sistema de avaliação da aprendizagem das disciplinas em Regime de Dependências (e adaptações), contará com a mesma concepção da avaliação para as disciplinas regulares no que se refere à Avaliação Formativa e Avaliação Somativa, porém com critérios, instrumentos e pesos diferenciados, como seguem:

A avaliação Formativa contará com Avaliação de Atividades Presenciais e Avaliação em Ambiente Virtual de Aprendizagem, nos mesmos moldes das disciplinas regulares.

A Avaliação Somativa (AS) não terá a ASI – Avaliação Semestral Interdisciplinar, constituindo-se apenas da Prova Específica com valor de 0,0 a 10,0 pontos.

Para obtenção da Média Final utiliza-se a mesma equação das disciplinas regulares (média aritmética simples).

As disciplinas em regime de dependências (e adaptação) também contarão com provas substitutivas e provas complementares nos mesmos moldes das disciplinas regulares.

9.1.2. Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem: disposições gerais

Nas provas finais, provas substitutivas e provas complementares dos cursos de todos os cursos de graduação, serão contemplados todos os conteúdos das disciplinas regulares do período letivo (semestre). O agendamento das provas constará do calendário escolar do Claretiano - Faculdade de Boa Vista.

As provas substitutivas e complementares deverão sempre ser solicitadas pelo aluno mediante recolhimento de taxa administrativa.

O aluno que não comparecer à prova substitutiva ou complementar, não poderá solicitar nova prova, estando sujeito à reprovação na disciplina.

Todos os componentes curriculares geram reprovações e consequentemente, dependências, inclusive estágios, práticas, atividades complementares, atividades acadêmico-científico-culturais e trabalho de conclusão de curso. A matrícula nas dependências será feita por disciplina ou componente curricular, para cada semestre. Para cursá-las, os alunos deverão efetuar a matrícula e recolher as mensalidades conforme as exigências de cada componente curricular.

A frequência às aulas, a realização das avaliações, o acesso ao Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual (SGA-SAV) de aprendizagem ou informações, a participação nas diversas atividades acadêmicas, bem como o acesso aos demais serviços prestados pela instituição, somente serão permitidos aos alunos regularmente matriculados, nos termos do contrato de prestação de serviços assinado entre as partes.

O aluno tomará conhecimento de suas notas e frequência de modo parcial ou final, nos boletins disponibilizados no Portal do Aluno ou na Sala Virtual (SGA), pela internet, com utilização de senha própria para acesso.

As disciplinas a serem cumpridas em regime de dependências serão informadas ao aluno no início de cada período letivo (semestre), via Portal do Aluno. A matrícula em disciplinas de dependência é de inteira responsabilidade do aluno. O deferimento da matrícula no semestre letivo, em que o aluno tem direito, poderá estar condicionado à matrícula simultânea em disciplinas a serem cursadas no regime de dependências, conforme orientações de cada período letivo e de cada curso.

9.2. Sistema de auto avaliação do Projeto Político Pedagógico do Curso

A auto avaliação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado do Claretiano – Faculdade de Boa Vista é entendida não como um sistema de medida, de parametrização, de obtenção de dados, de controle ou de fiscalização acerca do curso, mas sim com sentido dinâmico e processual, envolvendo a reflexão, a compreensão, a análise, o aperfeiçoamento e a reconfiguração da proposta de curso (VEIGA, 2004).

Adicionalmente, o processo de avaliação do Projeto do Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado ocorrerá de maneira descentralizada, mas em consonância com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), favorecendo a participação de todos os seguimentos diretamente relacionados a ele: professores, discentes e instituição, na análise do mesmo e nos processos de tomada de decisões. Assim concebida e realizada, a auto avaliação possibilitará corrigir os desvios e distanciamento que podem ocorrer em relação aos objetivos expressos no Projeto, permite obter dados acerca da qualidade da formação e viabiliza identificar os fatores positivos, negativos e as fragilidades existentes. Por corolário, favorece a identificação de novos direcionamentos, mantendo a dinamicidade do Projeto.

O processo de auto avaliação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado envolve as dimensões quantitativa e qualitativa, com ênfase na segunda dimensão. A avaliação permeia todas as fases: a elaboração, a implementação e execução do Projeto. A auto avaliação da qualidade do Projeto e, consequentemente, da formação que ele promove, leva em consideração os seguintes critérios:

a) Realização das prioridades e dos objetivos pretendidos em relação à formação, pessoal e profissional, do discente;

b) Participação e contribuição na realização dos objetivos institucionais e

c) Impacto na sociedade, tendo como base a inserção dos egressos na profissão, na área de Enfermagem, e a qualidade dos serviços e atividades prestados pelo curso à comunidade (Projetos de Extensão).

Em outras palavras, a avaliação representa um processo permanente de questionamento e reflexão a respeito da formação que o curso promove do profundo significado da Missão Institucional. Por fim, realizada de forma processual, contínua, permanente e coletiva, se traduz na validação do Projeto. O processo de auto avaliação do projeto político pedagógico envolve as seguintes ações:

- Atendimento ao aluno: visa garantir um canal aberto de comunicação entre discente e coordenação. Envolve períodos de atendimento do discente pela coordenação durante a semana. Esse atendimento permite conhecer a satisfação dos discentes quanto ao Projeto de Curso de maneira mais ampla e, de maneira mais especifica, quanto à matriz curricular, ao corpo docente e à instituição. Além disso, permite realizar apoio e orientação individualizados ao discente quanto às dificuldades relacionadas à vida acadêmica;

- Reuniões de Colegiado e Núcleo Docente Estruturante (NDE): visam garantir a participação dos docentes na elaboração, implementação, execução e avaliação do Projeto de Curso. Processos dinâmicos e contínuos de avaliação do Projeto. Nas reuniões de Colegiado e NDE são analisadas as diferentes questões relacionadas ao Curso e, de maneira coletiva, são identificadas as possíveis soluções e encaminhamentos mais adequados. Portanto, a atuação do colegiado tem possibilitado uma gestão democrático-participativa do curso. As reuniões de colegiado contarão coma participação da totalidade dos docentes e de alguns discentes;

- Avaliação do Corpo Docente: projeto implementado e dinamizado pela CPA - Comissão Própria de Avaliação, que tem como objetivo avaliar as atividades pedagógicas dos docentes e buscar encaminhamentos em situações de dificuldades - Projeto disponível junto a CPA;

- Acompanhamento das Salas de Aula Virtuais pelo coordenador de curso como recurso pedagógico, no sentido melhorar o processo de ensino e aprendizagem, configurando uma alternativa para o entendimento e apoio ao processo de formação do aluno, bem como aprimoramento do projeto político pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado.

- Plano de Ação: será elaborado à luz da Missão e Projeto Educativo Claretiano (PEC) e da Carta de Princípios, tendo como principal referência o PPPC. O documento terá como objetivo valorizar o planejamento do curso, elencando as principais propostas e ações a serem executadas, com avaliação dos resultados e propostas de melhoria contínua. Justifica-se como instrumento orientador da gestão do curso, facilitador das atividades da coordenação e pertinente aos indicadores e critérios de avaliação. A metodologia empregada estará alinhada ao Ciclo PDCA, com aplicações sucessivas de replanejamento, execução, avaliação e ações corretivas, visando à melhoria de forma continuada. Adicionalmente, serão utilizadas ferramentas cabíveis ao plano (5W2H, análise SWOT e outras).

- Resultados das visitas in loco e Exame Nacional do Curso, para fins de aprimoramento contínuo e replanejamento, considerando a unificação do PPPC enquanto Claretiano – Rede de Educação, com o acompanhamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

10. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

10.1. Administração Acadêmica do Curso - Coordenação de Curso

Mestre em Saúde Coletiva pela Faculdade São Leopoldo Mandic (Campinas-SP) e Doutorando em Clínicas pela mesma instituição. O Prof. Wesley atua na Educação Superior há 4 anos e, atualmente, é docente das disciplinas Anatomia, Fisiologia, Saúde Coletiva e Patologia, além de atuar no Setor de Cardiologia, como Enfermeiro da Secretaria Municipal de Saúde de Boa Vista-RR.

10.2. Organização Acadêmico Administrativa – Secretaria Geral

A Secretaria Geral é um órgão executivo de apoio acadêmico-administrativo, diretamente vinculado à Direção, que centraliza os registros dos serviços acadêmico-administrativos concernentes ao regime didático e acadêmico do Claretiano – Faculdade de Boa Vista, e é dirigida por um Secretário Geral, designado pelo Diretor Geral. A Secretaria Geral é o setor que responderá por todos os registros da vida acadêmica do aluno, tais como: matrícula, trancamento de matrícula, desistência, transferências recebidas e expedidas, prontuários, arquivo da documentação acadêmica, expedição de declarações e históricos escolares, digitação e divulgação de notas e frequência etc. O Setor é responsável pela emissão dos documentos de conclusão de curso dos alunos, expedição e encaminhamento para o registro do diploma. A Secretaria Geral supervisionará o cumprimento de atos legais referentes aos cursos e atendimento das normas para expedição de certificados e diplomas e suas atribuições, que estão especificadas no Regimento Geral. Todos os documentos que serão arquivados e emitidos pela Secretaria Geral serão assinados pela Secretária Geral e/ou pelo Diretor, de acordo com o Regimento Geral. Quanto ao corpo docente, a Secretaria Geral manterá o registro de identificação pessoal, das disciplinas sob sua responsabilidade, horário na IES, enfim, guarda e mantém atualizados todos os documentos da vida acadêmica. Está à disposição, na Secretaria Geral, o Regulamento Interno da Secretaria Geral, o Regimento Geral, e o Calendário Geral de nossa Instituição de ensino. O sistema utilizado pela Secretaria é o sistema TOTVS EDUCACIONAL. Os cursos presenciais contam com uma ferramenta virtual que facilita a comunicação do aluno com a Instituição (SAV).

10.3. Discentes

10.3.1. Apoio pedagógico e mecanismos de nivelamento

No Claretiano – Faculdade de Boa Vista, a política de atendimento ao discente contempla um conjunto coordenado de ações direcionadas a proporcionar ao aluno condições favoráveis para o desenvolvimento de sua vida acadêmica e pessoal, em suas várias vertentes, fortalecer sua formação e apoiar o exercício de suas atividades. Direcionada ao atendimento do aluno, essa política será aplicada em auxílio às atividades de ensino, iniciação à pesquisa, extensão, ação comunitária e produção científica, dimensões indispensáveis à vida acadêmica. Os trabalhos direcionados para o atendimento ao discente

contribuirão para a concretização pedagógica do Projeto Educativo Claretiano (2012), a partir de sua Missão e da Carta de Princípios (2014).

A política de atendimento ao discente visará à implantação de ações que garantam o acolhimento/acesso, nivelamento (sendo este na perspectiva da melhoria do desempenho acadêmico), monitoria, permanência, acessibilidade, inclusão social, acompanhamento dos estágios não obrigatórios e remunerados, produção de conhecimento e conclusão de curso do aluno, visando à sua formação humana e profissional. O aluno receberá especial atenção por meio de programas específicos ou ações de atendimento. Ao se matricular, por exemplo, ele será convidado a participar de um ciclo de cursos denominados *Minicursos de Apoio Pedagógico* (http://mdm.claretiano.edu.br/cursolivre/), cujos propósitos serão acolhê-lo e muni-lo de informações essenciais ao seu ingresso na Instituição, objetivando uma preparação básica para o mundo acadêmico da Educação Superior, integrando-o efetivamente a esse novo cenário.

As ações de nivelamento terão início com as observações a respeito do desempenho do aluno quanto às capacidades estabelecidas no perfil correspondente ao curso, sendo que essa análise será feita pela Instituição e coordenação de curso a partir dos dados do ingressante, que, ao se inscrever no Processo Seletivo, é submetido ao preenchimento de um Questionário Socioeconômico, que permitirá à Instituição mapear o perfil de cada estudante, direcionando-o aos serviços mais adequados à sua necessidade. A percepção do perfil será ampliada a partir dos primeiros contatos com a turma e se consolidará durante as avaliações contínuas e à medida que os semestres evoluem. Para isso, existem ações articuladas do Projeto Educativo Claretiano / Missão e PPPCs, como, por exemplo, a proposição das disciplinas institucionais, que têm como compromisso a aprendizagem significativa do aluno, sua efetiva inserção na Educação Superior, o acompanhamento do processo de ensino e a disposição para seu desenvolvimento em condições de igualdade, assegurando os seus direitos individuais, contribuindo para que possa ter um nível superior que se ajuste às suas expectativas. Haverá, ainda, uma orientação aos professores, para que forneçam ao aluno embasamento metodológico, teórico e prático para as atividades acadêmicas, a comunicação escrita e oral e para fazer revisão contínua dos elementos textuais e gramaticais, independentemente da disciplina. Outra principal ação de nivelamento será a oferta de cursos de extensão e oficinas diversas, como formas de retomar conceitos vistos pelos alunos quando da sua passagem pela Educação Básica.

Em complemento às políticas de atendimento aos estudantes, serão oferecidos serviços diversificados que visam garantir a plena inclusão de todos os discentes, sem distinção:

* Acessibilidade metodológica: previsão de processos de diversificação curricular a partir da oferta de disciplinas optativas; adoção de metodologias que favorecerão a aprendizagem ativa com a aplicação de estratégias e recursos a partir dos diferentes estilos de aprendizagem dos estudantes; flexibilização do sistema de avaliação da aprendizagem; atuação de intérprete de Libras; leitor/escriba e provas ampliadas para alunos com baixa visão, quando necessário; uso do SGA-SAV como ferramenta de apoio pedagógico; como também recursos de acessibilidade nas bibliotecas física, virtuais e digitais. No que tange aos recursos tecnológicos, o estudante terá à sua disposição computadores com teclados/mouses adaptados, leitores autônomos, vocalizadores, ampliadores de texto, lupas eletrônicas AladdinVoice, entre outros.

* Núcleo de Estágio: o Claretiano – Faculdade de Boa Vista terá um núcleo para tratar especificamente das questões relacionadas ao estágio dos estudantes, o qual será

composto por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, responsáveis por gerir todo o processo de estágio nas perspectivas do estágio curricular e do não obrigatório.

* Portal Claretiano: mediante acesso com login e senha única, permite ao aluno acessar os serviços online disponíveis, além de todos os sistemas da Rede e do Customer Relationship Management (CRM), cujo papel é gerenciar o relacionamento com o aluno desde o seu ingresso na Instituição.

* APP CLARETIANO: aplicativo mobile por meio do qual o discente terá acesso a todas as ferramentas do SGA-SAV e receberá notificações quando novos comunicados forem postados.

* PRADI – Programa de Apoio ao Discente: caracterizado por sua ação multiprofissional e concebido para o desenvolvimento de serviços de atendimento, aconselhamento e intervenção nas áreas psicopedagógica e psicológica, visando contribuir para a modificação de comportamentos e atitudes, oferecendo condições para assumir, com maior segurança, os compromissos da vida acadêmica, a partir do apoio pedagógico, espiritual, social e vocacional. Para a realização dessas atividades, o PRADI contará com o apoio de coordenadores de curso, professores e profissionais específicos, via contato pessoal, telefônico e e-mail.

* Concessão de bolsas de estudos (Departamento Social da IES): trata-se de uma política que visará assegurar as condições de estudo às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Estabelecerá convênios e parcerias com diferentes segmentos da sociedade para melhor atender os alunos, otimizando recursos que proporcionem sua permanência na IES com valores mais reduzidos na semestralidade escolar.

* PROUNI: terá como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais para alunos de baixa renda. Os alunos do PROUNI terão suporte de atendimento específico em relação às suas dúvidas, dificuldades e organização dos estudos, com o intuito de evitar reprovações nas disciplinas que estão cursando.

* Vagas via FIES: o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) financia cursos superiores presenciais não gratuitos e com avaliação positiva no SINAES, possibilitando uma inclusão social e garantindo a formação superior.

* Núcleo de Acessibilidade: considerando a política de atendimento ao aluno público-alvo da Educação Especial, a IES conta com um Núcleo de Acessibilidade, que terá o apoio do Núcleo de Acessibilidade (Portaria 70/2013) pertencente ao Claretiano – Rede de Educação, com o intuito de implementar, avaliar e divulgar as políticas, leis e decretos, bem como de criar projetos para conscientizar todos os colaboradores de suas Unidades Educativas quanto aos temas de Educação Especial, acessibilidade, inclusão e diversidade.

* Central de Atendimento: está igualmente prevista a implantação de uma Central de Atendimento, que concentrará os principais serviços, tornando-os mais rápidos e eficazes, permitindo que o aluno encaminhe todas as suas questões acadêmicas em um mesmo espaço. Além disso, o aluno poderá fazer suas solicitações pelo Portal na SAV.

Ao aluno, também será oportunizada a participação em centros/diretórios acadêmicos e ligas universitárias, ou mesmo em projetos de extensão e grupos de extensão em pesquisa, que preveem a relação com outras instituições brasileiras e do exterior que possibilitarão a troca de experiências com pesquisadores mais experientes e especializados.

10.3.3. Acompanhamento psicopedagógico/ Pradi

O Programa de Apoio ao Discente (PRADI), é caracterizado por sua ação multiprofissional e concebido para o desenvolvimento de serviços de atendimento, aconselhamento e intervenções à comunidade educacional. O PRADI oferece:

- Apoio acadêmico/pedagógico, trabalhando com metodologias alternativas para as diferentes áreas do currículo, intervindo pedagogicamente no desenvolvimento de diferentes linguagens e promovendo encontros de estudos e elaboração de materiais didáticos, divulgação e publicação de resultados;
- Apoio espiritual, por entender a Pessoa como um ser aberto ao transcendente e que necessita evoluir espiritualmente;
- Apoio social e outros encaminhamentos nessa área, além de orientação e encaminhamento para atender às diferentes necessidades do aluno, incluindo documentação pessoal, convênio com empresas para concessão de descontos na mensalidade escolar, atendimento familiar;
- Apoio psicológico, que permitirá ao discente refletir e ser orientado diante de questões ligadas ao âmbito pessoal e acadêmico, oferecendo condições ao aluno para assumir com maior segurança os compromissos diários da vida acadêmica.

Para a realização dessas atividades, o PRADI conta com o apoio de coordenadores de curso, professores e profissionais específicos.

O psicopedagogo atua com os alunos e se, for o caso, com professores e coordenadores, administrando ansiedades e conflitos relacionados com a atividade ensino-aprendizagem, identificando sintomas e dificuldades, organizando projetos de prevenção e desenvolvimento, clareando tarefas e papéis, criando estratégias para o exercício da autonomia e criando espaços de escuta, sempre tendo como meta principal o processo ensino-aprendizagem.

O psicólogo desenvolve ações de apoio ao ingresso e à formação do discente, por meio da oferta de espaços para a escuta psicológica desse estudante; trabalha as demandas pessoais e demandas ligadas a expectativas da formação acadêmica e profissional; acolhe os estudantes em situações de vulnerabilidade; e proporciona intervenções que facilitem a familiarização com esse novo ambiente e uma melhora nas novas relações pessoais estabelecidas.

Por meio da análise da demanda apresentada e diante da gravidade da situação, o profissional de Psicopedagogia e Psicologia pode encaminhar o estudante a outros profissionais e especialistas. Os encaminhamentos desses alunos ao PRADI são realizados pelos professores, coordenadores de curso e assistente social da Instituição.

10.3.4. Egressos

No Claretiano – Faculdade de Boa Vista, o acompanhamento contínuo do egresso será uma das tônicas das Políticas Acadêmicas, previstas desde o Regimento Geral, passando pela Missão e Projeto Educativo Claretiano (2012), as Políticas de Pesquisa e o Programa de Iniciação Científica, até o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2018-2022). No âmbito do Claretiano – Rede de Educação, as ações oriundas das Políticas têm garantido o cumprimento das metas quanto ao acompanhamento do egresso, propiciando contínuas, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, estimulando, também, o seu compromisso social, característica peculiar do perfil humanista da Missão e Projeto Educativo Claretiano (2012).

Nessa perspectiva, o Claretiano – Faculdade de Boa Vista articulará o Projeto de Extensão e Pesquisa em Inserção Mercadológica do Egresso Claretiano e a Avaliação de Egressos, para o acompanhamento contínuo de seus ex-alunos, analisando sua inserção mercadológica na área de formação ou áreas afins, assim como sua situação no ambiente socioeconômico.

Outra ação inovadora empreendida numa perspectiva de acompanhar a trajetória profissional dos egressos foi a criação do blog "Sempre Claretiano" (sempreclaretiano.com.br), cujo conteúdo é composto por depoimentos e histórias de ex-alunos. O blog nasceu em 2015, a partir dos depoimentos colhidos para as edições do Informativo Institucional. Do Informativo, os depoimentos tornaram-se histórias, que ilustravam a coluna de notícias do site institucional, de onde, devido a seu destaque, migraram para um canal exclusivo. No blog, os egressos têm espaço para contar suas experiências profissionais, suas lembranças e vivências no Claretiano e suas expectativas e projetos futuros. A interlocução com os ex-alunos é realizada pelos coordenadores e professores dos cursos e também pelo contato direto com o egresso, via telefone ou e-mail. O próprio egresso tem a possibilidade de entrar em contato com o Claretiano, por meio do blog ou do Departamento de Comunicação e Marketing, e manifestar a vontade de ter sua história publicada. Os depoimentos do blog "Sempre Claretiano" são replicados no Facebook, dando maior visibilidade às narrativas contadas pelos egressos sobre suas trajetórias de sucesso. Agrega-se às ações citadas o blog "Mais Claretiano", responsável por apresentar conteúdos relevantes sobre carreiras e atuação profissional.

Haverá, ainda, iniciativas realizadas pelos coordenadores de curso, que fazem a acolhida dos calouros, momento em que, além da apresentação do curso realizada pelo respectivo coordenador, são exibidas histórias de egressos que estão inseridos no mercado de trabalho. Outrossim, os cursos disponibilizarão periodicamente, em murais, a divulgação da trajetória de egressos já inseridos no mercado de trabalho ou na área da pesquisa, o que motivará a participação efetiva dos novos alunos no processo ensino-aprendizagem, a fim de uma projeção para o mercado de trabalho.

Outra ação será o envio de mensagens, por e-mail e SMS, sobre a oferta de cursos de graduação, pós-graduação e extensão e de outras programações com relação ao ensino, pesquisa e extensão, como os Congressos de Pesquisa e Iniciação Científica (CONCIC, ENCIC, CONCLAR, Congresso Interamericano) e as Semanas Acadêmicas de Cursos, bem como sobre a realização de exposições, feiras, palestras, mesas redondas, oficinas, simpósios, seminários, entre outras atividades. Parte dos egressos participa como ministrantes dessas atividades, o que proporciona a troca de percepções profissionais com os atuais alunos. Dessa forma, o Claretiano – Faculdade de Boa Vista pretende garantir a oferta de cursos de extensão que atendam às necessidades de egressos, alunos, organizações e comunidade.

Os egressos também receberão e-mails convites relacionados às Revistas Científicas, da Instituição, tendo a oportunidade de publicar os resultados de suas pesquisas nos mais diversos gêneros acadêmicos.

Cita-se, também, a possibilidade de atuação dos egressos em projetos de extensão e pesquisa realizados pelo Claretiano – Rede de Educação, como, por exemplo, no Projeto Claretiano Solidário, realizado nos Estados de Rondônia, Roraima, Mato Grosso e Moçambique (África).

Egressos poderão participar como voluntários colaboradores de outros projetos de extensão e pesquisa do Claretiano – Rede de Educação, buscando aperfeiçoar seu conhecimento técnico-científico e profissional e seu amadurecimento como cientista, ampliando sua produção acadêmica para o possível ingresso em programas de stricto-sensu.

Aos egressos do Claretiano também serão concedidos benefícios financeiros, proporcionando-lhes o acesso e/ou continuidade nos estudos após a conclusão da graduação, tais como facilitação no ingresso em um novo curso, com a isenção de taxa de aproveitamento de estudos e facilitação na entrega de documentação, além de programa de desconto nas mensalidades de pós-graduação nos cursos oferecidos no Claretiano – Rede de

Educação (concessão estabelecida de 10%, com possibilidade de chegar até 100%, de acordo com perfil social).

Haverá, ainda, a comunicação direta com Conselhos Regionais das áreas de formação dos egressos, realizada pela Direção, Coordenações de Curso, Departamento Jurídico e Secretaria, assegurando o atendimento no que tange às orientações e documentações, bem como em relação à garantia d os direitos dos egressos.

A Ouvidoria também acompanhará os egressos, assistindo-os em diversas áreas, desde orientações sobre a conclusão do curso até o auxílio no ingresso em novo curso da Instituição ou em outras instituições, e, ainda, na comunicação com outros setores, na resolução de questões referentes a Conselhos Regionais e concursos, assegurando seu devido acompanhamento.

10.3.5. Divulgação de trabalhos, produções de alunos e iniciação científica/ Eventos internos e externos.

Tendo em vista sua responsabilidade para com o estímulo à pesquisa e à produção e difusão do conhecimento a toda a sociedade (MISSÃO E PROJETO EDUCATIVO CLARETIANO, 2012), o Claretiano – Faculdade de Boa Vista contará com políticas e ações voltadas para o despertar da vocação científica e da inquietação heurística nos discentes (Princípios da *Autonomia* e *Criatividade* – CARTA DE PRINCÍPIOS, 2014, p. 6-7), formando-os para o enfrentamento racional e transformador dos problemas da realidade contemporânea e de sua área de formação, além de prepará-los para o possível ingresso em programas de stricto sensu.

As políticas de pesquisa (PDI, 2018-2022) têm com ponto central *Estimular a produção discente e docente de trabalhos inéditos que apresentem resultados de investigação bibliográfica e de campo, de temas que gravitam em torno das áreas concernentes aos cursos oferecidos pela Instituição*. As ações empregadas para o cumprimento das políticas, realizadas com recursos econômicos da própria Instituição, desdobram-se nas seguintes frentes:

1. Atuação do Programa de Iniciação Científica (PIC), por meio do qual os discentes são contemplados com bolsas de iniciação científica, mediante inscrição e aprovação, de acordo com as regras previstas em edital (REGULAMENTO-PIC, art. 12, incisos I-IV, p. 11).

2. Criação de projetos e grupos de pesquisa transversais, que dialogam com a inovação tecnológica e perpassam eixos gerais ao desenvolvimento humano, como cultura e memória, meio ambiente, relação entre pesquisa e mundo do trabalho, o respeito à diversidade e a promoção dos direitos humanos etc., e que oportunizam aos discentes da graduação, sob orientação de pesquisadores qualificados, os primeiros passos na esfera da pesquisa científica.

3. Concessão de fomentos diversos que abrangem o transporte, bem como o pagamento de inscrição para participação em congressos e eventos regionais, nacionais e internacionais, sendo estes acadêmicos, técnicos, culturais e/ou esportivos, por meio do Programa de Capacitação Acadêmica, Técnica e Profissional e de Expansão Cultural e Esportiva (ver Regulamento).

4. Ampliação de parcerias e convênios nacionais e internacionais entre projetos de extensão e grupos de pesquisa, oportunizando aos discentes o contato com pesquisadores de outras IES, possibilitando o intercâmbio de ideias e o compartilhamento de práticas inovadoras.

5. Realização de cinco congressos de pesquisa e iniciação científica, que proporcionam a reunião e o intercâmbio entre pesquisadores mais experientes, discentes e

docentes, com atuação nas mais diferentes áreas do conhecimento, para discussão de temas contemporâneos específicos ou transversais, bem como a promoção de debates sobre inovações tecnológicas e a relevância da investigação científica e seu potencial no apoio ao desenvolvimento institucional, local e regional. Nesses eventos, os discentes apresentam (comunicação oral e pôster) e publicam (revistas dos anais) resultados de suas pesquisas. São eles:

* Encontro de Iniciação Científica (ENIC-Boa Vista);
* Encontro Nacional Claretiano de Iniciação Científica (ENCIC);
* Encontro Nacional Claretiano de Iniciação Científica Indígena (ENCIC-Indígena);
* Congresso Brasileiro de Educadores Claretianos (CONCLAR);
* Congresso Interamericano de Educadores Claretianos.

6. Publicação de periódicos científicos reconhecidos pelo Sistema Qualis-Capes, nos quais os discentes são estimulados a publicarem trabalhos nos formatos de artigo científico (revisão, estudo de caso, relato de experiência e outros estudos de campo), resenha, resumo, ensaios e traduções, contando com Conselho Editorial formado por docentes pesquisadores de universidades públicas e particulares, nacionais e internacionais. Os periódicos são:

* Revista Educação (ISSN 2237-6011);
* Revista Educação a Distância (ISSN 2237-2334);
* Revista Linguagem Acadêmica (ISSN 2237-2318);
* Revista Saúde (ISSN 2237-6003);
* Revista Ensaios e Diálogos (ISSN 1983-6341);
* Revista Medicina e Saúde (ISSN 2595-3516);
* Revista Jurídica (ISSN 1679-625X);
* Revista Studium (ISSN 1981-3155);
* Revista do Congresso Brasileiro de Educadores Claretianos – CONCLAR e Congresso Interamericano de Educadores Claretianos (ISSN 2526-1401);
* Revista do Encontro de Iniciação Científica – ENIC – Anais (ISSN 2526-1479);
* Revista do Encontro Nacional Claretiano de Iniciação Científica – ENCIC – Anais (ISSN 2526-1460).

OBSERVAÇÃO: projeta-se para 2019 a criação da Revista do Encontro Nacional Claretiano de Iniciação Científica Indígena (ENCIC-Indígena).

7. Inserção da disciplina Metodologia da Pesquisa Científica na matriz curricular de todos os cursos de graduação. Em consonância com a Missão e Projeto Educativo Claretiano (PEC, 2012) e sua Carta de Princípios (2014), os eixos temáticos da disciplina perpassam a ética na pesquisa, no que tange ao tratamento de propriedade intelectual veiculada pela comunidade científica, bem como a ética da alteridade no tratamento para com a Pessoa Humana, possível sujeito participante de uma pesquisa. A disciplina ainda aborda noções da linguagem empregada na esfera científica, a atuação dos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, a construção dos elementos clássicos de um projeto de pesquisa e a elaboração do artigo científico como gênero discursivo de maior abrangência na seara acadêmica.

8. Oferta de minicursos, cursos e oficinas de extensão que abordam temas imprescindíveis à formação do discente, como a leitura, a escrita convencional e a escrita e comunicação científica, abordando eixos como o tripé da comunicação formal, texto e contexto na esfera acadêmica, autor e leitor na comunicação científica, a linguagem do texto científico, técnicas de escrita acadêmica, principais problemas na redação científica, normalização básica, entre outros. Atualmente, a Instituição oferece:

* Escrita Científica Sem Segredos (curso de extensão – 30h);

* Como Ler Bem e Escrever Melhor (curso de extensão – 60h);
* A Arte da Escrita no Campo da Ciência: Redação de Textos Acadêmicos (minicurso – 2h);
* Como Ler Bem e Escrever Melhor (oficina – 2h);
* Como Elaborar um Artigo Científico (minicurso – 2h);
* Normalização Básica (curso de extensão – 20h).

Por intermédio das políticas e ações apresentadas, o Claretiano – Faculdade de Boa Vista, em consonância com as metas de seu PDI (2018-2022), alicerçado em sua Missão e Projeto Educativo Claretiano (PEC, 2012) e na Carta de Princípios (2014), enseja responder aos anseios e carências da sociedade, formando novos recursos humanos para a pesquisa, com um olhar marcado pela ética da alteridade (MISSÃO E PROJETO EDUCATIVO CLARETIANO, 2012, p. 24-25), capazes de contribuir com a criação e difusão de conhecimento que beneficie a coletividade.

10.3.6. Bolsas de estudo

O Claretiano – Faculdade de Boa Vista, à luz do Projeto Educativo Claretiano e sua Missão Institucional, tem como função principal estabelecer-se como Instituição de Ensino Superior com atividades educacionais voltadas aos interesses da sociedade e, por consequente, promover o desenvolvimento econômico social, culminando na melhoria das condições de vida da população. A Missão traz como premissa principal *capacitar a pessoa humana para o compromisso profissional e para o compromisso com a vida*, o que, por si só, configura um importante ponto de partida para a compreensão da cultura da Instituição. Ademais, organicamente, sua Mantenedora possui caráter filantrópico, o que contribui para preservar seu papel social, reafirmado pela Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS.

Assim, o Plano de Desenvolvimento Institucional do Claretiano – Faculdade de Boa Vista apoia-se nas políticas e na cultura da sua Mantenedora e se mostra como representação dos seus valores. Especificamente no que tange às políticas e programas de desenvolvimento econômico e responsabilidade social, as ações se concretizarão, entre outras formas, por meio de adesões aos programas governamentais federais e estaduais, bem como por intermédio da criação de ações próprias, a saber:

OFERTA DE BOLSA PROUNI: participação no Programa Universidade para Todos (Prouni), Lei 11.096/2005, cujo papel é conceder bolsas integrais aos alunos que se enquadram no perfil determinado pelo programa, e os critérios de renda per capita para concessão de bolsa integral são os mesmos utilizados pelo Programa de Bolsas CEBAS. Com isso, pretende-se a constituição das Comissões Locais de Acompanhamento e Controle Social do Prouni (COLAPs), com a função de acompanhar, averiguar e fiscalizar a implementação do Programa na Instituição, devendo promover, também, a articulação entre a Comissão Nacional – CONAP e a comunidade acadêmica, objetivando seu constante aperfeiçoamento.

OFERTA DE BOLSA CEBAS: concessão de bolsas de estudo a alunos carentes nos cursos de graduação. As Bolsas CEBAS são diferenciadas em Bolsa CEBAS Integral (100%) e Bolsa CEBAS Parcial (50%), de acordo com a renda per capita do grupo familiar. Para se enquadrar na bolsa integral, o candidato deve comprovar renda bruta familiar mensal per capita de até 1 e 1/2 salários mínimos, enquanto, para a bolsa parcial, terá de comprovar renda bruta familiar mensal per capita de até 3 salários. A concessão das Bolsas CEBAS é vinculada aos critérios das Leis 12.101/2009 e 11.096/2005 e normatizada pelo Ministério da Educação – MEC, realizada por intermédio de formulário eletrônico, disponibilizado em sistema específico na internet. Nesse site, ainda estarão disponíveis o Regulamento de

Concessão de Bolsas CEBAS (RCBC) do Claretiano, bem como o edital de concessão ou aferição de Bolsas CEBAS.

FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES): será oferecida aos alunos ingressantes do Claretiano – Faculdade de Boa Vista, nos cursos superiores presenciais, a possibilidade de participação no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), um Programa do Ministério da Educação, instituído pela Lei 10.260/2001, tendo como objetivo conceder financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC e ofertados por Instituições de Ensino Superior não gratuitas aderentes ao programa.

BOLSA AUXÍLIO ATIVIDADE ACADÊMICA: a Bolsa Auxílio Atividade Acadêmica tem como objetivo incentivar o aluno na participação das diversas atividades sociais e educacionais desenvolvidas pela Instituição. Nessas atividades, o educando tem a possibilidade de vivenciar os princípios que norteiam o Claretiano e as práticas dessas atividades, contribuindo com sua formação e para com a vida em sociedade.

PARCERIAS COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS: estabelecimento de convênios com agentes de integração e instituições tanto do setor público como do privado, mediante condições acordadas em instrumentos jurídicos apropriados e regularizados, que visem ao desenvolvimento de projetos sociais, concessões de bolsas de estudo e estágios curriculares, tais como: empresas e indústrias privadas; associações comerciais e industriais; prefeituras municipais; secretarias de educação – estaduais e municipais; fundações e institutos; associações de pais e amigos dos excepcionais; associações educacionais; clínicas de saúde, hospitais e Santa Casas; escolas públicas e particulares.

A cultura organizacional intrínseca ao Claretiano, somada à participação nos programas governamentais e programas internos, condizem com o que há de mais relevante no debate pedagógico, ou seja, a relação educacional com as estruturas socioprodutivas da sociedade. Essa relação é, por exemplo, capaz de promover o desenvolvimento econômico e social através do ingresso de estudantes de diferentes classes sociais e da consequente oferta de mão de obra qualificada à sociedade, culminando na melhoria das condições de vida da população – a exemplo dos cursos da área da saúde, em que parte das atividades serão realizadas em estabelecimentos públicos e privados que atendam à população em todos os níveis. É também capaz de gerar indistintamente a inclusão de pessoas – entre elas, o público-alvo da Educação Especial, em consonância com o Decreto 7.611/2011 e Lei Federal 12.796/2013, subsidiado pelo Núcleo de Acessibilidade, composto por profissionais com formação específica na área.

No que tange ao empreendedorismo, os PPPCs possuem componentes curriculares que relacionam teoria e prática e buscam, através de iniciativas como o uso de estratégias de aprendizagem ativa, do Ambiente Virtual de Aprendizagem como recurso de apoio pedagógico, do acesso a bibliotecas físicas e virtuais e a laboratórios, estimular o estudante a desenvolver o seu caráter autônomo e criativo. Assim, ao se basear em uma proposta fundamentada em uma formação sólida e humana e uma abordagem pedagógica contemporânea, atribui-se ao modelo o status de estado da arte na Educação Superior.

10.3.7. Política de atendimento ao aluno público-alvo da Educação Especial (PAEE)

A partir de 2018, o Claretiano – Rede de Educação passou a utilizar a denominação (aluno público-alvo da Educação Especial (PAEE), no Projeto Político-Pedagógico (PPP) de curso, pois, de acordo com Brasil (Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011), os alunos público-alvo da Educação Especial, são aqueles com deficiência (física, auditiva, visual,

intelectual e múltipla), transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação).

De acordo com as políticas nacionais e internacionais educacionais de Educação Especial e para a inclusão, os alunos público-alvo da Educação Especial, quando inseridos nos contextos comuns de ensino devem encontrar um currículo que atenda à sua condição diferenciada.

A instituição escolar deve se adequar às necessidades do aluno viabilizando a sua aprendizagem nesse contexto. (Constituição Federal de 1988 (art. 205, 206 e 208); Declaração Mundial de Educação para Todos (1990); Declaração de Salamanca (1994); Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção); Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências); Decreto no. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000; Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida); Decreto 3.956, de 08 de outubro de 2001 (Convenção da Guatemala - Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência); Resolução 2, de 11 de setembro de 2001 (Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica); Brasil 2001 (Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado); Lei 10.436, de 24 de abril de 2002 (Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências); Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 (Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições); NBR - ABNT 9050/2004 (Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbano); Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (Língua Brasileira de Sinais e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000); Brasil 2008 (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva); Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011 (Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências); Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista); Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013 (Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de profissionais da educação); Brasil 2013 (Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior); e Decreto nº 9.057, de 2017.

Buscando atender às políticas supracitadas, a Missão e Princípios do Claretiano (que consiste em formar a pessoa para o exercício profissional e para o compromisso com a vida, mediante o seu desenvolvimento integral, envolvendo a investigação da verdade, o ensino e a difusão da cultura, inspirada nos valores éticos e cristãos e no carisma Claretiano que dão pleno significado à vida humana), a instituição vem implementando estratégias que buscam garantir o acesso, a permanência e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial na Educação Superior. Portanto, o Claretiano assume uma postura aberta, dinâmica e sensível, buscando responder às necessidades e expectativas do contexto externo no qual está inserida, especificamente à filosofia da inclusão, e ao seu Projeto Educativo (PROJETO EDUCATIVO, 2012, p.11-12).

Considerando a Política de atendimento ao aluno público-alvo da Educação Especial, o Núcleo de Acessibilidade do Claretiano – Rede de Educação, foi criado por meio

da Portaria n° 70, de 22 de novembro de 2013, visando implementar, avaliar e divulgar as políticas, leis e decretos, bem como criar projetos para conscientizar todos os colaboradores de suas Unidades Educativas, quanto aos temas de Educação Especial, Acessibilidade, Inclusão e Diversidade.

A partir dessa Portaria, um grupo de professoras, com formação em Educação Especial, a saber: Ana Maria Tassinari, Aparecida Helena Hachimini, Elisa Reis Meletti, Pricila Bertanha e Renata Andrea Fernandes Fantacini, elaboraram o presente projeto e trabalham com os demais membros no Núcleo de Acessiblidade para a implantação das ações que garantam a cada pessoa público-alvo da Educação Especial o pleno acesso à educação formal.

As atividades educativas dos cursos superiores do Claretiano, contemplam medidas de flexibilização curricular visando garantir a acessibilidade, que dizem respeito, por exemplo, aos seguintes aspectos: agrupamento de alunos; organização didática da aula; organização dos períodos para realização das atividades; seleção, priorização e sequenciamento das unidades do programa; seleção, inclusão e priorização dos objetivos; eliminação, acréscimo ou substituição de conteúdos; adaptação da avaliação: variação de critérios, procedimentos, técnicas e instrumentos, critérios de promoção e tempo para a realização; adaptações dos procedimentos didáticos e nas atividades de ensino aprendizagem:, atividades complementares ou alternativas, recursos de apoio, seleção de materiais; adaptações na temporalidade: tempo previsto para realização das atividades, período para alcançar determinados conteúdos; adaptações de acesso ao currículo: mobiliário adequado, equipamentos específicos, recursos materiais adaptados, formas alternativas e ampliadas de comunicação, como por exemplo, a presença da língua de sinais na sala de aula e nas atividades acadêmicas como apoio à participação de alunos surdos nas atividades escolares, adaptação de material didático para alunos cegos ou com baixa visão; uso de recursos tecnológicos da informação e comunicação; tecnologia assistiva; formação continuada dos docentes acerca do público-alvo da Educação Especial, das adaptações curriculares, do direito à acessibilidade e da política de inclusão.

Acrescido à essas medidas o Claretiano, vem implementando ações de acesso ao aluno, público-alvo da Educação Especial, também na sala de aula virtual (SAV).

A Sala de Aula Virtual (ferramenta da Educação a Distância do Claretiano – Centro Universitário – Claretiano – Rede de Educação/Ação Educacional Claretiana, também usada nos cursos presenciais, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Tecnologia da Comunicação e Informação da instituição), disponibiliza alguns recursos de acessibilidade como:

- *ResponsiveVoice*: ferramenta para leitura sintetizada de textos. O recurso está disponível no material de apoio e nas principais ferramentas da Sala de Aula Virtual.

- *WebLibras*: ferramenta para tradução automática para Libras (Língua Brasileira de Sinais). O recurso está disponível nas principais ferramentas da Sala de Aula Virtual.

- *VLibras*: ferramenta para a tradução do material didático. Se desejar, recomendamos a utilização deste software gratuito para ser instalado diretamente no seu computador.

-*NVDA*: ferramenta para leitura de telas. Recomendamos a utilização deste software gratuito para ser instalado diretamente no seu computador.

Também são disponibilizados alguns tutoriais que explicam como habilitar os recursos de acessibilidade de acordo com o sistema operacional.

Tais medidas, além de atender a política de inclusão vigente no país, vão ao encontro dos fundamentos que concebem a pessoa humana:

- respeito à cada pessoa como um ser único e singular;

- respeito à cada pessoa como princípio de suas ações, de sua capacidade de governar-se tendo em vista sua liberdade;

- respeito ao homem como uma totalidade e uma exigência de abertura e contato com os outros (PROJETO EDUCATIVO, 2012, p. 18).

Adicionalmente, o Claretiano – Faculdade de Boa Vista, atendendo as legislações supracitadas, vem realizando as adaptações no seu prédio , visando garantir o acesso e a mobilidade de pessoas público-alvo da Educação Especial, nas salas de aula, nos banheiros, nos elevadores adaptados, na biblioteca, no setor de reprografia e na área de alimentação. Portanto, todos os conjuntos de salas e instalações pedagógico-administrativas atendem às condições de acessibilidade a estas pessoas, por meio de rampas, soleiras rampadas, elevadores adequados às cadeiras de roda, instalações sanitárias em conformidade com normas técnicas, estacionamento com vagas especiais entre outras (guichês, mobiliário, corrimãos, etc.).

10.3.7.1. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012)

No intuito de oferecer, com excelência, condições de acessibilidade e permanência para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o Claretiano – Faculdade de Boa Vista, com extensão a toda sua rede educacional, instituiu, pela Portaria n° 70 de 22/11/13, o Núcleo de Acessibilidade, composto por uma equipe de profissionais especializados que atua em sua coordenação e gestão.

O referido núcleo foi criado no sentido de conceber e implementar, com qualidade, as políticas educacionais nacionais e internacionais de Educação Especial e para a inclusão, já descritas no PDI (2018-2022), para que os alunos com Transtornos Globais de Desenvolvimento – TGD, quando inseridos nos contextos comuns de ensino, encontrem a acessibilidade que atenda a sua condição diferenciada.

Conforme consta no Decreto nº 7.611, de 17/11/11, “considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação”.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 2), os Transtornos Globais de Desenvolvimento – TGD são definidos por apresentar um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras.

Conforme os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior (BRASIL, 2013b, p. 49): o autismo é um distúrbio congênito caracterizado por alterações no desenvolvimento infantil que se manifesta nos primeiros meses de vida, caracterizando-se por um comprometimento das relações interpessoais e diversas alterações de linguagem e dos movimentos.

Já o Censo (BRASIL, 2013c, p. 6) define o autismo como sendo um: transtorno onde há déficit em três domínios: déficit na sociabilidade, empatia e capacidade de compreensão ou percepção de sentimentos do outro; déficit na linguagem comunicativa e imaginação e déficit no comportamento e flexibilidade cognitiva. A manifestação dos sintomas aparece antes dos três anos de idade e pode estar associada à deficiência intelectual.

A Lei Federal nº 12.764, de 27/12/12, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o §3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11/12/90. Esta nova conceituação, adotada e utilizada pelo DSM-V (APA, 2014), na qual a classificação TGD se transforma em Transtorno do Espectro do Autismo – TEA, configura o autismo e todos os que se enquadram nas características do espectro. A APA

(2014) configura o diagnóstico como uma díade: (a) déficit na interação social e comunicação e (b) comportamentos e interesses restritos e repetitivos. Ainda de acordo com a APA (2014, s/p), "Essa mudança foi implementada para melhorar a sensibilidade e a especificidade dos critérios para o diagnóstico de transtorno do espectro autista e para identificar alvos mais focados de tratamento para os prejuízos específicos observados".

Consta nesta Política que a pessoa com TEA é considerada uma pessoa com deficiência (público-alvo da Educação Especial); para todos os efeitos legais, devendo ter todos os seus direitos assegurados em casos de comprovada necessidade.

Atendendo às políticas supracitadas neste texto, especificamente a este público-alvo da Educação Especial, o Claretiano implementará estratégias que garantam o acesso, a permanência, a aprendizagem e a busca pelo sucesso desses alunos na Educação Superior e assume uma postura aberta, dinâmica e sensível, respondendo às necessidades e expectativas do contexto externo no qual está inserido, especificamente à filosofia da inclusão, e ao seu Projeto Educativo.

Partindo do Núcleo de Acessibilidade, em atendimento ao planejamento e às políticas institucionais, para garantir a acessibilidade dos alunos com TGD e/ou TEA, algumas ações são organizadas:

- Acessibilidade atitudinal: palestras informativas (alunos, docentes, familiares e/ou responsáveis); Formação Continuada para Docentes e toda a comunidade institucional; Diálogo e orientação à Família e/ou responsáveis.
- Acessibilidade arquitetônica: adaptações físicas (quando houver necessidades).
- Acessibilidade metodológica/pedagógica: Ajudas Técnicas no processo de inclusão; Parceria com profissionais de diversas áreas, auxílio ledor/escriba (quando necessário).
- Acessibilidade Programática: Orientação ao aluno com TGD; Orientação à Equipe que trabalhará diretamente com esse público; Divulgação dos Direitos (o que diz a legislação voltada para esse aluno).
- Acessibilidade instrumental: Proporcionar situações de participação e plena inclusão do aluno.
- Acessibilidade nos transportes: Orientações quanto aos tipos de transportes existentes oferecidos.
- Acessibilidade nas comunicações: Envio de e-mails e mensagens de texto via celular, Utilização da SAV e, se necessário, avaliar cada caso e conhecer o meio de comunicação mais adequado.
- Acessibilidade digital: Utilização da Tecnologia Assistiva; Informática Acessível na Sala de Aula Virtual – SAV; Utilização dos Recursos da SAV; Envio de e-mails e mensagem de texto via celular.

Desenvolver um projeto de inclusão para o sucesso acadêmico de nossos alunos com necessidades educacionais especiais, considerados público-alvo da Educação Especial, é desafio constante do Claretiano - Faculdade (CLARETIANO, 2014, p. 8; TASSINARI, 2017, s/p).

10.4. Corpo Docente 2018-2021

O Claretiano tem como objetivo aprimorar o trato com as vertentes que representam a qualidade do corpo de professores. Para isso, estabeleceu em seu PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) uma evolução gradativa quanto à titulação e ampliação de jornadas de trabalho dos professores, que vem sendo implementada com rigor.

Nesse sentido, a composição do corpo de professores é guiada pela busca da formação acadêmica em nível de mestrado e doutorado (considerando o Art. 66 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trata da titulação do corpo docente), não excluindo especialistas de reconhecida competência profissional relacionada ao campo de estudo do curso. Não obstante, têm reorganizado e colocado em prática de forma sistemática o plano de carreira e o plano de formação de professores como mecanismos de incentivo para evolução no quadro funcional e para a formação, qualificação, produções e publicações.

10.4.1. Programa de Formação Continuada de Coordenadores e Docentes

Dentro das Políticas de Ensino, o Programa de Formação Continuada de Docentes, e Coordenadores ocupa um lugar de destaque, pois faz-se necessário atualizarmos nossos conhecimentos, principalmente para analisarmos as mudanças que ocorrem e ocorrerão em nossa prática, bem como para atribuirmos direções esperadas a essas mudanças, com o objetivo de dinamizar e fazer-se acontecer o projeto/missão institucional e de cada curso de graduação.

O Claretiano visa, com esse Programa, envolver o coletivo docente em uma formação acerca dos diferentes aspectos que permeiam a docência no Ensino Superior: pedagógico, humano, político, histórico, metodológico, didático, psicológico e tecnológico. Especificamente, pretende, ainda, contribuir de forma continuada para a profissionalização do docente, contemplando a formação pessoal e profissional.

Para tanto, apresenta um programa organizado a respeito do universo da docência no Ensino Superior e cria as condições para que os professores e coordenadores aprofundem seus conhecimentos e práticas pedagógicos. Para a efetivação do Programa de Formação Continuada de Docentes e Coordenadores, são considerados os seguintes objetivos:

- Incentivar práticas curriculares inovadoras;
- Orientar os professores quanto à elaboração, implementação e avaliação dos planos de ensino, de dependência e adaptação;
- Orientar os professores quanto as dificuldades pedagógicas sentidas nos processos de ensino e aprendizagem;
- Dar suporte pedagógico aos docentes quanto à elaboração, seleção, implementação e avaliação de objetivos, conteúdos de ensino, estratégias, recursos e avaliação no contexto dos processos de ensino-aprendizagem;
- Proporcionar, orientar e mediar situações de parceria entre aluno e professor no processo de planejamento de ensino;
- Promover oportunidades para que os professores integrem sua pessoa à Instituição;
- Propiciar situações desafiadoras para o professor, nas quais possam favorecer situações de ensino que desencadeiem a aprendizagem significativa dos alunos;
- Procurar atender às necessidades reveladas pelos desejos de coordenadores, professores;
- Enriquecer os processos de aprendizagem, aliando-os ao contexto tecnológico e percebendo suas possibilidades didáticas e formativas;
- Perceber as necessidades didático-pedagógicas (enquanto novas posturas pedagógicas e metodológicas) do professor.

Assim, uma das formas da concretização da dimensão pedagógica do Claretiano, acontece a partir do Programa de Formação Continuada de Docentes e Coordenadores, que busca estimular a competência dos mesmos para responder às necessidades do contexto universitário atual e contribuir para a realização do ideal de educação para todos e, consequentemente, com a democratização da Educação Superior no país, atendendo à

Missão Institucional Claretiana no que se refere à formação da pessoa humana e suas dimensões antropológicas como destinatária do processo educativo.

10.5. Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante – NDE – teve origem e está contextualizado nacionalmente nos cursos de Direito e Medicina, constando na Portaria MEC 147/2007. Embora não existisse uma lei que fundamentasse a exigência do Núcleo Docente Estruturante até junho de 2010, sua necessidade estava presente em Instrumentos Avaliativos, configurados como documentos administrativos, construídos a partir dos extratos aprovados por Portarias Ministeriais. Em 26 de julho de 2010, nos termos do inciso III do art. 4o do Decreto no 5.773/2006, o Ministro de Estado da Educação homologou o Parecer CONAES nº 04/2010, exarado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES (que dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE) e o Projeto de Resolução nº 01/2010 (que normatiza o respectivo Núcleo Docente Estruturante – NDE).

Buscando atender ao que consta nos instrumentos de avaliação de reconhecimento e renovação de reconhecimento e oferecendo um suporte pedagógico, o Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado, implementou a partir do ano letivo de 2017, o Núcleo Docente Estruturante, visando os seguintes propósitos:

- Atendimento aos índices de qualidade do Ministério da Educação;
- O exercício do Núcleo Docente Estruturante se dará nos momentos reservados para a formação continuada, previamente estabelecidos no Calendário Geral do ano letivo.

O Núcleo Docente Estruturante é caracterizado como um organismo que tem como grandes objetivos refletir, conceber, organizar, implementar e analisar o Projeto Político Pedagógico do curso, articulado com a Missão e Projeto Educativo Institucional, com as Diretrizes Curriculares e com as necessidades dos alunos, embasado pelo perfil do egresso: a formação pessoal e profissional competente que se pretende alcançar. Grandes objetivos, assim desdobrados, de acordo com o Regimento do Claretiano – Faculdade de Boa Vista:

I. Elaborar o Projeto Político Pedagógico do Curso definindo sua concepção e fundamentos;
II. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
III. Atualizar periodicamente o Projeto Político Pedagógico do curso;
IV. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
V. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
VI. Realizar estudos que avaliem o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante, levando-se em conta a adequação do perfil do egresso, DCNs e as novas demandas do mundo do trabalho;
VII. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
VIII. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.
IX. Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
X. Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;

XI. Avaliar e referendar a bibliografia básica e bibliografia complementar de todas as disciplinas do curso, emitindo relatório que comprove a adequação e compatibilidade, com o número de vagas do curso e a quantidade de exemplares por título disponível no acervo.
XII. Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo Projeto Pedagógico;
XIII. Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.
XIV. Planejar os procedimentos para permanência de parte de seus membros até o ato regulatório seguinte.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado é composto por 5 professores mestres e doutores, nomeados por Portaria da Reitoria.

As atas das reuniões do Núcleo Docente Estruturante constam no anexo desse Projeto Político Pedagógico.

10.6. Colegiado

O Colegiado do Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado encontra-se periodicamente (bimestralmente) em reuniões agendadas no Calendário Geral Acadêmico Institucional e, quando necessário, em reuniões extraordinárias organizadas pela Coordenação de Curso. Em ambos os casos, nestas ocasiões são tratadas questões relativas ao andamento do curso, às atividades e componentes curriculares e extracurriculares são discutidos e analisados para que soluções e ações sejam colocadas em prática.

As reuniões são marcadas como espaços de discussões e análise: do projeto político pedagógico do curso (organização, construção, implementação, avaliação e modificações); do perfil dos alunos (inicial, intermediário e final); da filosofia e objetivos do curso; da matriz curricular; da formalização, implementação, flexibilização e acompanhamento dos planos de ensino/guia de estudos; interdisciplinaridade (principalmente na Avaliação Semestral Interdisciplinar, que acontece semestralmente, com o objetivo de busca avaliar os perfis e competências dos alunos, envolvendo todas as disciplinas já cursadas pelo aluno até o momento de seu acontecimento); avaliação do rendimento da aprendizagem dos alunos (acompanhamento e encaminhamento de ações voltadas para a aprendizagem significativa dos alunos, bem como tomadas de decisões referentes às suas dificuldades); relação professor – aluno e aluno – aluno; da autoavaliação do trabalho pedagógico dos professores; do levantamento de problemas e dificuldades do curso (para reorientar ações, numa busca permanente de aperfeiçoamento da atuação do curso); além de questões de ordem acadêmica e administrativa. As deliberações do colegiado são registradas em Ata, cabendo a coordenação, aos docentes fazer valer essas ações.

De acordo com o Regimento Interno do Claretiano - Faculdade, o Colegiado de Curso é considerado um Órgão Deliberativo. Sua estrutura, funcionamento e atribuições estão descritos no documento supracitado.

11. PLANO DE AÇÃO DO CURSO PARA O QUADRIÊNIO 2018-2021

Projetos ou Ações	2018	2019	2020	2021
Formação Continuada de Docentes	X	X	X	X
Ações de Nivelamento	X	X	X	X
Acompanhamento, implementação e avaliação do estágio	X	X	X	X

Acompanhamento, implementação e avaliação das Vivências Práticas	X	X	X	X
Acompanhamento, implementação e avaliação das atividades complementares	X	X	X	X
Implementação, revisão e atualização do projeto político pedagógico do curso, a partir da oferta e abertura do curso.	X	X	X	X
Acompanhamento, implementação e avaliação das atividades de extensão universitária	X	X	X	X
Acompanhamento dos projetos dos cursos	X	X	X	X
Reuniões com o Núcleo Docente Estruturante	X	X	X	X
Reuniões de Colegiado	X	X	X	X
Organização do arquivo e documentação do curso	X	X	X	X
Organização de eventos científicos culturais do curso (ENIC e encontros do curso)	X	X	X	X
Acompanhamento pedagógico do curso (relação professor-aluno, dificuldades dos professores e alunos)	X	X	X	X
Acompanhamento da implementação e avaliação dos planos de ensino	X	X	X	X
Organização, implementação de um sistema de autoavaliação do curso	X	X	X	X
Acompanhar a implementação das políticas de educação ambiental	X	X	X	X
Acompanhar a implementação das Políticas para a educação das relações étnico-raciais	X	X	X	X
Acompanhar a implementação das Políticas para os direitos humanos	X	X	X	X
Implementar e acompanhar o Projeto de Unificação dos Projetos Políticos Pedagógicos de Curso	X	X	X	X
Acompanhar o desenvolvimento da disciplina Língua Brasileira de Sinais, articulada com o curso	X	X	X	X
Acompanhar e implementar (quando necessários as políticas de atendimento ao aluno público-alvo da Educação Especial, considerando todas as deficiências e as políticas de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista (Lei 12.764/12)	X	X	X	X

12. PÓS-GRADUAÇÃO X GRADUAÇÃO

Os cursos de Pós-Graduação do Claretiano são Cursos de Especialização (presenciais ou em convênio com o Claretiano – Centro Universitário – Claretiano – Rede de Educação – Ação Educacional Claretiana)., também chamados de Pós-graduação Lato Sensu, regidos pela Resolução nº 1, de 06 de abril de 2018 que estabelece diretrizes para o seu funcionamento, e pelo Regimento Geral da Instituição. São oferecidos aos portadores de diploma de curso superior, e constituídos por projetos políticos pedagógicos

sistematicamente organizados, visando desenvolver, complementar, aprimorar ou aprofundar conhecimentos, com previsão de obtenção de certificados.

O Curso de Graduação em Enfermagem - Bacharelado tem relação com o Curso de Pós-graduação Lato Sensu (Especialização) em Enfermagem em Centro Cirúrgico, Central de Materiais e Esterilização e Recuperação Pós-Anestésica oferecido pela IES, que tem como eixo Saúde e Bem-estar Social. O curso possui carga horária de 360 horas.

13. INSTALAÇÕES GERAIS

O Claretiano – Faculdade de Boa Vista, a situar-se na Rua Antônio Augusto Martins, n. 52, na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, será mantido pela Ação Educacional Claretiana. Estará localizado em imóvel locado, de propriedade da Diocese de Roraima, conforme contrato de locação vigente, no perímetro urbano do município de Boa Vista, com área total de 11.878,69m2. O prédio, além de toda a área construída, possui estacionamentos para veículos, com acesso por duas importantes vias do município: a Avenida Capitão Júlio Bezerra e a Rua Arnaldo Brandão. O prédio possui duas entradas, uma destinada para atividades de atendimento pedagógico, financeiro e registro acadêmico e outra destinada à entrada dos alunos, onde o sistema de controle de acessos é garantido por meio de catracas eletrônicas com leitura digital.

O Claretiano – Faculdade de Boa Vista dividirá suas atividades de estruturas física e pedagógica com o Claretiano – Colégio de Boa Vista, o qual funciona em dois prédios, que abrigam as instalações administrativas, salas de aula, laboratórios, Biblioteca, entre outros espaços. O Claretiano – Faculdade de Boa Vista utilizará apenas o Prédio Pe. Claret, conforme descrição detalhada a seguir:

PRÉDIO PE. CLARET: possui quatro pavimentos e é o principal espaço da Instituição. Na piso térreo, estão localizadas todas as secretarias de atendimento aos alunos, como Diretoria, Coordenações, Secretaria, Tesouraria, Setor Social, Marketing, Central de Atendimento e Recursos Humanos. Nos demais pavimentos do prédio, estão localizados outros espaços, como Biblioteca, Laboratórios de Informática, Sala de Estudos, Tutoria do Polo de Apoio Presencial do Claretiano – Centro Universitário (EaD), salas de aula, Laboratórios Multidisciplinares, Sala de Ginástica e Lutas, Almoxarifado/Departamento de Compras, Reprografia, Coordenação de Esportes, Sala de Professores, entre outros.

QUADRAS POLIESPORTIVAS E PISCINA: espaço localizado entre os Prédios Histórico e Pe. Claret, possuindo uma quadra poliesportiva coberta, uma quadra de futebol society coberta e duas cantinas com espaço para convivência.

PRÉDIO HISTÓRICO: local utilizado pelo Claretiano – Colégio de Boa Vista para a rotina dos seus alunos da Educação Básica. O prédio possui várias salas de aula infantis, Brinquedoteca, Capela e sanitários masculinos e femininos adaptados para crianças e portadores de necessidades especiais.

O Claretiano – Faculdade de Boa Vista compartilhará algumas instalações administrativas, pedagógicas e de laboratórios com o Claretiano – Colégio de Boa Vista, tendo em vista que a administração e todos os serviços são unificados pela Mantenedora, criando condições para a sustentabilidade financeira e administrativa da Instituição. As instalações administrativas estão localizadas no Prédio Pe. Claret, onde se tem acesso à Recepção e Central de Atendimento da IES, o que garante melhor disposição arquitetônica e de localização. As salas são equipadas com recursos estruturais e tecnológicos consoantes com o propósito laboral de cada atividade. Os espaços são auditados pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), responsável, entre outras atividades, pela elaboração dos mapas de riscos.

As salas de aula e demais dependências de uso coletivo estão dentro dos padrões arquitetônicos de conforto térmico, acústico e de iluminação e também seguem um rigoroso processo de auditoria pelo mesmo órgão (CIPA), sendo que todas estão equipadas com data show, internet livre e, nos prédios onde estão localizadas, com banheiros adaptados a portadores de necessidades especiais.

A infraestrutura básica de abastecimento de água, com captação própria, rede de esgoto, energia elétrica, telefonia e internet, está adequada às necessidades e demandas de consumo da Instituição.

A Ação Educacional Claretiana possui, para todas as edificações do Claretiano – Faculdade de Boa Vista, projetos aprovados nos órgãos competentes, atendendo às normas de segurança e normas de acessibilidade a pessoas com necessidades especiais.

13.1. Sala da Coordenação

A sala da Coordenação do Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado estará instalada no pavimento térreo do Prédio Pe. Claret do Claretiano – Faculdade de Boa Vista, com área aproximada de 17,5m2, climatizada, equipada com infraestrutura de informática, que conta com computador, impressora, internet, telefone, mesa em L, armário, cadeiras e ambiente adequado quanto aos aspectos de dimensão, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade e comodidade, com o objetivo de receber professores, alunos e técnico-administrativos que procurarem a coordenação, sem necessidade de agendamento prévio. Tratar-se-á de um ambiente restrito, que permitirá a realização das atividades acadêmico-administrativas, com boa ventilação, iluminação e acessibilidade. Além do mobiliário básico, a sala da coordenação possuirá uma mesa de reuniões para atendimento de grupos e recursos audiovisuais que permitem à coordenação ampliar suas formas de atuação.

13.2. Salas de Aula

O Claretiano – Faculdade de Boa Vista possui 28 salas de aula, localizadas no Prédio Pe. Claret. As salas têm capacidade para atender aproximadamente 1.265 alunos por turno e estão disponíveis em vários tamanhos, com número de carteiras que varia de 30 a 65 lugares. Todas as salas são novas e têm programadas, a partir da previsão de um plano de avaliação periódica e gerenciamento patrimonial, a manutenção do seu estado de conservação, além da limpeza constante.

As salas de aula da Instituição estão distribuídas estrategicamente, articuladas com infraestrutura de apoio para o atendimento dos Projetos Político-Pedagógico dos Cursos que serão ofertados. Em sua maioria, as salas já estão equipadas com recursos multimídia, que irão proporcionar o uso de recursos tecnológicos diferenciados, como, por exemplo, do Sistema Gerenciador de Aprendizagem – Sala de Aula Virtual (SGA-SAV), cadeiras e carteiras em quantidade suficiente, são bem iluminadas, climatizadas, ventiladas, com acústica adequada e mobiliários apropriados, de acordo com padrões ergonômicos e normas do INMETRO.

Todas as salas de aula possuem acessibilidade ao público-alvo da Educação Especial, por meio de elevadores e rampas de acesso, e muitas delas são adequadas para o trabalho com as metodologias ativas, considerando que podem ser adequadas aos tipos de atividades previstas e a serem propostas pelos cursos, tais como: aula expositiva dialogada; seminário; debate; discussão; estudo de texto dirigido; de caso; do meio; dramatização e simulação; oficina; ensino com pesquisa; trabalho em grupo; situações-problema (PBL);

aprendizagem em equipe (TBL); análises e avaliações de simulações da profissão. Também contam com acesso à rede sem fio (internet), para que alunos e professores possam usar seus próprios equipamentos (BYOD). Suas instalações atendem às normas de segurança, de acordo com a capacidade da sala, em consonância com a composição das turmas, de modo que sejam garantidas as medidas-padrão estipuladas pelo SESMT.

A Instituição possui um gerador, que é acionado automaticamente quando há corte de energia da rede principal, garantindo a segurança e proporcionando maior conforto à comunidade acadêmica.

13.3 Laboratórios de Informática e panorama geral dos laboratórios específicos.

Os laboratórios inicialmente projetados para as práticas didáticas dos cursos do Claretiano – Faculdade de Boa Vista são adequados às atividades que permeiam a formação completa dos discentes. A metodologia de ensino sustentada pelo Projeto Educativo Claretiano (2012) e pelos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos de graduação da Instituição contempla o desenvolvimento das diversas habilidades profissionais, bem como da personalidade, na autorrealização e na autonomia de ser e de aprender do aluno, como também na formação do seu espírito de cooperação e de solidariedade. Nesse sentido, a Instituição, à luz da sua metodologia, disponibiliza aos seus estudantes ambientes diversificados, voltados às atividades dos seus cursos.

Em sua infraestrutura física, o Claretiano – Faculdade de Boa Vista possui espaços diversificados para a realização de atividades presenciais, práticas didáticas e laboratoriais, em consonância com as prerrogativas dos Projetos Político-Pedagógicos de Cursos e com total acessibilidade nos ambientes e equipamentos. São cerca de 10 espaços que, inicialmente, serão dedicados às atividades dos cursos, divididos em:

LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA I E II: com 32 e 24 computadores, respetivamente, e estruturas que atendem plenamente às diretrizes do Ministério da Educação, os Laboratórios de Informática I e II possuem computadores novos e são atualizados constantemente. Os espaços físicos onde estão implantados oferecem comodidade e conforto aos alunos, atendendo às demandas de cada curso.

LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR I: laboratório destinado às práticas de Anatomia e de Introdução à Fisiologia. Espaço que recebe os cursos da área da saúde, visando aplicação prática dos conteúdos teóricos estudados em sala de aula. Nas práticas realizadas neste laboratório, é possível compreender os conceitos básicos da estrutura humana, seu funcionamento em estado fisiológico e práticas básicas em diversas áreas dos conhecimentos em saúde humana.

LABORATÓRIOS MULTIDISCIPLINARES II, III, IV E V: destinados às práticas integrativas ligadas às patologias humanas, práticas de enfermagem clínica, atendimento e ambulatorial, possuem equipamentos que possibilitam ensaios destinados às práticas dos alunos dos cursos de Bacharelado em Biomedicina e Enfermagem.

Todos os laboratórios possuem iluminação, climatização, equipamentos e mobílias adequados e condições de acessibilidade ao público-alvo da Educação Especial, apresentam saídas bem identificadas, com iluminação de emergência, e sua configuração permite que sejam utilizados pelos diferentes cursos.

No que se refere às normas de segurança, as medidas de segurança do trabalho nos laboratórios de saúde são preconizadas pela Norma Regulamentadora n. 32 (NR-32) do Ministério do Trabalho, que determina as exigências e regras para o trabalho nos estabelecimentos de saúde, tais como o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), medidas de prevenção de contaminação, vacinação etc. Adicionalmente, são preconizadas,

para quaisquer atividades em laboratório, medidas de prevenção gerais, relacionadas ao manuseio de produtos químicos, operação de equipamentos, limpeza e organização dos laboratórios. São exigidos, por exemplo, itens preconizados pela legislação, como controle de vacinação dos funcionários, uso obrigatório de EPIs, cumprimento das normas de segurança, devido armazenamento de substâncias químicas ou nocivas à saúde, entre outras iniciativas.

Os laboratórios estão sob supervisão de técnicos de laboratório, que atuam em tempo integral e que, em consonância com o corpo docente e coordenações dos cursos, elaboram e executam todo o planejamento, manutenção e avaliação dos laboratórios, além do abastecimento e gerenciamento dos insumos, preservação, manutenção e atualização dos equipamentos. O processo de capacitação dos agentes que atuam diretamente nos laboratórios segue, além das políticas internas, o *Manual de Boas Práticas nos Laboratórios da Área de Saúde*, da NR-32 e da NR-06.

Quanto ao plano de avaliação periódica, os laboratórios serão avaliados na perspectiva dos agentes supracitados, em consonância com o Projeto de Avaliação Institucional, e estarão instrumentalizados por meio de avaliações aplicadas aos estudantes e docentes, além da ação direta dos técnicos em segurança do trabalho. Ademais, todos os espaços são auditados pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (CIPA), responsável, entre outras atividades, pela elaboração dos mapas de risco, supervisionados pela equipe do SESMT, cujo papel é promover as adequações necessárias a partir das análises realizadas de cada espaço da Instituição.

No tocante às políticas de preservação e atualização dos espaços do Claretiano – Rede de Educação, o Claretiano – Faculdade de Boa Vista, conforme descrito em seu PDI (2018-2022), prevê o cumprimento de objetivos e metas, os quais refletem os indicadores quantitativos e qualitativos que dão subsídios para a aquisição de novos recursos, assim como a adequação dos espaços físicos. Essas atualizações são trabalhadas juntamente com os coordenadores de cursos e técnicos de laboratórios, que indicam e encaminham as demandas para a Direção, sendo analisadas e, posteriormente, executadas para aquisição e melhorias. Ademais, as constantes atualizações dos laboratórios e o plano de investimento em equipamentos previstos no PDI (2018-2022) garantem a adoção e aquisição frequente de recursos tecnológicos diferenciados, tais como laboratórios virtuais de apoio pedagógico, simuladores, parcerias com startups para desenvolvimento de novas tecnologias etc.

13.4 Laboratórios Específicos

13.4.1. Laboratórios Específicos: laboratórios didáticos de formação específica

O Claretiano – Faculdade de Boa Vista disponibiliza como laboratórios didáticos de formação específica os seus Laboratórios Multidisciplinares, em atendimento às necessidades do curso, de acordo com os objetivos constantes no PPPC e em consonância com o perfil do egresso. Os laboratórios estão localizados em áreas de fácil acesso dos alunos, garantindo, inclusive, o acesso ao público-alvo da Educação Especial, com dimensões adequadas, materiais, mobiliários e equipamentos que proporcionam conforto aos discentes. Possuem normas de funcionamento com regulamento interno e procedimentos operacionais, facilitando a sua utilização pelos alunos e a realização das aulas práticas, e contam com o apoio técnico de um profissional que realiza a verificação periódica dos equipamentos, manequins e simuladores e controla a aquisição dos materiais necessários para o desenvolvimento das aulas e de acordo com o número de alunos.

Os Laboratórios Multidisciplinares possuem os equipamentos e manequins necessários para o cumprimento das práticas das disciplinas básicas e específicas do Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado, possibilitando ministrar os conteúdos que serão especificados nos planos de aula, conforme segue:

* Fundamentos de Enfermagem: Procedimentos técnicos básicos: higienização das mãos; Calçar e retirar luva estéril; Limpeza de unidade; Preparo de leito; Higiene corporal; Posicionamento e mobilidade; Sinais vitais e antropometria; Administração de medicamentos; Venopunção e soroterapia.

* Fundamentos de Enfermagem: Procedimentos técnicos avançados: pressão venosa central; Gasometria arterial; Aplicação de terapias de calor e frio; Curativos; Aspiração de vias aéreas; Oxigenoterapia; Nebulização/nebulização contínua; Troca de cânula de traqueostomia; Inserção de sonda nasogástrica/orogástrica e nasoentérica/oroentérica; Cateterismo vesical intermitente e de demora (masculino e feminino); Enema; Troca de bolsa de colostomia.

* Semiologia e Semiotécnica em Enfermagem: Exame físico do sistema tegumentar; Exame físico da cabeça e pescoço; Exame físico do tórax (pulmão, cardiovascular e vascular periférico); Exame físico das mamas e axilas; Exame físico do abdome; Exame físico do sistema neurológico; Exame físico do sistema musculoesquelético; Utilização de instrumento de coleta de dados; Exame físico geral; Evolução de Enfermagem.

* Fundamentos teóricos e metodológicos do cuidar em Enfermagem: Classificação das teorias de enfermagem; Principais teorias de enfermagem; Introdução ao referencial teórico de Wanda Horta; Fundamentação do cuidar em enfermagem pela sistematização de assistência de enfermagem; Processo de enfermagem e suas etapas, segundo referencial de Wanda Horta; Anamnese e exame físico como meios de obtenção de dados para o histórico de enfermagem, segundo referencial de Wanda Horta; Raciocínio clínico de Risner para organização dos dados e geração dos diagnósticos de enfermagem; Composição, organização e relevância da taxonomia da NANDA-I; Encadeamentos críticos entre as duas primeiras etapas do processo de enfermagem; Composição do plano de cuidados de enfermagem; Articulação do plano de cuidados com as prescrições prevendo operacionalização na prática clínica; Composição, organização e relevância da taxonomia da Nursing Interventions Classification (NIC) e Nursing Outcomes Classification (NOC); Detalhamento das etapas de planejamento, prescrição, evolução e prognóstico de enfermagem, relacionando-as no contexto do processo de enfermagem.

* Saúde da criança e do adolescente: Políticas Nacionais de Saúde da Criança; Perfil epidemiológico da saúde da criança nos primeiros anos de vida; Redução da mortalidade infantil e as suas ações políticas; Indicadores na saúde da criança; Direitos da criança e do adolescente; A importância da consulta de enfermagem na saúde da criança, considerando a vulnerabilidade do ser humano nessa fase do ciclo de vida; Acompanhamento da criança na puericultura, observando o crescimento e desenvolvimento de forma saudável; Princípios básicos de imunização; A importância da imunização em crianças; Atividades de educação em saúde para otimizar a adesão às recomendações de vacinação em crianças.

* Enfermagem psiquiátrica e saúde mental: Princípios da comunicação; Relacionamento terapêutico; Pressupostos do relacionamento interpessoal terapêutico na enfermagem; Técnicas de comunicação terapêutica (de ajuda); Processo do relacionamento terapêutico enfermeiro-paciente; Transtornos do pensamento; Esquizofrenia; Transtorno Esquizofreniforme; Transtorno Esquizoafetivo; Transtorno delirante; Transtorno Psicótico Breve; Transtornos do humor; Emergências psiquiátricas.

* Enfermagem clínica: Fisiologia elétrica cardíaca; Ondas e complexos de um ECG; Planejamento dos materiais e equipamentos necessários; Hemodiálise, diálise peritoneal e terapia de reposição renal contínua.

* Enfermagem cirúrgica, central de material e esterilização: Classificação dos artigos; Etapas do processamento de artigos; Sistema de embalagem; Recomendações constantes nos requisitos de desempenho de embalagens; Diversos tipos de embalagens existentes, de acordo com suas características peculiares, vantagens e desvantagens; Recomendações que integram os cuidados durante o empacotamento de artigos reprocessados; Empacotamento.

* Enfermagem pediátrica e neonatal: Organização das unidades hospitalares pediátricas; Assistência de Enfermagem ao recém-nascido, criança e adolescente; Intercorrências clínicas e cirúrgicas na criança hospitalizada; Integrar e aplicar conhecimentos teóricos no contexto da criança e da família na experiência da doença, utilizando o raciocínio clínico.

* Enfermagem em ginecologia e obstetrícia: A assistência de enfermagem em obstetrícia no atendimento ambulatorial de pré-natal, centro obstétrico e unidade de puerpério; Assistência de enfermagem na gestação de alto risco; Assistência à mulher no ciclo grávido puerperal; Estratégias da prevenção do câncer ginecológico e mamário; Assistência de enfermagem no câncer ginecológico e mamário; Técnicas de enfermagem na assistência em ginecologia; Processo de socialização da mulher e das Políticas Públicas de atenção à saúde da mulher; Alterações fisiológicas e psicossociais da gravidez normal; Direitos reprodutivos e saúde reprodutiva; Métodos contraceptivos; Consulta de enfermagem em ginecologia e obstetrícia; Planejamento familiar.

* Assistência de Enfermagem em Urgência e Emergência, Centro de Terapia Intensiva e Unidades Especializadas: Avaliação Primária e Secundária (ABCDE); Atendimento ao politraumatizado e lesões específicas; Assistência ao paciente em Parada Cardiorrespiratória (PCR) e Choque: Reanimação cardiopulmonar; Drogas utilizadas durante a PCR; Desfibrilação; Tipos e tratamento do choque. Emergências Clínicas; Assistência ventilatória ao paciente crítico; Assistência ao paciente crítico com distúrbios cardíacos/circulatórios; Assistência ao paciente crítico com distúrbios neurológicos; Morte encefálica e manuseio do potencial doador de órgãos; Limitação terapêutica no paciente crítico; Infecção hospitalar em Centro de Terapia Intensiva.

13.4.2. Laboratórios Específicos: laboratórios de ensino para a área de saúde

O Claretiano – Faculdade de Boa Vista disponibilizará como laboratórios de ensino para a área de saúde os Laboratórios Multidisciplinares, que serão utilizados pelo curso nas aulas práticas da disciplina Anatomia Humana, envolvendo os conteúdos de estudo do aparelho locomotor, sistema cardiorrespiratório e estudo dos aparelhos urogenital, digestório, nervoso central e periférico. Esses espaços onde serão ministradas as aulas práticas e as práticas de ensino possuem peças anatômicas de resina, equipamentos, bancadas, bancos e lousas. A iluminação é artificial, com uso de lâmpadas adequadas, e a ventilação é feita com o uso de ventiladores. A limpeza ocorre diariamente nos locais, e os equipamentos são lavados, alguns esterilizados, secos em estufas e posteriormente guardados em armários próprios. Quando da utilização, o técnico retirará os equipamentos e os instrumentos dos armários e os disporá nas bancadas, de acordo com o número de alunos. A quantidade de vidrarias, reagentes, materiais e equipamentos é suficiente, pois, no planejamento, os professores informarão o número necessário para a realização das aulas. Quando preciso, serão feitos pedidos de novos materiais ou revisão dos existentes, a

fim de que sejam providenciados pela Direção. As aulas serão agendadas pelos professores e o técnico, o qual ficará responsável por ordenar o espaço para todos os cursos. Nos laboratórios, há normas e regras para o funcionamento, como, por exemplo, o uso obrigatório de jalecos e luvas para alunos, professores e pessoal técnico.

13.4.3. Laboratórios Específicos: laboratórios de habilidades

O Claretiano – Faculdade de Boa Vista disponibiliza como laboratórios de habilidades para o desenvolvimento das competências presentes no perfil do egresso do Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado os Laboratórios Multidisciplinares, localizados em áreas que permitem fácil acesso dos alunos. Suas dimensões proporcionam conforto e tranquilidade durante as aulas. Os espaços são conservados e limpos diariamente por funcionários da própria IES, a fim de garantir a constante manutenção dos materiais sintéticos utilizados em aula. A iluminação é feita com lâmpadas fluorescentes, que propiciam boa luminosidade. Os ambientes são ventilados e silenciosos. Além das disciplinas de Fundamentos de Enfermagem e Semiologia e Semiotécnica em Enfermagem, os laboratórios de habilidades atenderão às disciplinas de: Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Cuidar em Enfermagem; Saúde do Adulto e do Idoso; Saúde da Criança e do Adolescente; Enfermagem Clínica; Enfermagem Cirúrgica, Central de Material e Esterilização; Enfermagem Pediátrica e Neonatal; Enfermagem em Ginecologia, Obstetrícia e Saúde da Mulher e Assistência de Enfermagem em Urgência e Emergência, Centro de Terapia Intensiva e Unidades Especializadas. Os Laboratórios Multidisciplinares possuem um conjunto de materiais, equipamentos e bancos para discussão entre grupos de alunos e exposições de audiovisual que encenam o ambiente hospitalar de enfermarias, com manequins, simuladores e materiais diversos. As rotinas para frequência e desenvolvimento de atividades seguirão os parâmetros estruturados para a manutenção da boa disciplina nos ambientes de encenação de enfermarias hospitalares. Os equipamentos, manequins e simuladores serão disponibilizados pelo técnico, para que o professor ensine técnicas a serem treinadas conforme plano de aula da disciplina. Os alunos deverão permanecer no laboratório com uma vestimenta adequada, usando jaleco e os EPIs fornecidos pela Instituição para efetuarem as técnicas que exijam contato com material biológico. O uso de EPI é obrigatório de acordo com o tipo de técnica que caracteriza a sua exigência.

13.4.4. Unidades Hospitalares e Complexo Assistencial Conveniados

O Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado contará com a inserção dos alunos em instituições hospitalares e Unidades de Saúde Coletiva na realização dos Estágios Supervisionados, por meio de convênios e parcerias firmados entre o Claretiano – Faculdade de Boa Vista, as Secretarias Municipais de Saúde e instituições hospitalares das localidades em que os estágios ocorrerão, nas áreas de atenção básica, atenção secundária, de média e de alta complexidade. No que tange à compreensão acerca do sistema de referência e contrarreferência, os estudantes são orientados sobre a importância do tema, ressaltando, por exemplo, a condição que, tanto para os sistemas organizados em diferentes níveis de atenção quanto para os estruturados em Redes de Atenção à Saúde (RAS), prevalece a necessidade de um efetivo sistema de referência e contrarreferência para viabilizar seus fluxos entre as diversas esferas que os compõem e também encaminhamento bem-sucedido dos usuários entre os diferentes níveis de atenção. Assim, de modo interdisciplinar e interprofissional são garantidos recursos humanos e estruturais à altura da necessidade dos estudantes, em seu ambiente de aprendizagem.

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F. J. de; FONSECA JÚNIOR, F. M. Como se constrói um Projeto. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Projetos e Ambientes Inovadores. Brasília: MEC/SEED, 2000, p. 27-53.

BOA VISTA. Conselho Superior do Claretiano - Faculdade. Resoluções Diversas.

BOA VISTA. Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022 Boa Vista: Claretiano – Faculdade, 2017.

BOA VISTA. Projeto Político Institucional 2018-2022. Boa Vista: Claretiano – Faculdade, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei no. 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Decreto nº 4.281 de 25 de Junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795 , de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educacao Ambiental , e dá outras providências. Disponível em: < http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/99128/decreto-4281-02>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Lei nº. 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências. Brasília, 1986.

BRASIL. Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n.º 3, de 10 de março de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/CNE, 2004. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES n.º 3, de 07 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Brasília: MEC/CNE, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria 3635, de 2004. Disponível em: < http://www.jusbrasil.com.br/diarios/769292/dou-secao-1-10-11-2004-pg-17/pdfView>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/CNE, 2004. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto n° 5.296/2004. Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Brasília: PR/CC, 2004.
BRASIL. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, 2005.
BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 2/2007, aprovado em 31 de janeiro de 2007. Parecer quanto à abrangência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/CNE, 2007. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb002_07.pdf>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.
BRASIL. Lei 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.
BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo técnico – censo escolar 2010. Brasília: MEC/INEP, 2010.
BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Resolução CONAES N° 1, de 17/06/2010. Núcleo Docente Estruturante (NDE). Brasília: CONAES, 2010.
BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 9.235, de 2017. Brasília: PRCC, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107>.Acesso em: janeiro 2018.
CASTANHO, S.; Castanho, M. E. L. M. O que há de novo na educação superior. Campinas: Papirus, 2000.
_____. Temas e textos em metodologia do ensino superior. Campinas: Papirus, 2001.
GADOTTI, M. Pedagogia da práxis. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
IBGE Cidades. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1. Acesso em 15 de fevereiro de 2013.
MANCEBO, D.; FÁVERO, M. de L. de A. Universidade: Políticas, avaliação e trabalho docente. São Paulo: Cortez, 2004.
MISSÃO E PROJETO EDUCATIVO. Claretiano - Centro Universitário. Batatais: Claretiano, s/d.
PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das Graças C. Docência no Ensino Superior. São Paulo: Cortez, 2002.
PROJETO EDUCATIVO CLARETIANO. Claretiano - Centro Universitário. Batatais: Claretiano, 2012.
RIOS, T. A. Significado e Pressupostos do Projeto Pedagógico. In: Revista Idéias. O diretor: articulador do projeto da escola. São Paulo: FDE, no. 15, 1992. p. 73-77
SÃO PAULO. Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo. Deliberação 07/2000. Disponível em:<http://www.ceesp.sp.gov.br/portal.php/consultores_cadastro1/consultores_legislacao/consultores_deliberacao_07-00>.Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.
SILVA, T. T. da. Documentos de Identidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
SISTEMA E-MEC. Disponível em:<http://emec.mec.gov.br/>.Acesso em: 18 de fevereiro de 2013.

15. ANEXOS